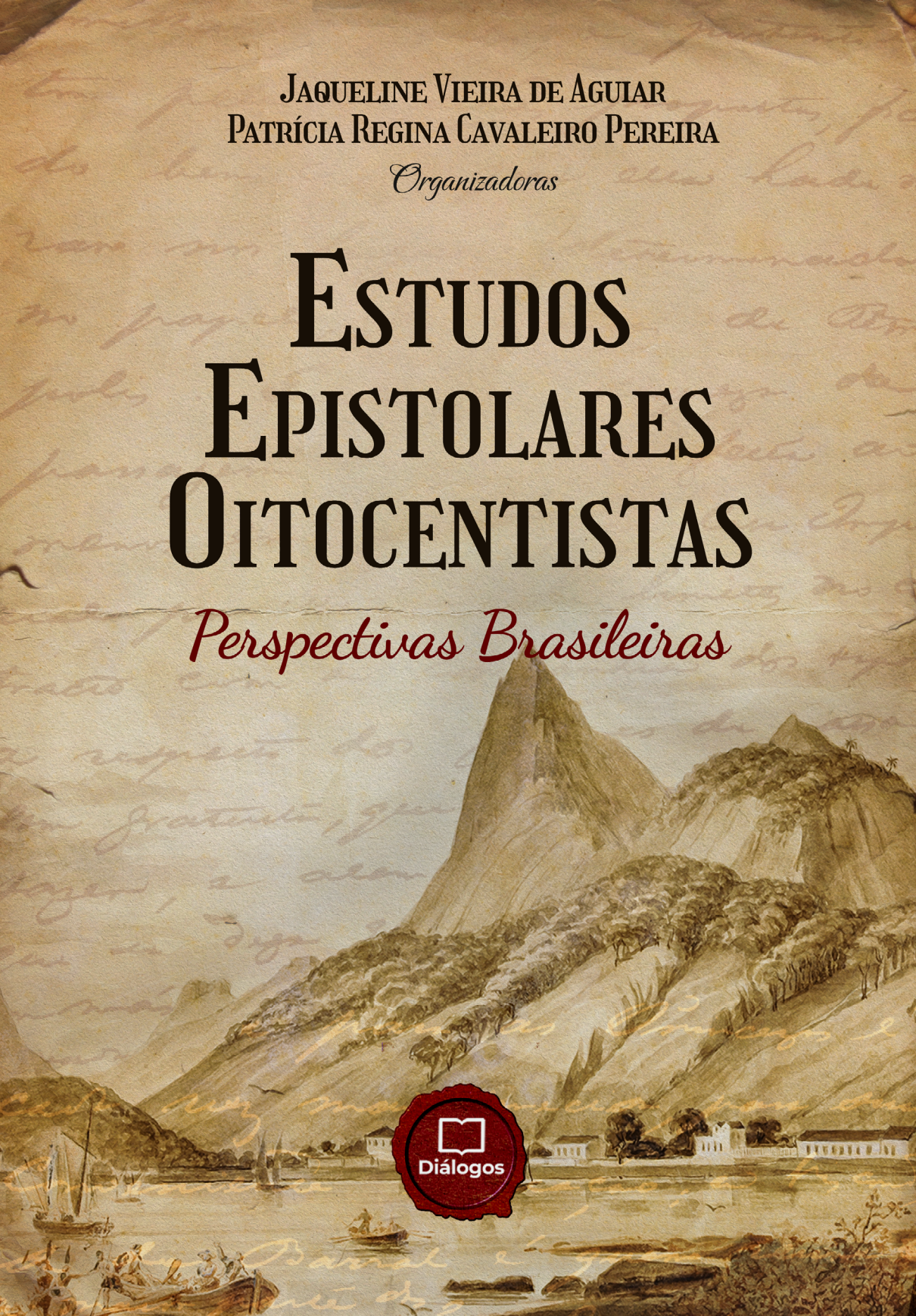
Jaqueline Vieira de Aguiar
Patrícia Regina Cavaleiro Pereira
Organizadoras

Estudos Epistolares Oitocentistas

Perspectivas Brasileiras

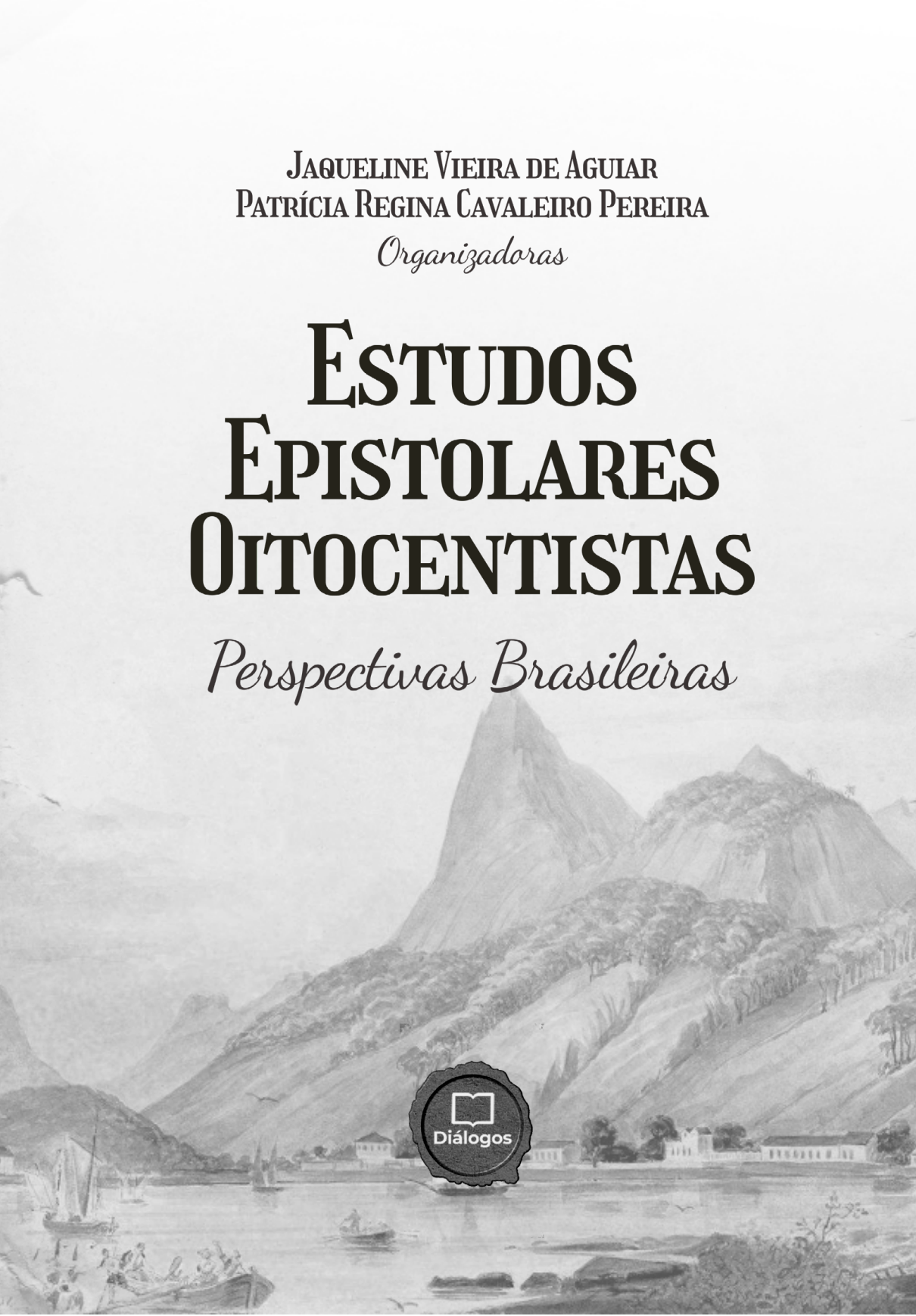


Diálogos

Jaqueline Vieira de Aguiar
Patrícia Regina Cavaleiro Pereira
Organizadoras

Estudos Epistolares Oitocentistas

Perspectivas Brasileiras



Diálogos

| EDITOR-CHEFE

Geison Araujo Silva

| CONSELHO EDITORIAL

Ana Carla Barros Sobreira (Unicamp)
Bárbara Olímpia Ramos de Melo (UESPI)
Diógenes Cândido de Lima (UESB)
Jailson Almeida Conceição (UESPI)
José Roberto Alves Barbosa (UFERSA)
Joseane dos Santos do Espirito Santo (UFAL)
Julio Neves Pereira (UFBA)
Juscelino Nascimento (UFPI)
Lauro Gomes (UPF)
Letícia Carolina Pereira do Nascimento (UFPI)
Lucélia de Sousa Almeida (UFMA)
Maria Luisa Ortiz Alvarez (UnB)
Marcel Álvaro de Amorim (UFRJ)
Meire Oliveira Silva (UNIOESTE)
Miguel Ysrrael Ramírez Sánchez (México)
Rita de Cássia Souto Maior (UFAL)
Rosangela Nunes de Lima (IFAL)
Rosivaldo Gomes (UNIFAP/UFMS)
Silvio Nunes da Silva Júnior (UFAL)
Socorro Cláudia Tavares de Sousa (UFPB)

Copyright © Editora Diálogos - Alguns direitos reservados
Copyrights do texto © 2023 - Autoras

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Este livro pode ser baixado, compartilhado e reproduzido desde que sejam atribuídos os devidos créditos de autoria. É proibida qualquer modificação ou distribuição com fins comerciais. O conteúdo do livro é de total responsabilidade de seus autores e autoras.

Capa e diagramação: Geison Araujo
Imagens da capa: Botafogo/ RJ – Aquarela. TAUNAY, Nicolas Antoine, (1775-1830). [Século XIX]. Casa Geyer/Museu Imperial/Ibram/MinC.
Bilhete de D. Pedro II a Paulo Barbosa. Arquivo Paulo Barbosa-APB – TOMB.: 2876/97. Sem local, sem data. Museu Imperial/Ibram/MinC.
Revisão: Camille Aguiar dos Santos e Patrícia Regina Cavaleiro Pereira.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E74
Estudos Epistolares Oitocentistas: perspectivas brasileiras [livro eletrônico] / Organizadoras Jaqueline Vieira de Aguiar, Patrícia Regina Cavaleiro Pereira. – Tutóia, MA: Diálogos, 2023.
144 p.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-89932-74-1
DOI

1. Literatura epistolar - pesquisa. 2. História do Brasil 3. Cartas. I. Título. II. Aguiar, Jaqueline Vieira de. III. Pereira, Patrícia Regina Cavaleiro.

CDD B869

Diálogos

contato@editoradialogos.com
www.editoradialogos.com

9 786589 932741

Sumário

Préfacio.....7

Apresentação 12

PARTE I

Entre Cartas – das missivas de D. Pedro II, D. Teresa Cristina e suas herdeiras à epístola da Parteira Maria Josephina, empenhada em acabar com os maus tratos sofridos por amas de leite livres e escravizadas..... 17

CAPÍTULO 1

Arquivos pessoais e epistolografia: os desafios e as venturas para a escrita da História 18

Alessandra Bettencourt Figueiredo Fraguas

CAPÍTULO 2

"Não tem obrigação d'estudar senão durante o tempo que marquei, porém, quem estuda mais, sabe mais": cartas educativas para a formação de futuras soberanas..... 38

Jaqueline Vieira de Aguiar

CAPÍTULO 3

Escritos de distinção e intelectualidade feminina: a carta da parteira Durocher publicada nos Annaes Brasilienses de Medicina (1865) 62

Luciana Borges Patroclo

PARTE II

Da Criação Epistolar – cartas que compõem, por diferentes vieses, a ficção de dois grandes nomes da literatura brasileira: José de Alencar e Machado de Assis.....85

CAPÍTULO 4

A leitura de "Memorial de Aires" como um epistolário: uma hipótese 86
Maria Schtine Viana

CAPÍTULO 5

"O amor é uma carta...": a presença epistolar em narrativas de José de Alencar e Machado de Assis..... 111
Patrícia Regina Cavaleiro Pereira

Sobre as Autoras..... 142

Préfacio

Torres/RS, primavera 2022.

Prezadas Alessandra, Jaqueline, Luciana, Maria e Patrícia,

Recebi o gentil convite para prefaciar a coletânea de vocês, intitulada "Estudos Epistolares Oitocentistas: perspectivas brasileiras", via e-mail, uma forma moderna e rápida de comunicação, hoje. No entanto, como à moda antiga, vou fazê-lo em forma de carta – como nos diz Ribeiro (2000) "Carta [é] um objeto camaleônico". Esta intenção está apoiada na natureza dessa coletânea que aborda em seu conjunto diferentes usos de escrita epistolar e em diferenciados espaços: no Arquivo da Casa Imperial do Brasil, em arquivos pessoais e em escritos literários do século XIX.

A carta e o ofício de sua escrita têm atraído a atenção dos historiadores como prática social que reflete a maior ou menor penetração da cultura escrita (CASTILLO GÓMEZ, 2002, p. 13). Para Mutran (2002, p. 37), "decorrendo da necessidade de comunicação com o 'outro', uma carta é um monólogo escrito, relativamente espontâneo, que relata, confessa algo, ou desenvolve ideias filosóficas ou questões de interesse social: pode ser criativa, comovente, divertida, irônica ou sarcástica – mas é sempre reveladora da personalidade do escritor" e de uma época vivida.

No primeiro capítulo da coletânea, intitulado "Arquivos pessoais e epistolografia: os desafios e venturas para a escrita da História", Alessandra aborda os desafios que a pesquisa com arquivos pessoais impõe aos pesquisadores, a partir do "Arquivo da Casa Imperial do Brasil (POB)" do Arquivo Histórico do Museu Imperial, em Petrópolis (RJ), composto com a documentação de caráter privado da família real de Portugal e imperial do Brasil. Inicialmente, apresenta o Arquivo Imperial com cerca de 40 mil itens documentais de diferentes tipologias, tendo como foco os "escritos de D. Pedro II como espaço biográfico". Na segunda parte, analisa 33 cartas escritas pela Condessa D'Eu, como assinava a princesa D. Isabel, a Maria Francisca Álvares de Azevedo, como exemplo de cartas escritas na Belle Époque. Conclui que os pesquisadores do "passado" terão somente fragmentos, vestígios e "ecos de antigas palavras", os quais são os desafios e as venturas da historiografia.

O segundo capítulo, "'Não tem obrigação d'estudar senão durante o tempo que marquei, porém, quem estuda mais, sabe mais': cartas educativas para a formação de futuras soberanas", em que Jaqueline analisa as cartas das princesas Leopoldina e Isabel, escritas aos seus pais, D. Pedro II e Teresa Cristina, a fim de compreender o processo de formação educacional das herdeiras do trono, as cartas permitem constatar a "ressonância de uma educação de gênero proporcionada nos Oitocentos".

No terceiro capítulo, "Escritos de distinção e intelectualidade feminina: a carta da parteira Durocher publicada nos Annaes Brasilienses de Medicina (1865)", Luciana analisa a carta e

outros escritos da parteira Maria Josephina Mathilde Durocher, publicados no periódico da Academia Imperial de Medicina, que permitem identificar inúmeros vestígios sobre o lugar da mulher no mundo do trabalho, no século XIX, e o reconhecimento de Madame Durocher como uma intelectual do campo médico.

No quarto capítulo, de Maria, intitulado "A leitura de 'Memorial de Aires' como um epistolario: uma hipótese", a autora analisa a correspondencia de Machado de Assis, de 1862 a 1908, desde moço e apaixonado pela futura esposa, Carolina, e termina na construção da obra "Memorial de Aires", que pode ser considerado um romance epistolar.

No último capítulo, de Patrícia, "'O amor é uma carta...': a presença epistolar em narrativas de José de Alencar e Machado de Assis", a autora aborda o uso corriqueiro da escrita epistolar no interior das narrativas desses escritores do século XIX, predominantemente nas tramas relacionadas a "amor". O objetivo é destacar a importância da "epistolografía" para a compreensão do romantismo brasileiro.

O estudo desse caleidoscópio de usos da escrita epistolar possibilita fazer a história de uma prática cotidiana, em que autor e leitor compartilham um código social e afetivo, como parte das estruturas de comportamento dos indivíduos. Assim, as cartas são uma amostra de como somos produtos sociais históricos. Para Riaduel (2000, p. 95), a carta expressa "uma estética da sedução, concebida tanto como busca de si como conquista do outro". Assim, os modelos buscam cativar o outro, com as formalidades estabelecidas para as relações sociais e com

a frieza e/ou distanciamento que regiam as relações amorosas pelos códigos de civilidade. Dessa forma, esses estudos epistolares permitem adentrar no imaginário de uma época e decifrar os textos que dão continuidade a uma tradição e reforçam códigos de civilidade (DAUPHIN, POUBLAN, 2002).

A escrita epistolar expressa humanidade, com suas paixões, falhas e seus momentos que vão do ridículo ao sublime, para nós leitores do século XXI, que ainda apreciamos receber cartas e, especialmente, cartas e bilhetes de amor escritas a mão. Fernando Pessoa escreveu "todas as cartas de amor são ridículas. Não seriam cartas de amor se não fossem ridículas" (LAITANO, 2004). No entanto, para os pesquisadores, revestem-se de valor histórico inestimável, pois expressam maneiras de ser e de expressar a prática social de afetos e trocas amorosas, em um dado momento histórico.

Ao leitor que finalizou a leitura dessa carta, espero que tenha sido tocado para a importância do passado-presente e da memória que alimenta nosso presente e projeta o nosso futuro.

Carinhosamente,

Maria Helena Camara Bastos

Referências

BASTOS, Maria Helena Camara. A Retórica do Amor: um estudo dos manuais epistolares (séculos XIX e XX). In: VI Congresso Internacional de Estudos Iberoamericanos, 2006, Porto Alegre. *VI Congresso Internacional de estudos Iberoamericanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 1-15.

BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Teresa S.; MIGNOT, Ana Chrystina V. (Orgs.) *Destinos das letras*: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Presentación*: gran invención, precioso hallazgo. In: SÁEZ, Carlos; CASTILLO GÓMEZ, Antonio (Ed.) *La correspondencia en la historia*: modelos y prácticas de la escritura epistolar. Madrid: Calambur, 2002. p. 13-16.

DAUPHIN, Cécile; POUBLAN, Danièle. Maneiras de escrever, maneiras de viver: cartas familiares do século XIX. In: BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Teresa S.; MIGNOT, Ana Chrystina V. (Orgs.) *Destinos das letras*: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: Ed.UPF, 2002. p. 75 – 89.

LAITANO, Cláudia. *Wo-o-o Feelings*: zero Hora. Porto Alegre, sábado, 12.06.2004. p. 3.

MIRANDA, Tiago C. P. dos. A arte de escrever carta: para a história da epistolografia portuguesa no século XIX. In: GALVÃO, Walnice; GOTLIB, Nádia Battella (Orgs.) *Prezado senhor, prezada senhora*: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 41-54.

MUTRAN, Munira H. *Álbum de retrato*: *George Moore, Oscar Wilde e William Butler Yeats no fim do século XIX*: um momento cultural. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2002.

RIAUDEL, Michel. Correspondência secreta. In: GALVÃO, Walnice; GOTLIB, Nádia Battella (Orgs.) *Prezado senhor, prezada senhora*: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 95-99.

RIBEIRO, Analucia Teixeira. *O escrever e o ler*: prática da letra e desejo em prática. A Prática da Letra. Escola Letra Freudiana. Rio de Janeiro, n. 26, 2000.

Apresentação

O século XIX foi um relevante período de produção epistolar no Brasil. Ao nos debruçarmos sobre escritos relativos aos Oitocentos, deparamo-nos com correspondências de brasileiros célebres e anônimos, que nos revelam amplas possibilidades de abordagem da epistolografia, considerando cartas verídicas e ficcionais, missivas de caráter estritamente pessoal e públicas e/ou panfletárias. Dentre as possibilidades de estudos epistolares, é possível destacar a carta enquanto documento histórico, elemento inscrito nas escritas memorialistas, item do processo de criação de obras de arte ou ainda objeto concreto da construção da literatura em si, o que pode ser observado, por exemplo, nos romances epistolares ou no interior de muitas narrativas Oitocentistas.

Em vários momentos da História Brasileira Oitocentista, cartas e bilhetes fizeram-se presentes e necessários, como as missivas entregues em setembro de 1822, ocasião em que o ministro José Bonifácio e a Imperatriz D. Leopoldina precisaram escrever para D. Pedro I, que se encontrava às margens do Rio Ipiranga, conscientizando-o de que aquele era o momento oportuno para a Proclamação da Independência do Brasil. Além disso, anos mais tarde, na madrugada de sete de abril de 1831, por meio de papel escrito, um tanto apressado, em seu escritório no Paço de São Cristóvão, o mesmo D. Pedro I informou aos brasileiros que estava abdicando do trono do Brasil em favor de seu filho Pedro de Alcântara. Da mesma forma, o futuro D. Pedro II,

com cinco anos de idade, ao saber de seu destino e sem ter chances de se despedir pessoalmente do pai, que já se encontrava longe, escreveu ao mesmo um bilhete no qual prometia ser obediente apesar das saudades que sentiria por toda a vida.

Em outro momento histórico, que já nos reporta para o primeiro capítulo do presente trabalho, destacamos a missiva escrita pelo Imperador D. Pedro II ao ministro plenipotenciário do Brasil em Lisboa, solicitando que fossem dispensadas as honras com que pretendiam receber o Imperador, por ocasião da sua primeira viagem à Europa, em 1871, já que o soberano interpretou sua viagem como de "caráter inteiramente particular", provavelmente devido ao luto pelo falecimento de sua filha Leopoldina. E no mesmo capítulo, 33 cartas escritas pela Condessa d'Eu, como assinava a Princesa D. Isabel, à Maria Francisca Álvares de Azevedo, entre 1890 e 1911, possibilitam uma miríade de questionamentos acerca das relações aristocrático-femininas, particularmente na *Belle Époque*. No capítulo seguinte, o leitor perceberá que 276 cartas trocadas entre D. Pedro II e D. Teresa Cristina e suas filhas, as Princesas Isabel e Leopoldina, durante os anos de 1854-1865, foram primordiais no processo de ensino e aprendizagem daquelas que foram educadas para governar o Brasil. E ainda, no terceiro capítulo, é enfatizada a importância da carta escrita pela parteira Maria Josephina Mathilde Durocher, no ano de 1865, na qual há uma descrição dos maus tratos sofridos pelas amas de leite, escravizadas e livres, na cidade do Rio de Janeiro, e são apresentadas medidas de segurança e de saúde pública voltadas ao combate de tais práticas nocivas.

No tocante ao contexto literário do Oitocentos, no Brasil, é fundamental nos recordarmos de cartas-abertas que poderíamos chamar

"ensaios epistolares", ou seja, missivas levadas a lume, individualmente ou por meio de periódicos – muitas vezes, mas não sempre, de caráter panfletário e polemista. Destacamos, da autoria do escritor José de Alencar, as "Cartas sobre *A Confederação dos Tamoios*" (1856), "A Comédia Brasileira" (1857) e "O Nosso Cancioneiro" (1874). Machado de Assis, enquanto crítico literário, também contribuiu para a produção literário-epistolar do século XIX com a carta de fevereiro de 1868, publicada no Correio Mercantil em princípios de março do mesmo ano, na qual tece relevantes observações acerca do drama *Gonzaga ou A Revolução de Minas* (1875), de Castro Alves. Quanto às muitas missivas reservadas a apenas um destinatário, devemos nos lembrar das célebres linhas autobiográficas que o escritor Luiz Gama redigiu ao também literato Lúcio de Mendonça, em 1880, e da intimidade desvelada na correspondência do jovem poeta Álvares de Azevedo, na qual se encontram, inclusive, algumas de suas concepções literárias. Tendo em vista os vários meandros em que a missiva surge, no Oitocentos, ressaltamos o olhar que os capítulos quatro e cinco desta publicação trazem ao leitor. Neles, a relevância da carta como artifício de dois grandes escritores brasileiros, José de Alencar e Machado de Assis, na construção de suas obras é o ponto-chave de observação e análise.

As cartas e correspondências mencionadas, no entanto, são apenas algumas das muitas ocorrências epistolares que preenchem o século XIX, no que concerne à literatura brasileira. Romancistas, poetas, dramaturgos e críticos literários, como cidadãos de seu tempo, faziam uso corrente da escrita de missivas e, assim, legaram uma gama de valiosos textos que nos auxiliam, hoje, a compreender melhor suas obras

e biografias. Nosso papel, como pesquisadores e leitores, é contribuir para que tal herança não se perca; ao contrário, seja sempre mais revelada e analisada, permanecendo viva para as futuras gerações.

Antes de finalizarmos, gostaríamos de chamar a atenção do leitor para o fato de que as cartas trocadas durante os anos dos Oitocentos são geralmente manuscritas, compostas por abreviaturas específicas da época, lacradas com cera quente e marcadas por brasões de armas. Além disso, apresentam todo um protocolo, pois quando pretendiam informar o falecimento de alguém, um episódio alegre ou amenizar a saudade, tais sentimentos já se encontravam expressos na materialidade de seu papel e de seu envelope, fosse por meio de bordas pretas, desenhos ou mechas de cabelo do remetente postas no conteúdo da missiva. Cartas Oitocentistas possuíam regras impostas por outro ritmo de tempo, em que as distâncias pareciam maiores, fazendo com que custassem a chegar, o que despertava em seus destinatários expectativas e sensações que variavam de tristeza a alegria.

Dada a ausência de um exemplar que contemplasse a reunião de textos sobre o tema, tivemos a honra de, pela primeira vez, coligir cinco artigos que se transformaram em capítulos, oriundos de pesquisas realizadas por especialistas, mestras e doutoras, que estudam e interpretam a epistolografia relacionada ao Brasil Oitocentista sobre diferentes aspectos. Os capítulos foram separados em duas vertentes: os três primeiros apresentam teor de abordagem voltada para a História e a História da Educação, com sua metodologia específica, e os dois últimos trazem para a publicação a abordagem literária, de estrutura ensaística, portanto, mais livre. Para melhor definirmos, achamos por bem nomear as duas partes; sendo assim, temos: "PARTE I: ENTRE

CARTAS – das missivas de D. Pedro II, D. Teresa Cristina e suas herdeiras à epístola da Parteira Maria Josephina, empenhada em acabar com os maus tratos sofridos por amas de leite livres e escravizadas" e "PARTE II: DA CRIAÇÃO EPISTOLAR – cartas que compõem, por diferentes vieses, a ficção de dois grandes nomes da literatura brasileira: José de Alencar e Machado de Assis".

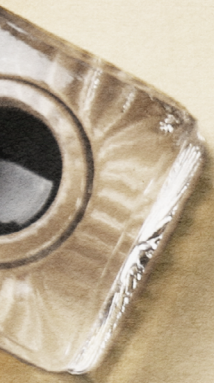
Fazemos votos de que este e-book seja o primeiro de outros exemplares sobre estudos epistolares Oitocentistas relativos ao Brasil, tema tão caro para nós e, sobretudo, tão valioso para os que se interessam pela cultura escrita Oitocentista, analisada por diferentes perspectivas.

Jaqueline e Patrícia

- PARTE I -

Entre Cartas

Das missivas de D. Pedro II, D. Teresa Cristina e suas herdeiras à epístola da Parteira Maria Josephina, empenhada em acabar com os maus tratos sofridos por amas de leite livres e escravizadas



CAPÍTULO 1

Arquivos pessoais e epistolografia: os desafios e as venturas para a escrita da História

Alessandra Bettencourt Figueiredo Fraguas

Sábios em vão
Tentarão decifrar
O eco de antigas palavras
Fragmentos de cartas, poemas
Mentiras, retratos
Vestígios de estranha civilização[1]

Diante de documentos pessoais, que narram segredos familiares, hábitos demasiadamente prosaicos do cotidiano, ou mesmo costuras de alianças políticas, revelando memórias, sensibilidades e (des)afetos, o que fazer o historiador?

Abordagens metodológicas mais recentes ajudam na imprescindível tarefa de, como assinalou Ginzburg (2007, p. 11), escovar as fontes a contrapelo. Ainda assim, sabe-se que o passado será apenas tangenciado, atravessado muito mais pelos questionamentos do presente do que pelo âmago daqueles que em algum momento produziram ou acumularam textos e imagens.

O reconhecimento das limitações da operação historiográfica tem se mostrado eficaz para conter a presunçosa busca da verdade que norteou as pesquisas desde o Oitocentos. Entretanto, ainda que o passado em sua plenitude seja inatingível, resta aos historiadores tentar compreender através de vestígios e de sinais, de ditos, de sussurros e de confidências, de silenciamentos, de apagamentos e de rasuras – por que não? – os indícios daquilo que ainda é capaz não só de despertar interesse, mas, sobretudo, de explicar muito do que se construiu: modos de ser, pensar e agir que teimam em persistir, como se o *ethos* de outrora também fosse o de hoje, a rondar-nos.

1 Versos de *Futuros Amantes* (1993), canção de Chico Buarque.

A despeito dos desafios que a pesquisa a partir de arquivos pessoais impõe, o trabalho do historiador com esse tipo de documentação pode render resultados inesperados, até mesmo inéditos, independentemente do quão conhecidas sejam as fontes. As perguntas feitas aos documentos determinarão o que delas é possível captar.

É, por exemplo, o caso do trabalho desenvolvido no Arquivo Histórico do Museu Imperial, cujo guia de acervos aponta cerca de 100 fundos documentais processados tecnicamente, totalizando 300 mil itens.

Dentre esses fundos, sem dúvidas, o destaque recai sobre o *Arquivo da Casa Imperial do Brasil* (POB), composto pela documentação de caráter privado das famílias real de Portugal e imperial do Brasil, doada ao Museu Imperial por Pedro Gastão de Orleans e Bragança, bisneto de D. Pedro II.[2]

Não obstante a importância histórica e arquivística desse fundo, no qual se encontram os documentos que pertenceram a D. Pedro II, imperador que governou o país entre 1840 e 1889, e vasta correspondência que permeia o cenário social, cultural e político do século XIX, há outros fundos bem menores, compostos por pouquíssimos itens, que podem igualmente jogar luz sobre problemáticas cruciais para a historiografia.

A fim de discutir essa gama de possibilidades e desafios para o ofício do historiador, a proposta do artigo é apresentar algumas reflexões a partir de dois fundos documentais relacionados entre si no que tan-

2 São cerca de 40 mil documentos, produzidos entre 1249 e 1932, e mais documentos sem data, totalizando 22,03 metros lineares, conforme Inventário Ibram/2010. As negociações para a doação tiveram início em 1947 e foram concluídas em 1949, conforme Processos 675/1947 e Anexos e 123/1949.

ge aos produtores da documentação – membros da família imperial brasileira –, porém, muito díspares com relação às suas dimensões, ao volume documental.

A primeira parte tratará de documentos pertencentes ao *Arquivo da Casa Imperial do Brasil*, fundo que reúne cerca de 40 mil itens documentais, de variadas tipologias, como cartas, diários, minutas de documentos oficiais, rascunhos e desenhos, cadernos de estudo, estudos tradutórios e traduções, poemas, roteiros de viagens, resumos das reuniões do Conselho de Estado, minutas de Falas do Trono, entre outros.

Na segunda parte, o trabalho apresentará o estudo de 33 cartas escritas pela condessa d'Eu – como assinava a princesa D. Isabel, sobretudo no exílio – a Maria Francisca Álvares de Azevedo, incorporadas ao acervo do Museu Imperial recentemente, em 2018. Embora possam ser considerados documentos de caráter privado, não chegam a figurar como missivas trocadas entre amigas íntimas. Ainda assim, além de inéditas, essas cartas possibilitam uma miríade de questionamentos acerca das relações aristocrático-femininas, particularmente na *Belle Époque*.

O intento é mostrar que as fontes primárias – e as secundárias – a respeito de D. Pedro II e de sua filha, D. Isabel, formam o que Leonor Arfuch conceitua como "espaço biográfico": um conceito abrangente, que abarca "diversos matizes de narrativa vivencial"; não só a biografia ou autobiografia, a história de vida, mas também diferentes "momentos" biográficos (ARFUCH, 2010, p. 16, 25 e 74), que podem ser apreendidos a partir da leitura atenta e verticalizada dos documentos, particularmente, da correspondência.

Escritas de si: os manuscritos de D. Pedro II como "espaço biográfico"

O que sempre mais estudei foi a mim próprio.
Pedro d'Alcantara[3]

O mapeamento historiográfico apurado não deixa dúvida de que D. Pedro II é uma das personagens mais estudadas da História do Brasil. Seus laços familiares e intelectuais transatlânticos realçaram ainda mais a notoriedade de quem governou o Brasil por quase cinquenta anos. Porém, a pesquisa mais aprofundada acerca de sua trajetória alertava para uma incompletude, para meandros que as múltiplas biografias clássicas, laudatórias, alinhavadas pela linearidade de uma história de vida que articulava eventos pessoais e políticos não conseguiam atingir.

Eis que de seu arquivo pessoal, pertencente ao Museu Imperial, e de modo algum inédito, visto que consultado por inúmeros estudiosos desde a década de 1930, surgem outras perspectivas de abordagens para a compreensão não só da trajetória de D. Pedro II como de processos sociopolíticos estruturantes da sociedade brasileira.

O arquivo privado das famílias real de Portugal e imperial do Brasil, custodiado pelo Arquivo Histórico do Museu Imperial, possui uma gama diferenciada de tipologias documentais e, especificamente em relação aos documentos que pertenceram a D. Pedro II, destacam-se os seus 44 diários e extensa correspondência.

3 Trecho transcrito de *Correspondência entre d. Pedro II e o barão do Rio Branco* (de 1889 a 1891). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. Carta datada de Cannes, 6 de fevereiro de 1891.

Sem dúvida, os diários, cerca de cinco mil páginas manuscritas, têm sido a fonte por excelência dos pesquisadores, sobretudo após a sua publicação pelo Museu Imperial, sob a organização de Begonha Bediaga (1999). Entre eles, há que se separar os diários íntimos daqueles que são relatos das viagens do imperador no Brasil e no exterior, escritos em cadernetas ou, simplesmente, em folhas de papel avulsas, com características de rascunho, denotando o intento de uma posterior sistematização.

Dentre os diários íntimos, dois chamam a atenção por terem sido escritos, deliberadamente, com a intenção de serem relatos autobiográficos para a posteridade. São eles o volume 1, composto de poucas páginas, anotadas com intervalos entre 1840 e 1842, e o volume 9, escrito entre 31/12/1861 e 05/01/1863, um caderno de 384 páginas escritas a tinta.

Particularmente, os diários íntimos reiteram a dicotomia que permeou toda a trajetória do segundo imperador do Brasil, sempre dividido entre o monarca e o cidadão, entre os assuntos de Estado e os seus estudos e projetos pessoais, enfim, entre Pedro II e Pedro d'Alcantara.

Contudo, essa ambivalência também pode ser notada em sua escrita epistolar, seja através da correspondência que ele estabeleceu com a condessa de Barral[4] e com o conde de Gobineau,[5] que podem

4 Luísa Margarida Portugal de Barros, condessa de Barral e da Pedra Branca; marquesa de Montferrat (1816-1891) foi preceptora das princesas Isabel e Leopoldina, filhas de D. Pedro II, tornando-se uma das principais interlocutoras do imperador. A *Coleção Barral Montferrat* (DBM) é formada por 265 cartas, escritas por D. Pedro II à condessa de Barral, entre 1865 e 1881, integra o acervo do Museu Imperial, conforme Processo 590/1948, e pode ser consultada na íntegra. Disponível em: http://dami.museuimperial.museus.gov.br. Acesso em: 30 set. 2022.

5 Joseph Arthur de Gobineau, conde de Gobineau (1816-1882). Diplomata, jornalista, filósofo e escritor francês. Autor de *Essai sur l'inégalité des races humaines*, publicado em 1853, considerado um marco das teorias racialistas. Gobineau viveu no Brasil entre 1869 e 1870, quando se tornou próximo de D. Pedro II, cultivando uma amizade que duraria até a sua morte, em 1882, como atesta a correspondência ativa e passiva de ambos, já publicada. Cf. RAEDERS, Georges. *D.*

ser considerados seus interlocutores privilegiados, seja na correspondência com intelectuais, políticos e cientistas das mais diversas áreas do conhecimento. Em todos os casos, é possível detectar elementos e recursos narrativos que remetem a um sujeito complexo e múltiplo.

Diante dessa evidência, a leitura das fontes apontou para a necessidade de se compreender o valor dos testemunhos para as visões do passado. Ou seja, como situar a questão da subjetividade, tendo-se como fontes primordiais, justamente, formas variadas de escrita de si? (ARFUCH, 2010, p. 53).

Se as separações canônicas entre o biográfico e o autobiográfico estão cada vez mais diluídas, como seria plausível pensar as possibilidades de disjunção, tanto temporal – passado-presente-futuro –, como entre sujeito e objeto da narração; entre o sujeito que narra e aquele sobre o qual se narra? Em outros termos, em que medida o sujeito que narra sobre si mesmo também se autoconstrói?

Como, ao narrar uma vida de uma maneira, e não de outra, os sujeitos sociais corroboram a sua identificação, não apenas no tempo presente, para os seus contemporâneos, mas sobretudo na posteridade?

Em última instância, como a disjunção que o próprio D. Pedro II se empenhou em fazer, seja nos diários, seja nas correspondências, contribuiu para a construção do conhecimento histórico e da historiografia sobre ele?

Perceber o valor dos testemunhos pessoais para as visões do passado constitui-se um desafio para a historiografia. No caso de D. Pedro II, a noção de disjunção é uma chave relevante para a compreensão

Pedro II e o conde de Gobineau: correspondências inéditas. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

dos esforços empreendidos por ele mesmo, nas narrativas autorreferenciais, para separar o imperador do cidadão.

Os argumentos expostos por Leonor Arfuch, em *Espaço biográfico*: dilemas da subjetividade contemporânea (2010), de que o narrado é o pensado sobre o vivido, a dimensão do experimentado, mas não o vivido, já que este não é mais tangível, podem auxiliar a responder a essas perguntas, assim como a pensar melhor os paradoxos de D. Pedro II, tantas vezes reiterados pelo conhecimento histórico produzido a seu respeito.

Arfuch aponta para um trabalho de memória na autobiografia, em que estão implícitas tanto questões políticas como também éticas, cujo referencial é o presente, quer dizer, o passado é ressignificado à luz do presente. Essas configurações da temporalidade perpassam as escritas de si, apontando, ao mesmo tempo, para a intenção de uma narrativa que deveria ser legada para o futuro, mas que também buscasse os nexos e os fundamentos em um passado que informa as ações do presente.

Assim, se a primeira tentativa de escrita autobiográfica, iniciada no dia em que o imperador completou quinze anos, pode ser considerada apenas um esboço de compilação de memórias pelo jovem monarca, ao contrário, o diário escrito entre 1861 e 1863 evidencia claramente a sistematização de uma escrita de si que visava à publicização. Em um texto introdutório, o imperador distingue o monarca, pessoa jurídica, e o indivíduo, pessoa física, revelando o que julga ser e, sobretudo, o que gostaria de deixar como imagem para o futuro.

Então, pode-se arguir, com Arfuch, quais são as estratégias de autorrepresentação, quais são os modos de se nomear no relato, já que "é essa qualidade autorreflexiva, esse caminho da narração, que será, afinal de contas, significante" (ARFUCH, 2010, p. 72).

Assim, não só em relação aos diários, mas também quanto à correspondência e a outros manuscritos, outra proposição de Arfuch pode ser mobilizada: a ideia de disjunção entre o sujeito e o objeto da narrativa. Ainda que a tendência atual seja a de pôr em xeque esta possibilidade, os escritos do imperador indicam inequívocos esforços empreendidos pelo próprio narrador, D. Pedro II, para separar-se do narrado; para distinguir o imperador do cidadão.

Essa disjunção fica claramente evidenciada em uma minuta de carta escrita por D. Pedro II a Alexandre Herculano, intelectual português, sobre a recusa deste em aceitar uma condecoração dada pelo Governo Imperial, na qual diferencia os múltiplos "eus", expressando os paradoxos de sua condição sempre dúbia, e apontando para o descolamento entre o sujeito e o objeto da narrativa das autobiografias, ou escritas de si, clássicas:

> Sr. Herculano,
> Logo que recebi sua carta de verdadeiro amigo mostrei-a ao imperador. A afeição que ele e eu lhe votamos não podia de nenhuma sorte ressentir-se de sua determinação; [...] Começo pela defesa do imperador que lhe é muito afeiçoado; mas sempre procurou evitar a influência de sentimentos pessoais nas ações do governo de sua nação. [...] Agora torna-se a resposta difícil, por causa da minha posição para com o monarca do Brasil. [...] o imperador também viola bastante a sua opinião quando cede a satisfazer a vaidade humana [...] Seu afeiçoado D. Pedro.[6] (grifos nossos).

Ainda que seja consenso entre os estudiosos que a condição de governante fazia com que D. Pedro II, em boa medida, tivesse uma in-

6 *Arquivo da Casa Imperial do Brasil* - POB - Maço 163 - Doc. 7546. Trecho de minuta de carta de D. Pedro II a Alexandre Herculano (1810-1877), escritor e historiador português. C.1875. Acervo Museu Imperial/Ibram/MinC.

tenção racionalmente arquitetada para que seus relatos fossem deixados para a história (enquanto campo de conhecimento e como campo de acontecimentos), há documentos onde essa vontade é nitidamente explicitada.

Na correspondência que integra o arquivo pessoal de D. Pedro II, destacamos ainda a carta escrita pelo imperador ao ministro plenipotenciário do Brasil em Lisboa, Miguel Maria Lisboa, barão de Japurá, solicitando que fossem dispensadas as honras com que pretendiam recebê-lo, por ocasião da sua primeira viagem à Europa, em 1871, cujo excerto copiamos:

> Snr. Lisboa,
> Minha viagem é em caráter inteiramente particular, e chamo-me como designo-me. [...] Vou para hotel e hei de alugar trem. [...] Tendo provavelmente de haver quarentena, irei para o lazareto e muito me afligirei se qualquer exceção a meu respeito contrariar o intuito da legislação portuguesa. [...] Seu affeiçoado patrício, D. Pedro d'Alcantara.[7] (grifo nosso).

Passagens como essas são muitas na extensa documentação que forma o arquivo pessoal de D. Pedro II. Os recortes de escritas autorreferenciais aqui expostos objetivam apenas exemplificar a problemática levantada: compreender como as escritas de si de D. Pedro II ajudam a refletir sobre o deslocamento do imperador que, paulatinamente, descolou-se da imagem aristocrática – e do *ethos* aristocrático – e cunhou, ele mesmo, a imagem do cidadão que servia com devoção ao seu país, aproximando-se do *ethos* burguês.

7 *Arquivo da Casa Imperial do Brasil* - POB - Maço 206 - Doc. 9380. Trecho de carta escrita por D. Pedro II a Miguel Maria Lisboa, barão de Japurá (1809-1881), enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Lisboa, Portugal. Datada, 12/06/1871. Acervo Museu Imperial/ Ibram/MinC.

À vista disso, a noção de trajetória, como articulada por Pierre Bourdieu (1986), apresenta-se como um conceito fundamental. Contrapondo-se à ideia de linearidade da história de vida, a perspectiva das múltiplas colocações e descolamentos do agente social na estrutura social, sobretudo em um contexto histórico de profundas transformações estruturais, como o que marca a transição da primeira para a segunda metade do Oitocentos, é uma ferramenta teórica que, aliada à extensa leitura de fontes de caráter privado, evidencia não só um ponto de inflexão, mas também a trajetória de D. Pedro como ímpar, em última instância, excepcional-normal.[8]

Opondo-se à "ilusão biográfica", emerge da documentação de caráter privado, e em especial da correspondência, um sujeito complexo, cuja história de vida permite compreender o grau de liberdade dos agentes históricos diante dos condicionamentos da estrutura social, particularmente quando se evidenciam contradições no interior dos sistemas normativos.

Assim, se, por um lado, a trajetória de um indivíduo pode viabilizar a compreensão de um contexto social mais amplo, por outro lado, a imersão em fontes de caráter privado – como os variados tipos de cartas –, permite descortinar a percepção das "imprevisibilidades" do agente histórico e das decisões que o levariam a um ponto de inflexão em sua trajetória.

8 Cf. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Epistolografia na *Belle Époque:* um estudo das cartas de D. Isabel, condessa d'Eu, a Maria Francisca Álvares de Azevedo

Todos os meus votos de felicidade[9]
Isabel, condessa d'Eu

As 33 cartas[10] escritas pela condessa d'Eu,[11] entre 1890 e 1911, a Maria Francisca Álvares de Azevedo estão longe de possuir o apelo das correspondências de D. Pedro II, que integram o *Arquivo da Casa Imperial do Brasil*, seja, obviamente, em relação às dimensões do fundo, seja com relação ao conteúdo das missivas. Não obstante, e talvez pela disparidade entre os volumes documentais, o exercício aqui proposto é relevante para apontar a riqueza dos arquivos pessoais para o trabalho do historiador.

Como destacado por Le Goff (1996), os indivíduos são imersos em redes de relações sociais, cujas diversidade e complexidade lhes possibilitam desenvolver estratégias próprias. Sob esse ângulo, as cartas escritas pela condessa d'Eu tornam-se importantes por traçarem um painel sobre a trajetória de D. Isabel, no exílio.

9 "Tous mes souhaits de bonheur", em tradução livre, "Todos os meus votos de felicidade". É uma expressão manuscrita por D. Isabel, em cartão decorado a mão, enviado, provavelmente, a Maria Francisca Álvares de Azevedo. S.l., s.d, O cartão acompanha as cartas de D. Isabel a Maria Francisca Álvares de Azevedo.

10 As cartas integram o *Arquivo Maria Francisca Álvares de Azevedo Amaral*, composto por 41 itens, com datas de produção entre 1889 e 1916. Entre as missivistas, além de D. Isabel, encontram-se Amanda Paranaguá Dória, baronesa de Loreto; Maria José Velho de Avellar, baronesa de Muritiba, e Joaquina de Oliveira de Araújo Gomes, baronesa de São Joaquim. Os documentos foram transferidos para o Museu Imperial, em 2018, pela Seção de Gestão Documental da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

11 Isabel, princesa do Brasil e condessa d'Eu (1846-1921). Terceira filha de D. Pedro II, herdeira do trono brasileiro. Casou-se com Gastão de Orleans, com quem teve três filhos: Pedro, Luiz e Antonio, nascidos, respectivamente, em 1875, 1878 (em Petrópolis-RJ) e 1881 (em Paris). Exilou-se na Europa com a família, após a queda da monarquia, em 15 de novembro de 1889.

Nas curtas missivas escritas à amiga que ficara no Brasil, aquela que havia governado o país por três expressivos períodos, como princesa regente, durante as viagens internacionais de D. Pedro II, mostra-se como uma mulher bem do seu tempo e lugar social: uma senhora da burguesia europeia, mais especificamente francesa, vivendo entre Paris e Eu, na Normandia. Entre uma estadia e outra, praticava a vilegiatura e aproveitava para aderir a peregrinações religiosas, ou se encontrar com os filhos. Portanto, conforme é possível apreender das cartas, a vida familiar e social, nos moldes burgueses da *Belle Époque*, parece ter sido a marca do exílio de D. Isabel.

> 2 de Setembro de 1900 – Aix-les-bains
>
> Minha querida Maria Francisca
>
> Muito lhe agradeço sua carta de 12 de Fevereiro em resposta à minha de 29 de Julho por ocasião dos meus annos.
>
> A expressão de seus sentimentos e dos de seu marido e filhos muito nos penhorão. Aqui nos achamos depois de termos ido a Cauterets, Lourdes e a Oberammergau para a representação da Paixão que ahi se dá por voto todos os 10 annos. É feita com toda fé, muito bela e nos comoveu muito a todos.
>
> De Lourdes nem se fala mais. É impossível lá se ir sem se ver cheio de saudades e fortificado. Aceite para si e os seus muitas saudades nossas, e creia-me sempre sua amiga muito do coração
>
> Isabel Condessa d'Eu
>
> Tenho boas noticias do Pedro e do Luiz. Aqui só temos Antonio.[12] (grifos nossos).

12 *Arquivo Maria Francisca Álvares de Azevedo Amaral*. I-MFA-02/09/1900 – Acervo Museu Imperial/Ibram/MinC. *Aix-les-Bains* é um importante balneário, frequentado pela família imperial do Brasil, em suas viagens ao exterior e, em particular, pela condessa d'Eu, já no exílio. A comuna, no sudeste da França, era um ponto de encontro de famílias aristocratas, sobretudo durante a *Belle Époque* (1871-1914), com fins de vilegiatura e tratamento de saúde, com as suas águas termais. No acervo do Museu Imperial, há outras cartas escritas por D. Isabel e remetidas de Aix-les-Bains. Já Cauterets e Lourdes, também na França, distam apenas 30 km uma da outra.

O item transcrito condensa, sob a aparência sucinta de um tipo documental entre um bilhete e uma carta – se bem observado, como se por um detetive que rastreia pistas –, elementos que permitem recuperar a atmosfera envolta na trajetória de vida de uma mulher da elite, na passagem do Oitocentos para o século XX.

O Arquivo Histórico do Museu Imperial guarda amplo espectro de documentos relacionados à D. Isabel. Além de vasta correspondência ativa e passiva, o acervo iconográfico é expressivo, composto por fotografias, desenhos, pinturas sobre papel e álbuns.[13]

No entanto, ainda que não houvesse volumosa correspondência de D. Isabel em outros fundos pertencentes ao Museu Imperial e a outras instituições, as cartas que ela escreveu a Maria Francisca Álvares de Azevedo possibilitariam que estudos mais atentos apontassem para as estratégias de sobrevivência no exílio e para a sua interlocução com a sociedade europeia do período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Nesse contexto, o que representara, por exemplo, para a França de Napoleão III, a reforma urbanística de Haussmann,[14] em meados do século XIX, significava para a *intelligentsia* e os vanguardistas do

Enquanto a primeira era reconhecida por seus *spas*, na região dos Altos Pirineus, Lourdes era, no final do Oitocentos, um dos mais importantes centros de devoção mariana. Oberammergau, na Baviera (sul da Alemanha), tornou-se, no século XIX, um relevante centro de peregrinação católico, reconhecido pelas encenações da Paixão de Cristo, que acontecem a cada dez anos, até os dias de hoje. A referência de D. Isabel a essas peregrinações são importantes notas para que se entenda a sua religiosidade e a sua relação com o catolicismo, em especial no período do exílio, quando parece ter se dedicado tenazmente às causas ligadas à Igreja Católica.

13 Extensa pesquisa e amplo mapeamento de fontes relacionadas à D. Isabel, princesa do Brasil e condessa d'Eu, foram realizados pelos historiadores Bruno da Silva Antunes de Cerqueira e Maria de Fátima Moraes Argon da Matta, autores de *Alegrias e Tristezas*: estudos sobre a autobiografia de D. Isabel do Brasil, publicado em 2019.

14 Reforma urbanística capitaneada pelo prefeito de Paris, o barão Haussmann, durante o Segundo Império, sob o governo de Napoleão III (1853-1870), e que alterou drasticamente a paisagem da capital francesa.

início do século XX, uma "modernidade antiga", algo ultrapassado, que precisava ser superado por novas formas de expressão. O "novo moderno" pressupunha rompimentos, mudanças bruscas, mas também, paralelamente, a busca pelo mundo interior.

Tudo isso parece emergir dos relatos de D. Isabel, particularmente, no que se refere às suas excursões aos centros de peregrinação mariana, como Lourdes, no sudoeste da França. Entretanto, essas excursões religiosas não despertariam o interesse apenas de D. Isabel, bastante conhecida por suas práticas religiosas e por seu catolicismo.

Intelectuais do porte de Emile Zola[15] também se debruçaram sobre os fenômenos de religiosidade que se contrapunham ao paradigma do racionalismo científico, tornado hegemônico a partir da segunda metade do XIX, justamente para atestar (ou contestar) a procura por um determinado tipo de experiência espiritual, que parecia prenunciar a tempestade que se avizinhava: a eclosão da guerra (ILLIES, 2016).

Paralelamente, a temática do exílio não poderia passar despercebida. Sabe-se que o banimento pressupõe desenraizamentos profundos, e que talvez o acirramento da busca por experiências espirituais possa estar relacionado a essa experiência. Além disso, as cartas demonstram a vivência das ausências: primeiro, com as mortes da mãe e do pai; segundo, o ingresso dos filhos na Academia Militar Teresiana, no castelo Wiener Neustadt, na Áustria, o que dificultava bastante a reunião de todos ao mesmo tempo.

15 Émile Zola (1840-1902), escritor francês. Em 1894, após um período de imersão no contexto religioso de Lourdes, Zola publicaria a obra *Lourdes*, demonstrando a sua visão laica e crítica das peregrinações. Embora impregnada de crítica e ceticismo, a publicação da obra não deixa de apontar para a relevância que o fenômeno das peregrinações alcançava no final do século XIX. Esses fenômenos sociorreligiosos colocavam em xeque o pensamento cientificista, o qual havia fundamentado o paradigma da modernidade, a partir dos anos 1870.

O exílio e as perdas de conexões afetivas, associados à frustração das expectativas políticas para as quais D. Isabel fora preparada,[16] permitem que se enxergue com mais clarividência a produção dessas fontes, que são cartas escritas na *Belle Époque*, período que traz em seu bojo a perspectiva de aceleração do tempo histórico e, com isso, ares de desencantamento do mundo (KOSELLECK, 2006).

Então, se as correspondências íntimas – enquanto "espaço biográfico" – permitem tecer uma narrativa que mescla subjetividade e objetividade, história pessoal e história social, o desafio consiste justamente em pinçar de relatos muitas vezes banais algo de relevante para os estudos históricos.

Nesse intuito, a produção historiográfica deve valer-se, quando for esse o caso, de abordagens metodológicas que permitam auscultar as fontes, inclusive aquelas aparentemente estéreis. Esse foi o caso das cartas escritas por D. Isabel a Maria Francisca.

Por fim, foi preciso levantar o histórico dessa documentação, o que também possibilitou a colocação da temática da inviabilização das mulheres. Se, por um lado, a produtora da documentação – D. Isabel, condessa d'Eu – é amplamente conhecida, o mesmo não pode ser dito da destinatária, Maria Francisca Álvares de Azevedo Amaral.

O processamento técnico dessas cartas, quando da sua entrada no acervo do Museu Imperial, gerou, obviamente, a necessidade de se buscar dados. Pelo sobrenome, não foi difícil associá-la ao escritor Álvares de Azevedo, de quem era irmã. Fora essa informação, todas as referências a ela se resumiam à "esposa de Ângelo Thomaz do Amaral", ou, posteriormente, a seus filhos.[17]

16 Cf. AGUIAR, Jaqueline Vieira de. *Princesas Isabel e Leopoldina*: mulheres educadas para governar. Curitiba: Apris, 2015.

17 Maria Francisca Álvares de Azevedo Amaral era casada com Ângelo Thomaz do Amaral (1822-1911), com quem teve dois filhos: Antônio José Azevedo do Amaral (1881-1942)

O estudo, dessa forma, referendou o que a historiografia vem ressaltando: o silenciamento das vozes femininas, particularmente no espaço público. Em múltiplas notícias veiculadas em jornais da segunda metade do XIX, onde o nome de Ângelo Thomaz do Amaral é visto com recorrência, devido à sua proeminência no círculo político do Império, Maria Francisca é sempre a coadjuvante, cujo nome não aparece abertamente, sempre mencionada através de epítetos.

Apesar da rede de sociabilidades aristocrático-femininas revelada pelas cartas e do fato de ser uma integrante das elites Oitocentistas, a amiga de D. Isabel passaria quase despercebida, à sombra de seu irmão, marido e filhos, lugar comumente legado às mulheres no XIX e reiterado pela historiografia tradicional.[18]

---

e Inácio Manuel Azevedo do Amaral (1883-1950). Cf. http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico. Acesso em: 09 ago. 2021. Ângelo Thomaz do Amaral, segundo o *Diccionario Bibliographico Brazileiro*, de Sacramento Blake, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, tendo exercido ao longo da vida diversos cargos públicos, de escrivão da comissão de marinha a presidente das Províncias do Piauí, Pará e Alagoas. Foi também deputado pela província do Amazonas. Na década de 1850, destacou-se como engenheiro ferroviário e acionista da Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II, conforme noticiado, por exemplo, no *Jornal do Commercio* (RJ). Assumiu o *Jornal da Tarde*, em 1870, junto com Eduardo Augusto de Oliveira. No período coberto pela correspondência ora analisada, destacava-se como comerciante na praça do Rio de Janeiro. Em 1891, o *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) registrou o seu nome como proprietário de uma fazenda de açúcar e olaria em Itaboraí, RJ. Seu nome ainda aparece, no mesmo anuário, vinculado à Caixa Econômica e Monte de Socorro, da qual foi vice-presidente, à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e ao Club de Engenharia. Não era titular, mas possuía duas comendas – era comendador da ordem de Cristo, do Brasil, e da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, de Portugal. Como apontam os indícios nas cartas enviadas pela condessa d'Eu à sua esposa, havia proximidade entre as famílias, certamente fundamentada na rede de sociabilidades aristocráticas e, em especial, as sociabilidades aristocrático-femininas que gravitavam em torno da figura de D. Isabel e da expectativa de um Terceiro Reinado. A família Álvares de Azevedo do Amaral, conforme o endereço anotado nos envelopes que acompanham essas cartas e no *Almanak Laemmert*, residia à Rua Guanabara, 67. Portanto, era vizinha do Palácio Isabel, residência dos condes D'Eu, até 1889, e atual Palácio Guanabara, sede do governo do Estado do Rio de Janeiro.

18 Com as seguintes características: uma história elitista, factual, formada por eventos e fatos idealizados de grandes heróis, particularmente homens. Cf. BURKE, Peter. "Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro". In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 7-16.

Mesmo assim, as missivas que ela recebeu – correspondência ativa da condessa d'Eu – mostraram não só um exercício de epistolografia na *Belle Époque*, algo aparentemente trivial, mas múltiplas possibilidades para um olhar microscópico desejoso de enxergar para além das evidências demasiadamente evidentes.

Considerações finais

O intento do texto foi tratar de questões relacionadas às possibilidades de abordagens teórico-metodológicas mais recentes, a partir de dois fundos documentais. Embora ambos integrem o acervo do Museu Imperial, são muito díspares entre si, especialmente com relação às suas dimensões.

Em comum, possuem a característica de se configurarem como arquivos pessoais onde a prática epistolar do século XIX se evidencia. Na escrita de pai e filha – D. Pedro II e D. Isabel – está latente a construção de si, permitindo que a correspondência seja entendida como "espaço biográfico", onde se expressam "diversos matizes de narrativa vivencial", como apontado por Arfuch (2010).

Na parte relativa a D. Pedro II, o estudo atento da sua correspondência permitiu vislumbrar que a dicotomia entre o imperador e o cidadão – tão ressaltada por seus biógrafos – foi uma narrativa construída por ele mesmo, em suas diversas formas de escrita autorreferencial, com destaque para as cartas.

Já a respeito da escrita epistolar de D. Isabel, particularmente no exílio, as fontes que fundamentam esse trabalho reiteraram que

mesmo documentos aparentemente triviais podem render pesquisas interessantes e, por que não dizer, importantes, para o campo historiográfico.

Finalmente, aos estudiosos do passado fica a certeza de que atingirão apenas "vestígios de estranha civilização", "fragmentos" e "ecos de antigas palavras". Sendo assim, os desafios e as venturas para a historiografia podem residir no olhar e na abordagem, muito mais do que na riqueza aparente de determinadas fontes. O inédito e o instigante podem ser encontrados também no que se mostra mais fugaz ou prosaico.

Referências

Fontes manuscritas

ARQUIVO DA CASA IMPERIAL DO BRASIL (POB) - Acervo Museu Imperial/Ibram/MinC.

ARQUIVO MARIA FRANCISCA ÁLVARES DE AZEVEDO AMARAL (MFA) - Acervo Museu Imperial/Ibram/MinC.

Referências bibliográficas

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico*: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

BEDIAGA, Begonha (Org.). *Diário do Imperador D. Pedro II*: 1840-1891. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ILLIES, Florian. *1913*: antes da tempestade. Tradução Silvia Bittencourt. 1. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. "Introduction". In: *Saint Louis*. Paris: Éditions Gallimard, 1996.

CAPÍTULO 2

"Não tem obrigação d'estudar senão durante o tempo que marquei, porém, quem estuda mais, sabe mais": cartas educativas para a formação de futuras soberanas

Jaqueline Vieira de Aguiar

Figura 1 - Princesa Leopoldina e Princesa Isabel – 1860

Fonte: Arquivo Dom Carlos.

Inicio a escrita deste texto e solicito atenção para a fotografia das Princesas brasileiras Isabel e Leopoldina, documento iconográfico que hoje compõe o acervo pessoal de D. Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança,[19] bisneto da Princesa Leopoldina. A fotografia, com cerca de 163 anos, exibe a Princesa Leopoldina, que apoia seu braço esquerdo no ombro da Princesa Isabel, sua irmã mais velha, amiga e confidente. Na imagem, as filhas do Imperador do Brasil, D. Pedro II (1840-1889), contam aproximadamente 13 e 14 anos de ida-

19 D. Carlos Tasso é filho de Lamoral Alexandre Taxis de Bordogna e Valnigra, da Casa dos Príncipes Tasso, e de Theresa-Christina Maria Josefa Inácia Benícia Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga, bisneta do Imperador D. Pedro II e filha do Príncipe brasileiro D. Augusto e de Dona Carolina Maria, Arquiduquesa da Áustria. É casado com D. Walburga Rosa de Habsburgo Lorena, Arquiduquesa da Áustria, trineta do Imperador Francisco José e da Imperatriz Elisabeth da Áustria. Tem oito filhos, todos de nacionalidade brasileira.

de e trajam longos vestidos escuros com manga debruada em tom claro. Os vestidos são trabalhados com bordados, sianinhas e passamanarias – aviamentos com formato ondulado usados para enfeitar tecidos, vestimenta habitual de meninas e moças no Oitocentos.

Ao contemplar a fotografia, volto-me imediatamente para hábitos, comportamentos e costumes do século XIX, um tempo marcado pelo poder dos barões do café, pelo trabalho escravo, pelas charretes, pela iluminação a óleo de baleia e a gás, pela pompa monárquica, mas, também, pela escrita de diários, cadernetas, cartas e bilhetes, hoje silenciados e esquecidos em gavetas de armários, escrivaninhas e arquivos. Esses documentos podem ser compreendidos como "egodocumentos"[20]– escrita íntima em que o autor fala de si mesmo expondo assim sua vivência cotidiana, suas memórias. Os "egodocumentos" marcam alguns eventos no tempo, dando-lhes determinada importância e transmitindo uma dimensão emocional destinada a entes queridos ou gerações futuras, e por esse motivo têm despertado cada vez mais o interesse de pesquisadores que privilegiam a "escrita de si" como fonte histórica ou objeto de pesquisa.

Dentre esses documentos, destaca-se a carta, expressão da cultura escrita que carrega em seu suporte peculiaridades e códigos a serem decifrados. Para Mignot (BASTOS, CUNHA, MIGNOT, 2002, p. 115), "constituem-se em documentos que permitem compreender itinerários pessoais e profissionais de formação, seguir a trama de afinidades eletivas e penetrar em intimidades alheias". Gomes (2004, p. 19) interpreta a escrita de cartas como um "jogo interativo entre quem

20 Sobre o assunto, ver: (CALLAC, 1994; FABRE, 1993; AMELANG, 2005; CASTILHO GÓMEZ, 2013).

escreve e quem lê – sujeitos que se revezam, ocupando os mesmos papéis através do tempo". A autora também defende que muitas são as razões para se dar atenção a esse tipo de escrito. A pesquisa com cartas está relacionada a diversas áreas, entre elas a história da educação, por envolver técnicas e procedimentos aprendidos na escola. Afinal, há todo um protocolo a ser seguido pelo missivista, desde a escolha do papel, a datação, a caligrafia, o local de onde se escreve, o tratamento dado a diferentes destinatários, as formas de despedidas e a assinatura (GOMES, 2009, p. 9).

De acordo com (SIERRA BLAS, 2003), para se entender a história da cultura escrita, é preciso avançar ao mesmo tempo em histórias diferentes e complementares: "a história da obra, como manuscritos e objetos impressos, a história de normas, recursos e usos da escrita e a história da maneira como lemos" (SIERRA BLAS, 2003, p. 28-29). Para a autora, a história da cultura escrita também abrange o campo da história social, visto ser objeto de estudo das relações que se estabelecem em diversas situações históricas, englobando "sistemas de escrita, formas gráficas e processos de produção de testemunhos escritos, por um lado, e as estruturas socioeconômicas das sociedades que, por outro lado, elaboram, utilizam e manipulam estes produtos culturais" (SIERRA BLAS, 2003, p. 28-29).[21]

"O ato de escrever cartas pessoais/íntimas consiste em confrontar-se com códigos estabelecidos e, a partir deles, inventar/construir um lugar para si, por meio das palavras", afirma Cunha (2019, p. 148).

21 SIERRA BLAS, Verónica. *Aprender a escribir cartas:* los manuales epistolares en la España contemporânea (1927-1945). Gijón: Ediciones Treal, S. L., 2003. A versão original encontra-se em espanhol, os trechos citados foram traduzidos pela autora deste capítulo.

E a autora acrescenta, "trocar cartas, corresponder-se ou escrever para alguém são formas de se expor, compartilhar experiências, de se construírem elos invisíveis, e muitas vezes, duradouros". A carta tanto fala de quem a escreve como pode revelar algo de quem a recebe, logo, essa prática de escrita denuncia o tipo de relacionamento entre os envolvidos, vencendo distâncias e ausências, tecendo sensibilidades, enfim, construindo "laços de papel" (CUNHA, 2019). Dessa forma, egodocumentos escritos no "espaço privado e adormecidos por tanto tempo nos arquivos possuem muitas histórias silenciadas que esperam o olhar atento de um pesquisador para decifrá-los, interrogá-los, torná-los fontes capazes de preencher as lacunas deixadas pela historiografia tradicional" (AGUIAR; VASCONCELOS, 2017).

Diante do exposto, o presente estudo tem por objetivo apresentar a metodologia aplicada à análise de cartas e bilhetes das Princesas Isabel e Leopoldina, trocadas entre elas e seus pais, D. Pedro II e D. Teresa Cristina, Imperadores do Brasil, com o propósito de compreender o processo de formação educacional das herdeiras do Trono. Nesse escopo, a pesquisa qualitativa e histórico-documental tem como principal fonte as cartas e os bilhetes das Princesas Imperiais, documentos oriundos do Arquivo Histórico do Museu Imperial e do Arquivo Grão Pará, pertencente aos descendentes da Família Imperial do Brasil. São selecionadas especialmente as cartas trocadas entre as Princesas e seus pais, cujos escritos possuem viés educativo e são testemunhos do vivido por suas autoras, da infância à adolescência, e muito têm a revelar sobre o cotidiano das lições. O texto dialoga com autores que abordam métodos e técnicas aplicadas na análise de cartas e demais "egodocumentos", como Bastos, Cunha e Mignot (2002),

Sierra Blas (2003), Gomes, (2004), Mignot (2013), Flexor (2019) e Cunha (2019).

Cartas educativas: a formação das Princesas herdeiras sob o olhar atento dos pais

A morte do segundo e último filho varão do Imperador D. Pedro II, no ano de 1850, fez de Isabel e Leopoldina as únicas herdeiras do Trono e da Coroa do Brasil. Diante desse fato, as Princesas precisaram receber instrução digna de futuras soberanas e os ensinamentos destinados à mulher, como futuras governantes, mães e esposas. No entanto, qual seria a educação proporcionada a Isabel e a Leopoldina para que, no futuro, tivessem condições de governar o país? Embora Leopoldina não fosse a primeira na linha sucessória, entendia-se que, na falta de sua irmã Isabel, a mesma também deveria estar apta a receber a missão de governar o Brasil, razão pela qual as duas deveriam ser educadas da mesma forma. Em busca de pistas sobre a educação das Princesas, consultei a Biblioteca Nacional (BNRJ) e o Arquivo Nacional (AN), situados na cidade do Rio de Janeiro, e o Arquivo Histórico do Museu Imperial (AHMI) e o Arquivo Grão Pará (AGP), localizados na cidade de Petrópolis. Nessa última casa de guarda, tive contato com as cartas das Princesas, as quais revelaram aspectos significativos para a interpretação da educação destinada à preparação das governantes e acabaram por se converter em objeto[22] e fonte principal da pesquisa.

22 Sobre o assunto, ver trabalho anterior: AGUIAR, Jaqueline Vieira de. Educação nas cartas: a construção de um objeto de pesquisa. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, v. 7, n. 22, p. 642-657, 23 dez. 2022.

Num universo de mais de cinco mil cartas pesquisadas, foram selecionadas 276 trocadas entre as Princesas e seus pais, no período de 1854 a 1865, que forneciam dados significativos à recomposição da formação educacional daquelas que foram preparadas para, um dia, governar o seu país. Ao consultar as epístolas das Princesas, enviadas aos pais, verifiquei que as meninas tinham o costume de relatar nesses escritos o cotidiano educativo do qual compartilhavam diariamente no espaço doméstico. Dessa forma, as cartas das Princesas foram "exploradas" no sentido de buscar, por meio delas, traços da educação recebida entre os anos de 1850 e 1864. A delimitação temporal do estudo voltou-se para as fontes encontradas: a primeira data do recorte temporal estabelecido marca o ano em que Isabel e Leopoldina tornaram-se primeira e segunda na linha sucessória ao Trono do Brasil, respectivamente, e consequentemente, o início do estudo das primeiras letras; a segunda data delimita o fim da educação formal das duas, as quais são desposadas por Príncipes europeus. E, como exposto na abertura desse texto, o presente estudo visa apresentar a metodologia aplicada com as cartas e os bilhetes pertencentes às duas Princesas, pesquisa que teve por finalidade compreender a instrução recebida pelas filhas do soberano do Brasil.

A escrita de cartas e bilhetes era o principal meio utilizado pelas Princesas Isabel e Leopoldina para se comunicarem com os pais, visto que, na maior parte do tempo, ficavam distantes deles, seja porque não tinham autorização para andar pelos corredores da residência oficial da família, no Paço de São Cristóvão (LACOMBE, 1989; ARGON, 2006), ou por passarem longas temporadas na residência de verão, em Petrópolis. Além disso, D. Pedro II era extremamente ocupado com

suas atribuições de Imperador e sempre que necessário viajava pelas províncias sendo acompanhado por sua esposa, D. Teresa Cristina.

A partir dos indícios de que o Imperador já exercia a função de mestre junto às filhas, foi cogitado que ele tenha preparado aulas para as duas, em seu gabinete de estudos, identificado como um dos espaços do conhecimento existente na casa do soberano (AGUIAR, 2015; 2020b). Em três epístolas enviadas por D. Pedro II às filhas, no período de 1859 a 1861, são encontrados vestígios de como ele conduzia a educação de Isabel e Leopoldina, vejamos:

> **Recife 18 de 10bro de 1859 1 da madrugada**. Cara Izabel [...] Mande me dizer o que indica que uma equação é do 2º grau, e qual a formula de resolvel-a. Fale-me também dos logaritimos dizendo-me o que são e para que servem. Quando responderes não entraves senão contigo mesma, tendo-me escrito o [mestre] Candido Baptista que já lhe explicou estas matérias[23]...
>
> **Rio 24 de março de 1861 6 horas da manhaã.** Caras Filhas [...] Não s'esqueção da minha figura geometrica e passem esta semana tão santinhas como Ella[24]...
>
> **Rio 28 de março de 1861** Minhas Caras Filhas [...] Ahi vae um abraço por boas festas e domingo terão as caixinhas de amêndoas que eu mesmo escolherei para serem bonitas. Não me conterão só com a figura geometrica; quero também uma semana, pelo menos, de lições muito bem dadas[25]...

Nesse primeiro extrato de carta, datado de 18 de outubro de 1859, observa-se que D. Pedro II estava em viagem às províncias do

23 Carta de D. Pedro II à Princesa Isabel. Recife, 18 de dezembro de 1859. AGP-XXXIX-1. Arquivo Grão Pará. [Grifo meu].

24 Carta de D. Pedro II à Princesa Isabel. Rio de Janeiro, 24 de março de 1861. AGP-XXXIX-1. Arquivo Grão Pará. [Grifo meu].

25 Carta de D. Pedro II à Princesa Isabel. Rio de Janeiro, 28 de março de 1861. AGP-XXXIX-1. AGP-XXXIX-1.[Grifo meu].

"Norte" e, mesmo de tão longe e a altas horas da noite, o Imperador procurava educar as Princesas, enviando-lhes lições de matemática. Nota-se que, ao passar as lições, ele também conferia se a matéria de matemática, ministrada pelo mestre Cândido Batista,[26] havia sido devidamente ministrada. Em resposta ao pai, Isabel escreve de Petrópolis, em 6 de dezembro de 1859: "*Meu querido Papae [...] No dia 8 parte o vapor inglês, de manhãa amanhãa, partem as cartas, ajuntarei a estas cartas um escritinho*".[27] Ao que tudo indica, o "escritinho" refere-se às resoluções matemáticas solicitadas pelo pai-mestre.

Numa outra carta enviada ao pai e não datada, Isabel escreve "*remeto o papel do Papae que talvez o queira mostrar ao Candido Baptista*".[28] Pelo que se pode inferir, D. Pedro II além de fiscalizar se suas filhas estavam "dando boas lições", também discutia com os mestres os conteúdos ensinados, visto ter Isabel enviado o "papel" (possivelmente questões resolvidas), cogitando a possibilidade de ele querer mostrá-lo ao mestre de física e matemática, Cândido Batista.

Para a compreensão do segundo e terceiro extrato de carta, foi necessário recorrer ao calendário do período em questão, no qual se percebeu que as datas entre 24 e 31 de março de 1861 correspondiam à "Se-

26 Cândido Batista de Oliveira (RS/1801-1865/BA) estudou em Portugal, na Universidade de Coimbra, formando-se em matemática e filosofia no ano de 1824 (SISSON, 1861; AGUIAR, 2020a). Assim como outros mestres da Casa Imperial, não consta no *Livro de Assentamento dos Mestres de Sua Majestade o Imperador e Serenissimas Senhoras Princezas*, mas em minuta escrita por D. Pedro II é mencionado como professor: "*Na cidade farei o que faço aqui com excepção das lições de geometria que passão para as 5as dada pelo C. Batista*". Cf. Papéis relativos à educação das Princesas. 12 páginas de texto, algumas por letra de D. Pedro II. Maço 29 – Doc. 1038 Museu Imperial/Ibram/MinC. Acredita-se que tenha iniciado as atividades como mestre da Casa Imperial, a partir de 1857, já que é a partir desse ano que passa a ser citado nas cartas das Princesas.

27 Carta da Princesa Isabel a D. Pedro II. Petrópolis, 06 de dezembro de 1859. AGP-XLI-3. Arquivo Grão Pará. Ainda que não conste nesta missiva o local de onde escreve, na carta enviada ao pai, dois dias antes, ela relata sua chegada a Petrópolis, onde passaria o verão.

28 Carta da Princesa Isabel a D. Pedro II. Sem Local, [1857]. AGP-XLI-3. Arquivo Grão Pará.

mana Santa", na qual os católicos comemoram a morte e ressurreição de Jesus Cristo. Naqueles dias, considerados santos pela Igreja Católica, o Imperador não só cobrava as "figuras geométricas" como também determinava que as filhas passassem a semana tão santas quanto ela, ou seja, elas deveriam se comportar e realizar suas atividades educacionais sem maiores problemas. Assim, percebe-se que as meninas obedeciam ao pai, não parando para descansar nem em dias santos e de guarda.

Entretanto, em algumas ocasiões, Leopoldina, a filha caçula, mais geniosa e não tão obediente quanto Isabel, questiona o projeto educativo estabelecido pelo Imperador e deixa explícito, em sua epístola dirigida ao pai, o desinteresse pelos estudos, requisitando um momento de "divertimento" na Glória,[29] onde já se encontrava sua irmã.

> Meu querido Papae. A Mana foi á Glôria (é divertimento e bem divertimento) eu já ouvi missa não acha que eu devo me divertir o tempo que ella se diverte. Não fallamos de devoção porque eu estou fazendo um *tableau* comprehendendo todas as historias que apprendi. Me responda faça favor.[30]

29 Outeiro da Glória, bairro da cidade do Rio de Janeiro, era conhecido anteriormente como "Morro do Leripe". As origens históricas da igreja de Nossa Senhora da Glória remontam ao século XVII, mas a conclusão do templo se deu em 10 de outubro de 1739, ano em que a Irmandade de Nossa Senhora da Glória foi canonicamente instituída. Com a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, a igreja passou a ser muito prestigiada pela Família Real, que via o templo como um complemento do Paço. Cf. IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DO OUTEIRO – RJ Disponível em: https://sanctuaria.art/2016/05/20/igreja-de-nossa-senhora-da-gloria-do-outeiro-rio-de-janeiro-rj-2. Acesso em:25 jun. 2021.

30 Carta da Princesa Leopoldina a D. Pedro II. Sem local, sem data e sem assinatura. AGP-XLVIII-1. Arquivo Grão Pará. Embora o documento não tenha sido datado e nem assinado pelos atores envolvidos, a caligrafia é da Princesa Leopoldina e do Imperador Pedro II. Apesar de a carta ter sido datada posteriormente como tendo sido escrita em 1867, para a pesquisadora e autora desse capítulo, o documento provavelmente é do ano de 1862, devido à caligrafia apresentada pela Princesa, pela lição relatada e ainda pelo fato de a carta mencionar os seus mestres, que participaram da educação formal das filhas do Imperador somente até o ano de 1864 (AGUIAR, 2015).

Segundo Leopoldina, a "Mana" estava se divertindo e não apenas sendo "devota", já que se encontrava na Igreja da Glória, um lugar ameno e também um espaço público no qual as mulheres podiam circular mais livremente, estabelecendo relações sociais. Com toda a calma e paciência, o Imperador, ao receber a mensagem, transforma-a numa carta educativa que ensina valores morais à filha mais nova, no mesmo papel recebido.

> Não tem obrigação d'estudar senão durante o tempo que marquei, porem quem estuda mais sabe mais, e você conhece qual meu desejo, e que sempre fui muito respeitador de meus mestres. O exercício também é necessário; mas você não deve se cansar muito por causa de suas pernas; em summa, lembre-se de que ainda não tem bastante experiência para não [...] attender às prescripções dos mais velhos, e q não sou eu só quem deseja o seu bem. [...] Compreendido-lhe recordar que também ella pode ficar em casa, indo você sózinha à Gloria. Adeus! Seja bem livre d'inveja, obediente, e estudiosa. Até Logo![31]

Na resposta à filha, o Imperador demonstra ter plena autoridade sobre a educação da Princesa, ao afirmar "*não tem obrigação d'estudar senão durante o tempo que marquei*". Suas palavras confirmam que era ele quem definia os horários de estudos das meninas. Em seguida, D. Pedro II relembra à filha que ela conhecia o seu "*desejo*", dando a entender que em outro momento já havia conversado sobre o tipo de educação que almejava para as Princesas. O pai, então, continua a explicar que se por acaso ela, Leopoldina, estivesse estudando mais do que sua irmã, não haveria problema algum, afinal, "*quem estuda mais, aprende*

31 Trecho escrito por D. Pedro II, na carta da Princesa Leopoldina, a ele dirigida. [São Cristóvão, 1862], sem assinatura. AGP-XLVIII-1. Arquivo Grão Pará.

mais". Ele chega a tecer uma comparação, lembrando o tempo em que era estudante e se coloca como exemplo de aluno obediente e respeitador. Para o pai, estes deveriam ser os valores apreendidos pela filha.

Quando afirma na carta que não era só ele quem desejava o seu bem, o Imperador estava se referindo à importância que possuía a instrução de suas filhas para a nação, o que também deveria ser constantemente salientado pela Condessa de Barral, encarregada da educação das Princesas. Caso Isabel tivesse ido a algum lugar público, certamente, não teria sido desacompanhada. E, se a Condessa optou por levar somente Isabel, era porque Leopoldina teria algum impedimento para realizar tal atividade. Talvez fosse o problema na perna mencionado pelo Imperador e, sendo assim, a preceptora, enquanto responsável pelas meninas, parece ter preferido preservar a integridade física de sua discípula mais nova.

Ao mesmo tempo em que Leopoldina e Isabel escreviam cartas ao pai, também redigiam epístolas à mãe, afinal, os dois Imperadores viajaram juntos às Províncias do Norte entre os anos de 1859 e 1860. Mas qual o teor das cartas trocadas entre a Imperatriz D. Teresa Cristina e suas filhas? Abaixo, encontram-se trechos de cinco missivas de Isabel à mãe, as quais podem ser conferidas pelo leitor:

> **SC. 3 de Outubro de 1859.** [...] Mamãe eu lhe peço perdão se fiz mal. Hoje eu Cortei um cueiro de flanella para os ingeitados. Como eu o queria fazer de noite pensei que mamãe não se zangaria ao menos muito, de que eu cozesse uns pontos grandes.[32]

> **SC. 4 de Outubro de 1859.** Minha querida Mamãe. [...] Hontem eu comecei o trabalho para o Monsenhor Narciso. É um véo para o

32 Carta da Princesa Isabel a D. Teresa Cristina. São Cristóvão, 3 de outubro de 1859. AGP-XLI-4. Arquivo Grão Pará. [Grifo meu].

calyse. A marqueza e o maquez de'Itanhaem esteve hoje aqui e viunos dansar a varsovianna e a Polka [...] Eu hontem já dei as minhas lições. No sábado eu hei de ver se arranjo um mappa das notas da semana para lhe mandar e tambem do Papae. Tomára não mandar mais mappas porque He sinal que Meus Caros Paes já estão de volta. Hoje a noite alinhavei uã touca, Cortei um roupão, alinhaveil-o um pouco, como não estava bem cortado, Cortei um outro, mas não tive tempo de alinhaval-o. Tenho medo de que mamãe se zangue d'isto porque eu lhe prometti que não cozia de noite. Mas hontem foi com pontos não pequenos e hoje alinhavei. Perdoe-me a letra e a ortographia.[33]

SC. 8 de 8bro de 1859. Minha querida Mamãe. [...] eu me esqueci de lhe dizer uã cousa no outro dia, eu tive mamãe, uã vontade tal de cozer de noite que não pude cozi. No outro dia eu ia cozer mas a Condessa não quis que eu cozesse porque mamãe tinha prohibido. Esperarei que Mamãe me perdoará. Estes dias eu tenho só alinhavado. Isso eu acho que não é máo.[34]

SC. 11 de Outubro de 1859. Minha querida Mamãe. [...] Hoje alinhavei uã coisinha e chuliei um vestidinho d'uma bonequinha.[35]

SC. 17 de Outubro de 1859. Minha querida Mamãe. [...] Hoje bordei com a Madame Diémert.[36]

De uma forma geral, as cartas tratam das lições de bordado e costura realizadas com a mestra, madame Diémer,[37] ou retratam momen-

33 Carta da Princesa Isabel a D. Teresa Cristina. São Cristóvão, 4 de outubro de 1859. AGP-XLI-4. Arquivo Grão Pará. [Grifo meu].

34 Carta da Princesa Isabel a D. Teresa Cristina. São Cristóvão, 8 de outubro de 1859. AGP-XLI-4. Arquivo Grão Pará. [Grifo meu].

35 Carta da Princesa Isabel a D. Teresa Cristina. São Cristóvão, 11 de outubro de 1859. AGP-XLI-4. Arquivo Grão Pará. [Grifo meu].

36 Carta da Princesa Isabel a D. Teresa Cristina. São Cristóvão, 17 de outubro de 1859. AGP-XLI-4. Arquivo Grão Pará. [Grifo meu].

37 Em meados do século XIX, Madame Jenny Diémer foi diretora de uma conceituada casa de educação feminina estabelecida em Petrópolis, à rua central do Quarteirão Francês, atual Rua de Joinville. O proprietário do estabelecimento era Alphonse Diémer, marido de Jenny Diémer,

tos de Isabel sozinha à noite, em seu quarto sob a luz de um lampião. No Palácio Imperial de Petrópolis, havia um espaço próprio para essas atividades, a *Sala de Costura,* mas a carta da Princesa foi escrita do Paço de São Cristóvão e não se tem conhecimento da existência de uma sala específica para os trabalhos manuais e/ou as lições com Madame Diémer, na casa oficial do soberano. Todavia, nas cartas de Isabel, anteriormente citadas, encontram-se comentários sobre alguns trabalhos manuais confeccionados por ela no espaço doméstico, demonstrando a importância dessa habilidade. Isso porque, no século XIX, os trabalhos manuais realizados no lar, pelas moças, mães e esposas, voltavam-se para o conhecimento das "prendas domésticas", sendo valorizada a mulher Oitocentista que dominasse este saber.

As cartas confirmam o gosto de Isabel pelas "prendas domésticas". Em suas costuras, a Princesa mostra-se perfeccionista e exigente consigo mesma, decidindo cortar novamente uma peça que, em sua concepção, "não estava bem cortada". É provável que a Princesa encarasse o aprendizado como parte de suas brincadeiras, já que fazia roupinhas para suas bonecas. Mesmo à noite e desprovida de iluminação adequada, ela se habituou a costurar, talvez por desejar muito e/ou simplesmente para não atrapalhar o aprendizado das demais matérias realizadas durante o dia. Em vários trechos das epístolas analisadas, ela pede perdão à mãe por "coser" à noite. Muitas vezes, a costura não era nem para si própria, e sim uma doação de caridade.

cuja senhora "cuidava de suas alunas com 'esmerado zelo' conforme a propaganda colocada nos periódicos da época" (RODRIGUES, VASCONCELOS, 2010, p. 5-6). Acredito que Jenny Diémer tenha se tornado mestra de bordado, costura e pintura das filhas do Imperador a partir do ano de 1857, quando é mencionada no diário da Princesa Isabel pela primeira vez, no qual consta a seguinte anotação "*...de tarde toquei piano. Ao meio dia veio a Madame Diémer e eu fiz um boucadinho de filé*". Entretanto, é no ano de 1859 que Madame Diémer é citada com frequência nas cartas da Princesa Imperial.

Devido à grande angústia expressada pela Princesa Isabel no período de 3 a 17 de outubro de 1859, expondo o medo de que a mãe brigasse com ela por "coser" à noite, buscou-se nas cartas da Imperatriz a resposta solicitada pela filha. Na correspondência da mãe, abaixo transcrita, há também relatos sobre locais visitados na Bahia, em companhia do Imperador.

> **Bahia, 16 Outubro 1859.** Minha querida Filha Isabel [...] Aproveito para lhe mandar uma lata de doce para ti e para a Mana; são do convento. Eu já fui antes d'hontem ver o convento do Desterro de que muito gostei, achei-o muito grande, e as freiras alegrissimas, tendo o prazer de ver as duas tias da Condessa de Barral; as quaes estão boas, e muito me perguntarão por ella e Dominique [...]. No dia 7 fomos na Igreja da Graça [...] Depois fomos a Sé que é magnífica e pena que esteja tão estragada, o altar do Sacramento esta ainda muito bom e muito digno de ver-se, à noite fomos ao Theatro Italiano. No dia 8 fomos ver a Igreja de S. Bento que não tem nada que ver, porque está em obra. [...] Mando-te flores do Convento do Desterro, que são cravos e rosas [...] Todos os dia dou-te bom dia minha Cara Isabel e desejava tanto poder abraçar-te. Hontem tive o prazer de receber pelo Wonder Rock as tuas cartas e tambem a do chef de policia e o diario que me fez o maior prazer minha boa Isabel e peço-te que o continue porque m'interessa muito vendo tudo o que fazes. [...] Não é preciso que se escrevas tudo e sim o que for mais importante. [...] Podes cozer a noite mas coisas que não cansem a vista. [...] Muito me alegra saber que tem boas notas. [...] Te abraço com todo o coração assim como faz o Teu Pae e recebe a minha Benção. Sou sempre sua affectuosa Mãe Thereza.[38]

Diante de tantos pedidos de perdão, a "afetuosa mãe" se compadece, permitindo que a filha costurasse à noite, desde que não preju-

38 Carta de D. Teresa Cristina à Princesa Isabel. Bahia, 16 de outubro de 1859. AGP-XL-2. Arquivo Grão Pará. [Grifo meu].

dicasse "a vista". Ela também menciona a carta diário[39] enviada pela filha, relatando grande parte dos acontecimentos do dia. D. Teresa Cristina estimula-a a continuar a escrevê-la, mas sem se preocupar em escrever tudo, apenas o que aconteceu de mais importante em cada data. Quando o assunto era costura ou bordado, era à mãe que as Princesas recorriam, fosse para solicitar algum material de costura como nesta carta, "*Mamãe não se esqueça de mandar amanhã as flores da Madame Diémer para eu ter tempo de as fazer para ficarem promptas Domingo*",[40] ou apenas para compartilhar o desenvolvimento de seus artefatos, como nesta outra, "*de tarde dei a lição da Madame Diémer e Ella disse que eu trabalhei muito bem. Foi na sua mesa de ulabastra*".[41] Portanto, ao longo da formação educacional das Princesas, era o conhecimento das prendas domésticas e do sagrado que ocupava a maior parte das linhas escritas pelas meninas nas cartas dirigidas à sua mamãe, a Imperatriz do Brasil.

Isabel e Leopoldina chegavam a estudar das 7h às 21h30 ou até 22h, o que perfaz um total de aproximadamente 15 horas diárias, ao descontar as 4 horas de intervalo destinado ao asseio, à oração, às refeições e à recreação, chega-se à média de 11 horas diárias dedicadas às lições, uma carga horária extensa para duas meninas cumprirem e aprenderem uma grande variedade de conhecimentos. Com tantas lições, parecia difícil encontrar tempo para redigirem suas correspon-

39 A carta diário caracteriza-se por conter o registro de atividades diárias do remetente, possuir várias datas, ser mais longa que as correspondências comuns e conter a assinatura do autor apenas na última página.

40 Carta da Princesa Isabel a D. Teresa Cristina. Petrópolis, 14 de janeiro de 1859. AGP-XLI-4. Arquivo Grão Pará. [Grifo meu].

41 Carta da Princesa Isabel a D. Teresa Cristina. São Cristóvão, 29 de outubro de 1859. AGP-XLI-4. Arquivo Grão Pará. [Grifo meu].

dências, as quais eram escritas normalmente à noite, após as atividades educativas e, no dia seguinte, corrigidas por seus mestres; afinal, representavam materialmente o apreendido durante as lições, então, precisavam estar primorosas.

Por meio das cartas das Princesas e principalmente dos mapas de notas e/ou boletins anexos, enviados aos pais, foi possível conhecer o que fazia parte do currículo das futuras governantes. As matérias são: caligrafia/escrita, literatura portuguesa, poesia portuguesa, leitura portuguesa, ortografia portuguesa, gramática portuguesa, estilo em português, poesia francesa, homônimos, ortografia francesa, análise gramatical, leitura francesa, estilo em francês, gramática francesa, latim, inglês, italiano, alemão, grego, retórica, fotografia, equitação, música – piano, canto, dança, bordado, costura, pintura, desenho, teatro, história eclesiástica/sagrada, evangelho/catecismo, história sagrada, geografia, economia política, história de Roma, história do consulado e do império, história da filosofia, história de Portugal, história da França, história da América, história da Inglaterra, história antiga, história medieval, história moderna, mitologia, filosofia, botânica, física, química, astronomia/cosmografia, mineralogia, geologia, zoologia, anatomia humana, ciências naturais, aritmética, álgebra, geometria e análise lógica.

Os conhecimentos listados e contrastados com os de outros Príncipes e Princesas herdeiras de seu tempo[42] mostram que Leopoldina e Isabel receberam de fato educação digna de governantes, posição que era normalmente ocupada por homens, no século XIX. Nesse senti-

42 Sobre o assunto ver trabalho anterior: AGUIAR, Jaqueline Vieira de. *Cadernos de lições*: a educação das princesas Isabel e Leopoldina nos paços imperiais (1850-1864). 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020a, 346f.

do, as filhas de D. Pedro II foram contempladas com a dupla educação: a que na época era considerada restrita aos homens, como futuros chefes de estado, voltada para o conhecimento das "ciências e das letras", e a destinada às mulheres, voltada para as "prendas domésticas", condizente com a função de esposa e mãe.

Durante o processo de análise das cartas de Leopoldina e de sua irmã Isabel, fui instigada a reconhecer algumas peculiaridades das escritas de crianças e adolescentes, visto que "acompanhei" seus escritos desde a primeira carta – datada no ano de 1854, estando elas com 7 e 8 anos de idade – até as escritas no início do ano de 1865, quando já se encontravam casadas, aos 17 e 18 anos, respectivamente. Assim, tive a oportunidade de apreender algumas questões apontadas por Mignot (2013), relativas às especificidades das escritas infantis, e que serão evidenciadas no próximo parágrafo, visando a melhor compreensão do leitor e/ou pesquisador que deseje trabalhar com cartas.

De acordo com Mignot (2013, p. 244-245), pesquisar cartas "nos obriga estar atentos aos suportes e utensílios da escrita, aos rituais epistolares, rasuras, borrões e marginálias" [...], e ainda, ao "[...] lugar social de quem escreve e o grau de intimidade entre remetentes e destinatários [...]". As escritas de crianças e adolescentes geralmente estão submetidas "às normas, ao controle do adulto, sejam os pais ou professores, controle este que pode aparecer tanto sob a forma de incentivo quanto de correção". Precisamos estar cientes de que autores de cartas "selecionam, elegem, omitem, enfeitam a própria vida. Suas cartas são apenas fragmentos de seus modos de ver o mundo. Não escrevem sobre tudo o que viveram, não vivem tudo o que escreveram [...]". Investigar cartas "exige do pesquisador que dialogue com as fontes, fazendo

cruzamentos com outros documentos que ajudem a atribuir sentidos ao escrito, contextualizar, interrogar e interpretar". Esse processo pode ser extremamente instigante, já que trabalhar "com a produção escrita, em particular a escrita de si, exige pensar no sujeito que escreve, nos contextos, nas motivações, nos destinatários, nas finalidades, nos modos e nos conteúdos da escrita" (MIGNOT, 2013, p. 244-245).

Alguns dos obstáculos enfrentados no decorrer da pesquisa foram a variedade de caligrafias dos diferentes remetentes envolvidos. A título de exemplo, destaco as cartas escritas pelo segundo Imperador do Brasil, consideradas durante a investigação como as mais difíceis de se ler e compreender. Até porque as epístolas do século XIX são geralmente manuscritas e várias palavras apresentam-se de forma abreviada, razão pela qual se tornou necessário reconhecer e identificar cada símbolo para realizar a leitura de tais documentos, o que foi possível por meio da aplicação de métodos e técnicas provenientes da obra *Abreviaturas: manuscritos e documentos luso-brasileiros*, *séculos XVI ao XX* (FLEXOR, 2019).

Pesquisar cartas é instigante, pois a cada epístola que se abre, algo novo se revela. As cartas das Princesas revelam não só as "lições", mas inúmeros outros aspectos presentes no dia a dia da infância e adolescência de Isabel e Leopoldina. Logo, é possível afirmar que a imersão em escritos autobiográficos das Princesas tornou possível conhecer não só a instrução recebida, mas também a construção de suas identidades ao longo dos anos (AGUIAR, 2015; 2022). Ao visualizar os papéis, seus bordados, seus símbolos, suas marcas, bem como a letra das meninas, que aos poucos se tornam mulheres, recompõe-se a trajetória de uma educação cujos resultados poderiam influenciar o desti-

no do Brasil. E Isabel, como primeira na linha sucessória, estava ciente de sua condição como mulher e de suas responsabilidades para com seu país, ao enfrentar junto com a irmã uma árdua rotina de estudos durante todo o processo educacional a que esteve submetida. E, ainda que distantes, em grande parte do tempo, os pais acompanhavam o processo por meio das epístolas das duas meninas e respondiam com incentivos para darem "boas lições" e a se transformarem em duas futuras soberanas. A instrução formal das Princesas Leopoldina e Isabel só findou por ocasião de seus casamentos. Em 15 de outubro de 1864, casou Isabel, e, em 15 de dezembro do mesmo ano, foi a vez de Leopoldina.

À guisa de conclusão

Ao término do trabalho, foi possível concluir que os "egodocumentos", como cartas e bilhetes trocados entre as Princesas Isabel e Leopoldina e seus pais, foram fundamentais para a compreensão da formação educacional recebida pelas herdeiras do Trono. Esses objetos da cultura escrita carregam consigo aspectos intrínsecos e extrínsecos. A análise destes códigos tornou possível conhecer não só os costumes da cultura escrita Oitocentista, como também o currículo educacional ensinado, os agentes envolvidos, os espaços onde estudavam e o tempo dedicado à formação das Princesas.

As epístolas enviadas pelas Princesas ao pai, no mesmo período das remetidas à mãe, revelaram conter assuntos bem diferentes. As primeiras trazem discussões sobre astronomia, matemática, botânica,

química e as demais ciências, refletindo a pessoa do Imperador, reconhecido como o pai-mestre a quem as meninas recorriam por meio de cartas para dialogar sobre assuntos científicos. As segundas apresentam uma maior tendência para o conhecimento do sagrado, da costura, do bordado e da pintura, refletindo a figura da Imperatriz, a quem as meninas recorriam para falar especialmente sobre os ensinamentos voltados para a religiosidade e as atividades manuais femininas realizadas no ambiente doméstico. A diferença na temática evidenciada na escrita epistolar trocada entre os pais e suas filhas pode ser interpretada como ressonância da educação de gênero proporcionada no Oitocentos, e Isabel e Leopoldina conseguiam perpassar esses dois universos, tidos como o masculino e o feminino.

Assim, despeço-me com a esperança de que a discussão sobre a metodologia de análise de cartas impulsione outros pesquisadores, escritores e leitores a debruçarem-se sobre o ofício da (re)interpretação do passado de destinatários e remetentes, autores de cartas que viveram antes de nós, já que esses manuscritos são resquícios de vidas, relações, sentimentos, costumes, hábitos culturais que se esvaíram pelo tempo, mas contribuíram para constituir a nossa memória.

Referências

AGUIAR, Jaqueline Vieira de. *Princesas Isabel e Leopoldina:* mulheres educadas para governar. Curitiba: Appris, 2015.

AGUIAR, Jaqueline Vieira de; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A escrita epistolar como objeto de pesquisa: um estudo sobre as cartas das princesas brasileiras. *Indagatio Didactica*, v. 9, p. 113-127, 2017.

AGUIAR, Jaqueline Vieira de. *Cadernos de lições*: a educação das princesas Isabel e Leopoldina nos paços imperiais (1850-1864). 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020a, 346f.

AGUIAR, Jaqueline Vieira de. De palácio a museu: uma visita a espaços do conhecimento de Isabel e Leopoldina. In: *ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL*/Museu Imperial – Nova Fase. Vol. 1. Petrópolis: Museu Imperial/ Ministério do Turismo, 2020b, p. 103-122.

AGUIAR, Jaqueline Vieira de. Educação nas cartas: a construção de um objeto de pesquisa. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, v. 7, n. 22, p. 642-657, 23 dez. 2022.

AMELANG, James. Apresentação do dossiê "De la autobiografia a los egodocumentos: un fórum aberto". In: *Revista Cultural escrita & Sociedad*, n.1. Gijón, Espanha: Ediciones Trea, 2005.

ARGON, Maria de Fátima Moraes. A Princesa desconhecida. *Revista Nossa História*, ano 3, n. 36, p. 74-77, 2006.

BASTOS, Maria Helena Camara, CUNHA, Maria Teresa Santos, MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Orgs.). *Destino das Letras:* educação e escrita epistolar. Passo Fundo: UPF, 2002.

CALLAC, Emmanuelle. «Écriture ordinaire», sous la direction de Daniel Fabre. In: Genèses, 16, 1994. *Territoires urbains contestés*, p. 166-167. Disponível em: https://www.persee. fr/doc/genes_1155-3219_1994_num_16_1_1691_t1_0166_0000_6. Acesso em: 20 mar. 2021.

CARTA da Princesa Leopoldina a D. Pedro II. Relativo ao ano de [1862]. AGP-XLVIII-1. Arquivo Grão Pará.

CARTA de D. Teresa Cristina à Princesa Isabel. Bahia, 16 de outubro de 1859. AGP-XL-2. Arquivo Grão Pará.

CARTAS da Princesa Isabel a D. Teresa Cristina. Relativo ao ano de 1859. AGP-XLI-4. Arquivo Grão Pará.

CARTAS da Princesa Isabel a D. Pedro II. Relativo ao período de [1857] a 1859. AGP-XLI-3. Arquivo Grão Pará.

CARTAS da Princesa Leopoldina à Princesa Isabel. Relativo ao ano de 1865. AGP-XLVIII – 2. Arquivo Grão Pará.

CARTAS de D. Pedro II à Princesa Isabel. Relativo ao período de 1859 a 1861. AGP-XXXIX-1. Arquivo Grão Pará.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Escribir y arquivar los documentos. In: *Colóquio Internacional*. Madrid: Universidad de Alcalá de Henares, 2013.

CUNHA, Maria Teresa Santos. *(Des)arquivar:* arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente. São Paulo: Florianópolis: Rafael Copetti Editor, 2019.

FABRE, Daniel (org). *Écritures ordinaires.*Paris: Centre Georges Pompidou. Bibliotheque Publique d'Informatión, 1993.

Fallas do Throno desde o ano de 1823 até o ano de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas*: manuscritos e documentos luso-brasileiros, séculos XVI ao XX. 5ª ed. rev. e aum. Curitiba: CRV, 2019.

FRAGUAS, Alessandra Bettencourt Figueiredo. *Entre Júpiter e Prometeu, a complexa trajetória de D. Pedro II:* um agente no campo científico (1871-1891) Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019, 207f.

GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

LACOMBE, Lourenço Luiz. *Isabel:* a princesa redentora. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1989.

LYRA, Heitor. *História de d. Pedro II*. Itatiaia/Edusp: Belo Horizonte, 1938.

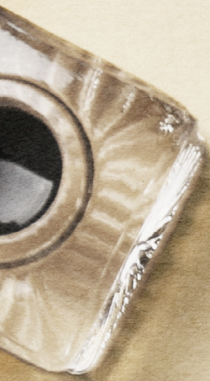
PAPÉIS relativos à educação das princesas. 12 páginas de texto, Maço 29 – Doc. 1038 - Museu Imperial/Ibram/MinC.

PRINCESA Leopoldina e Princesa Isabel. Fotografia. Arquivo D. Carlos-1860.

RODRIGUES, Maria das Graças Duvanel; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *Mulheres educadas e mulheres educadoras no Brasil oitocentista: perspectivas biográficas de Madame Diémer.* IV Congresso Internacional de Pesquisa (Auto) Biográfica. Universidade de São Paulo – USP. 26 a 29 de julho de 2010.

SIERRA BLAS, Verónica. *Aprender a escribir cartas*: los manuales epistolares en la España contemporânea (1927-1945). Gijón: Ediciones Treal, S. L., 2003.

SISSON, Sebastião Augusto Augusto. *Galeria dos brasileiros illustres (os contemporaneos):* retratos dos homens mais illustres do Brasil, na Politica, Sciencias e Letras, desde a Guerra da Independencia até os nossos dias, copiados do natural. Rio de Janeiro: Lith. de S. A. Sisson,1861. 2v.: il.; 54cm. 1861. Museu Imperial/Ibram/MinC.



CAPÍTULO 3

Escritos de distinção e intelectualidade feminina: a carta da parteira Durocher publicada nos Annaes Brasilienses de Medicina (1865)

Luciana Borges Patroclo

O capítulo[43] se desenvolve a partir da análise da carta escrita pela parteira Maria Josephina Mathilde Durocher, publicada na edição de 1865,[44] Tomo XVII – n.5, dos *Annaes Brasilienses de Medicina*,[45] revista oficial da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro,[46] órgão criado via decreto de 8 de maio de 1835.[47] Entre as motivações contribuintes para a realização do estudo estão: a autoria feminina e ser a destinatária, uma instituição científica que aceitou mulheres somente a partir da década de 1870; justamente quando Madame Durocher teve a nomeação aprovada pelo governo imperial.

Composto por seis folhas, páginas 205 a 210, e intitulado *Carta da Parteira Durocher*, o texto discorre sobre os maus tratos sofridos pelas amas de leite, escravizadas e livres, na cidade do Rio de Janeiro (Corte); bem como apresenta medidas de segurança e de saúde pública voltadas ao combate de tais práticas nocivas.

---

43 O texto é um desdobramento do projeto de pesquisa *Madame Durocher e a formação na arte do parto: um estudo sobre a educação médica e o papel social da mulher no século XIX*, supervisionado pela Profa. Dra. Maria Celi Chaves Vasconcelos junto ao Programa de Pós – Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd – UERJ).

44 A edição digitalizada dos *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XVII n.5 traz a indicação de setembro, como mês de publicação, mas uma indicação a lápis na capa aponta outubro como a data de lançamento.

45 A Hemeroteca Digital Brasileira disponibiliza os exemplares publicados entre 1851 e 1890.

46 A entidade compreendia três seções: medicina, cirurgia e farmácia. Os participantes exerciam as funções de membros titulares, honorários e adjuntos. Os sócios não residentes na Corte eram denominados: membros correspondentes. A estrutura administrativa era constituída pelos seguintes cargos: presidente honorário (Ministro do Império), presidente temporário, secretário geral e tesoureiro (membro titular). As seções ocorriam duas vezes ao mês. O Imperador D. Pedro II costumava frequentar algumas reuniões. (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL - 1832-1930, s.d.).

47 Academia Imperial de Medicina é criada com o propósito de substituir a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829-1835). De acordo com o Artigo 15º do regimento interno, a instituição visava "*[...] responder ás perguntas do Governo sobre tudo quanto póde interessar á saude publica, e principalmente sobre as epidemias, as molestias particulares de certos paizes, as epizootias, os differentes casos de Medicina Legal, [...]; a propagação da vaccina, os remedios novos ou secretos, [...] occupando-se além disto de todos os objectos de estudo, e de indagação, que podem concorrer para o progresso de todos os differentes ramos da arte de curar*" (BRASIL, 1835, p. 8). Após a Proclamação da República [1889], a instituição é denominada Academia Nacional de Medicina.

A remetente da carta: Maria Josephina Mathilde Durocher

Nascida em Paris, no dia 6 de janeiro de 1808,[48] Maria Josephina Mathilde Durocher[49] migra ainda criança para o Brasil, com sua mãe, Anna Nicolli Colette Durocher. "Desembarquei neste paiz hospitaleiro a 8 de Agosto de 1816 com 8 annos de idade [...]" (DUROCHER, 1887, p. 271). Sobre a mãe da futura parteira, Mott (1994) a descreve como uma jovem solteira, bem instruída e que trabalhou como florista na capital francesa:

> A mãe, Ana Durocher, nascida em Nancy (França) é lembrada como uma mulher educada, religiosa, defensora de ideias liberais que teria sido educada por uma tia abastada, residente na Alemanha. Em Paris, Ana Durocher teria aprendido o ofício de florista com um mestre português.[50] Aí, já com uma filha pequena – dita de pai desconhecido –, teria sustentado a mãe idosa e enferma até a morte, momento em que deixou a França, com Josefina [...] (p. 102).

> Anne Nicolli Colette Durocher[51] [...] tinha cerca de 26 anos, era solteira, costureira e florista de profissão, moradora em Paris que veio com uma filha pequena em março de 1816 no navio a velas Dois Amigos, que chegou ao Rio de Janeiro em agosto do mesmo ano depois de cinco longos meses de viagem (p. 104).

48 Periódicos e pesquisas mencionam que Madame Durocher nasceu em 1809. No entanto, textos escritos pela própria trazem 1808 como o ano correto.

49 Em razão da ascendência francesa, o nome de Madame Durocher também é encontrado com a grafia Marie Josephine Mathilde Durocher.

50 No livro *Notas de um repórter* (1895), o jornalista Ernesto Senna [1858-1913] identifica o florista português Constantino como o mestre de Anna Durocher (p. 193).

51 Também em razão da ascendência francesa, alguns documentos consultados apresentam o nome da mãe de Maria Josephina com a grafia Anne Nicolli Colette Durocher.

Produções memorialistas sobre a trajetória da parteira naturalizada brasileira[52] indicam a busca por melhores condições de vida-concomitante à derrocada final de Napoleão Bonaparte (1769 – 1821), entre 1814 e 1815 – como o contexto que impulsiona a migração para o Brasil (SENNA, 1895, p. 193; VIDAL, 1939, p. 34).

É apontado que Anna Durocher recebeu auxílio da comunidade francesa para abrir uma boutique na Rua dos Ourives, n.109,[53] na área central do Rio de Janeiro (SENNA, 1895, p. 193-194; JORNAL DO COMMERCIO, 21/01/1830, p. 4). Segundo Vidal (1939), o estabelecimento ganha destaque por ser "[...] a primeira loja de fazendas francesas no Rio que permanecia aberta dia e noite" (p. 34). Após o falecimento da mãe, em 1829, a loja passa ao comando de Maria Josephina Mathilde Durocher; porém o comércio não mais prospera (JORNAL DO COMMERCIO, 21/01/1830, p. 4).

Embora o fechamento da boutique tenha contribuído para a inserção de Durocher no campo da educação médica, os relatos sobre a parteira identificam o assassinato do negociante francês, Pedro David, companheiro[54] e pai de seus dois filhos,[55] como um fator preponderante para sua guinada profissional (REZZUTI, 2018; MOTT, 1994). O jornalista Ernesto Senna (1858-1913) descreve que Pedro David foi morto por engano:

52 Maria Josephina Mathilde Durocher tem seu pedido de naturalização aceito em 24 de março de 1871 (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 29/03/1871, p. 1).

53 Atual rua Miguel Couto.

54 As informações disponíveis apontam que Pedro David e Madame Durocher não foram oficialmente casados. Ernesto Senna (1895) narra a tentativa do companheiro de Madame Durocher de oficializar os laços matrimoniais, mesmo no leito de morte, mas não houve tempo hábil para o enlace (p. 195).

55 Acerca dos filhos da Parteira Durocher, nota-se apenas informações sobre Pedro David Durocher. É identificado que detinha a patente de 1º Tenente da Armada e faleceu em julho de 1874 (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 22/07/1874, p. 4).

> Na casa em que residia Pedro David e os seus, ocupava o segundo andar um outro negociante portuguez que parecia-se extraordinariamente com Pedro David, tanto que elles gracejavão a esse respeito. Aconteceu que aquelle *socia* de Pedro David, tendo seduzido uma moça, o pai desta entendeu vingar-se assalariando o salteador Pedro Hespanhol para matá-lo. Na noite escolhida pelo bandido, por uma fatal causalidade, Pedro David sahio de casa antes de seu vizinho, quando sempre era este quem primeiro sahia. Ao passar pela rua do Rosario foi Pedro David ferido por Pedro Hespanhol, que cravou-lhe um estylete na nuca [...] (SENNA, 1895, p. 195).

No artigo *Deve ou não haver parteiras?*, presente nos *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XXII - n.10, de março de 1871,[56] Madame Durocher especifica a profissão de parteira como a ideal para mulheres viúvas e celibatárias, desde que instruídas. Tal relato auxilia no entendimento de sua escolha profissional:

> Não é sempre impunimente que a mulher affronta as intemperies da atmosphera: sahir a qualquer hora do dia ou da noite, a qualquer tempo, com vestes incapazes de preserva-las do frio da noite; as épocas catameniaes, a gravidez, o aleitamento são circumstancias physicas, que tanto paralysão os compromissos e deveres inherentes à profissão de parteira [...] A mulher casada tem sua vida quase sempre dependente: suas ocupações domesticas, o seu ciumes ou os do marido, e outras cousas, muito prejudicão o livre exercicio da clinico e o estudo [...] e quando por circumstancias diversas as mulheres têm de entrar com seu contingente nas despesas da família, estão mais do que as outras no caso de escolher uma profissão, arte ou officio em relação com sua posição dependente; por exemplo, professora de instrucção primaria ou secundaria, de musica, de canto, bordadeira, costureira, doceira, engommadeira. Restão, pois, em possibilidade para a profissão de parteira, em casos idênticos e no

56 O artigo *Deve ou não haver parteiras?* é apresentado em duas partes complementares. O escrito inicial foi publicado nos *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XXII - n. 8, de janeiro de 1871, p. 256-271.

> gráo de instrucção exigida nos preparatórios, as celibatárias, as viuvas e as divorciadas, cujas vidas independentes em nada embarga as suas acções e nada deixa a desejar no exercício da profissão de parteira (DUROCHER, 1871, p. 331-335).

Os argumentos evidenciam uma dinâmica social na qual o trabalho *fora do lar* é consonante ao estado civil feminino. Por exemplo: não era considerado adequado à mulher casada circular sozinha pelas ruas da cidade, principalmente à noite ou na madrugada. Freyre (2006) menciona a viúva Durocher como uma das primeiras mulheres a burlar tal convenção.[57]

A citação também menciona a importância da formação instrucional feminina. Ao longo do século XIX, as legislações educacionais estabelecem diferenças no ensino ofertado aos meninos e às meninas. Ao sexo feminino, é proporcionada uma estrutura disciplinar centrada nas prendas domésticas e na formação para o lar[58] (BRASIL, 1827). Os colégios femininos particulares, vide os anúncios publicados nos

57 Embora não seja a temática principal do capítulo, torna-se necessário apontar outras atitudes da parteira, também descritas como atrevimento e até afronta. Madame Durocher tinha cabelos curtos; além disso, sua vestimenta de trabalho incluía uma saia longa preta, uma casaca também preta, uma gravata borboleta e um chapéu. Em razão da preferência por roupas consideradas pouco femininas, mas que a própria considerava as mais adequadas para sua profissão, recebe o apelido jocoso de *mulher-homem*. Cf.: MOTT, Maria Lucia De Barros. Madame Durocher, modista e parteira. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 101-116, 1994. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16292. Acesso em: 25 abr. 2022.

58 O ensino dos meninos privilegia, por exemplo, a aprendizagem matemática: *"Art 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil"* (BRASIL, 1827). Para o sexo feminino, tais conteúdos são reduzidos: *"Art 12º As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrucção da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão tambem as prendas que servem á economia domestica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brazileiras e de reconhecida honestidade [...]"* (BRASIL, 1827).

impressos Oitocentistas, costumam ter uma grade curricular ampliada; porém, a necessidade do pagamento reduz o quantitativo de matrículas.

Informações biográficas indicam que Madame Durocher foi inicialmente instruída em casa, por sua mãe; seguindo o modelo da educação doméstica[59]. "Anna Durocher, mãi de Maria, tinha recebido uma excellente educação de uma tia abastada, residente na Allemanha; ela sabia diversas línguas [...]" (SENNA, 1895, p. 193).

A própria parteira menciona ter frequentado um colégio brasileiro (DUROCHER, 1887, p. 271). Nesse sentido, a sua formação educacional se configura como um diferencial, vide as exigências para o ingresso no Curso Oficial de Parteira das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia; instaurados a partir da aprovação da Lei de 3 de outubro de 1832.[60]

> Art. 11. As Faculdades concederão os titulos seguintes: 1º de Doutor em Medicina: 2º de Pharmaceutico: 3º de Parteira. Da publicação desta Lei em diante não se concederá mais o titulo de Sangrador.
>
> [...]
>
> Art. 19. Haverá um curso particular para as Parteiras, feito pelo Professor de Partos (BRASIL, 1832).

De acordo com o *Artigo 22*, entre os requisitos para a inscrição feminina estão: ter no mínimo 16 anos, saber ler e escrever; e apresentar "um attestado de bons costumes passado pelo Juiz de Paz da freguezia respectiva" (BRASIL, 1832). Posteriormente, a responsabilidade pela

59 Cf.: VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A Casa e os seus mestres*: a educação no Brasil de Oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

60 A mesma legislação institui as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia.

emissão do atestado de moralidade passa à família. A comprovação moral é exigência direcionada apenas ao sexo feminino.

O curso possui dois anos e tem caráter prioritariamente teórico. A estrutura curricular é centrada nos conteúdos da *10ª Cadeira: Partos, moléstias de mulheres pejadas e paridas, e de meninos recém-nascidos* (BRASIL, 1832). Esse modelo pedagógico, pouco prático, faz com que Madame Durocher opte por aulas particulares de anatomia e prática de parto. Entre seus mestres, está o renomado médico Joaquim Candido Soares de Meirelles[61] (1787- 1868):

> [...] fui alumna do Dr. Joaquim Cândido Soares de Meirelles, durante o anno de 1833 matriculei-me em Fevereiro de 1834 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo no fim do curso requerido exame, tive a honra de ser approvada parteira no mesmo anno, protegida pelos digníssimos profissionaes mais antigos na carreira, honrada com a amizade e consideração dos meus contemporâneos; assim encarreirada e apoiada, caminhei desassombrada na clinica e no meu gabinete, segundo os limites da minha intelligencia (DUROCHER, 1887, p. 271-272).

Em 1834, Maria Josephina Mathilde Durocher se torna a primeira parteira diplomada do Brasil. Nesse período, as Faculdades de Medicina só permitiam a matrícula de mulheres no Curso Oficial de Parto. A legislação brasileira não consentia ao sexo feminino a obtenção dos títulos de médica ou farmacêutica. O cenário foi alterado em 1879, com a aprovação da Reforma Leôncio de Carvalho (BRASIL, 1879).

61 Formado na Academia Médico Cirúrgica do Rio de Janeiro, em 1817. Atua como médico militar. No ano de 1825, o governo imperial lhe envia à França para aperfeiçoar sua formação médica. É um dos fundadores da Academia Imperial de Medicina e um dos principais redatores da *Revista Médica Fluminense* pertencente à Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGBH) e sociedades científicas francesas. Participa da comissão especial, instituída pelo governo imperial em 1830, para reorganizar as escolas médicas brasileiras. Disponível em: http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/meirejocaso.htm. Acesso em: 10 maio 2022.

O diploma de Madame Durocher lhe confere distinção frente outras parteiras, pois se diferenciava das *comadres*, mulheres que realizavam partos sem formação oficial e escopo científico.[62] Assim como permite sua inserção em espaços de sociabilidade e intelectualidade cuja participação feminina, embora não fosse vedada, também não era estimulada.

Em 1866, é nomeada Parteira Oficial da Corte, em razão de ter acompanhado os trabalhos de parto da Imperatriz Tereza Cristina (1822-1889) e da Princesa D. Leopoldina (1847-1871) (BLAKE, 1900, p. 233; DUROCHER, 1887, p. 271-272; SENNA, 1895, p. 195). É a primeira mulher a integrar a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro. O exemplar dos *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XXII n.3, de agosto de 1870, apresenta os critérios para tal nomeação: "O logar que Mme. Durocher alcançou no seio da Imperial Academia de Medicina foi conquistado pela intelligencia, abnegação e sacrificio como parteira" (COSTA FERRAZ, 1870, p. 67). Madame Durocher passa a integrar efetivamente o quadro de membros da instituição, em 1871 (DUROCHER, 1877, p. 252).

Maria Josephina Mathilde Durocher faleceu em 25 de dezembro de 1893, aos 85 anos de idade.

62 Sobre a atuação das parteiras não diplomadas, conferir: MOTT, Maria Lucia de Barros. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico? *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, p. 25-36, 1999. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11952. Acesso em: 10 jun. 2022.

A carta da parteira Durocher

No momento da publicação da carta, Madame Durocher não pertence ao rol dos membros oficiais da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro. No entanto, sua atuação profissional é descrita na revista oficial da instituição. A digitalização dos exemplares dos *Annaes Brasilienses*, via Hemeroteca Digital Brasileira, permite identificar menções à atuação da parteira. Foram utilizados, como descritores, diferentes combinações entre o nome e o pronome de tratamento pelo qual era mais conhecida: "Durocher", "Madame Durocher", "Mme Durocher", "Maria Josephina Mathilde Durocher"; entre outras opções. A pesquisa encontra, no acervo do impresso, referências à parteira desde a década de 1850. Ganham destaque os partos e as perícias criminais[63] realizadas em parceria, principalmente, do médico Luiz da Cunha Feijó ou Dr. Feijó[64] (1817-1881).

A carta de Durocher, embora direcionada à totalidade de seus membros, é endereçada ao redator responsável dos *Annaes Brasilienses de Medicina*: o Dr. Costa Ferraz.[65]

63 São encontradas referências sobre sua atuação em casos de "defloramento" e estupro.

64 Intitulado Visconde de Santa Isabel e membro da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro.

65 Francisco da Costa Ferraz nasce em 1838, no Rio de Janeiro. Forma-se médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no ano de 1866. É Sócio Titular da Academia Imperial de Medicina e reconhecido pelo trabalho de embalsamamento dos corpos de figuras ilustres, como Floriano Peixoto (1839-1895) e José do Patrocínio (1853-1905). Para além da Medicina, é político e um dos fundadores do Jockey Club carioca. Falece na cidade do Rio de Janeiro, em 1º de março de 1907. In: O PAIZ, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 8185, 2 de março de 1907, p. 1.

> **Sr. Redactor.**[66] – Obedecendo ao dever que todos tem de cooperar com o seu contingente, para o que julgão útil a seus semelhantes, venho pedir a V.S. um lugar na sua folha afim de chamar attenção do governo imperial a respeito da absoluta necessidade nem só de estabelecer uma policia medica cirurgica e phamarceutica; bem como uma a respeito das amas de leite que se alugam, escravas ou livres (DUROCHER, 1865, p. 205).

O aceite da publicação salienta que a parteira tinha o respeito daquele grupo de intelectuais. Também é possível inferir sobre o reconhecimento de sua autoridade intelectual no debate sobre a situação das amas de leite; fossem escravizadas ou livres.

Por tal razão, a carta é iniciada com duras críticas à atuação da Junta de Higiene Pública (Junta de Hygienica):[67]

> No nosso entender emquanto a Junta não passar de uma Junta informante, será sempre um tribunal sem força moral e escarnecido pelos infractores da lei; porém deixemos de parte esta consideração que por direito pertence a intelligencia de maior esphera do que a minha, e vamos tratar do que mais diz respeito á minha especialidade (DUROCHER, 1865, p. 205).

> Uma tal medida acabaria com esse jogo de empurra da Junta Hygienica e da policia; ha tempos a Junta enviou á policia uma lista de mulheres que partejão sem titulo algum, e que o vulgo appellida *comadres*, forão com effeito chamadas á policia, porem qual foi o resultado? A policia entendeu que lhes devia perdoar a multa sob

66 O destaque de "Sr. Redactor" está presente no texto publicado nos *Annaes Brasilienses de Medicina*.

67 A Junta de Higiene Pública é criada em 1850 com o propósito de atuar *"[...] principalmente em momentos de epidemias de febre amarela, cólera-morbo e varíola. Reunia os serviços de Inspeção de Saúde do Porto e do Instituto Vacínico, incumbindo-se da higiene e saúde pública tanto em terra quanto no mar"* (FONSECA, 2008, p.40-41). Em 1851, a instituição passa a se chamar Junta Central de Higiene Pública e passa *"[...] a concentrar todo o serviço sanitário do Império, exercendo sua autoridade nas outras províncias por intermédio das comissões e dos provedores que se encontravam sob sua tutela. A Inspeção de Saúde dos Portos e a Inspeção da Vacinação ficaram definitivamente incorporadas e sob a direção da junta"* (FONSECA, 2008, p.41).

> pretexto que não tinhão meios, continuando ellas a partejarem e a desobedecerem á lei como primeiramente. Fazendo-se notar isto a alguns membros da Junta, responderão: Isto não é comnosco é com a policia (Temos ou não temos lei?) (DUROCHER, 1865, p. 205).

As citações expostas demonstram que a irritação de Madame Durocher com a Junta de Higiene Pública era antiga por causa da suposta leniência do órgão frente às *comadres*. Ocorre a percepção de que a situação das amas de leite não seria resolvida, caso a instituição não passasse por profundas mudanças. Fonseca (2008) afirma que a Junta de Higiene diminuiu sua atuação durante a Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, situação que contribui para que "deixassem de ser implementadas, nesse período, ações importantes ou legislações no campo da saúde pública" (p. 41). O período de publicação da correspondência coincide com o recorte temporal do conflito entre Brasil e Paraguai.

As explanações de Durocher sobre o tratamento desumano são alinhavadas a partir de uma escrita indignada e em tom de denúncia: "Sendo desde 1834 quotidianamente consultada a respeito das amas de leite, seria quasi um crime da minha parte, deixar passar em silencio os abusos que a meu conhecimento chegarão, bem como alguns factos feitos para revoltar a alma a mais insensível" (DUROCHER, 1865, p. 205). Seu envolvimento é reforçado pelo relato de ter apresentado à Câmara Municipal, em 1849, a proposta de criação da Junta de Inspeção das Amas de Leite. A iniciativa rechaçada pelo poder público:

> E' realmente para lastimar que entre nós até para se promover o bem geral e merecer attenção, seja indispensável uma posição imponente na politica, ou habilitações para a intriga eleitoral, ou posição aristocrática ou ainda pecuniária; sem o que não há projecto a que

> se atenta [...] assim os Illms. vereadores de 1849 não discutirão o meu trabalho, atirarão-o para um canto e não se falou mais nelle, porém o publico sabe que apresentei esse trabalho, o qual foi por alguém publicado á mais de anno no *Diario do Rio de Janeiro*.[68] (DUROCHER, 1865, p. 206-207).

Em contraposição às falhas de caráter dos sujeitos mencionados, a narrativa construída por Durocher evoca os mandamentos cristãos,[69] como recurso para explanar sua indignação com a situação vivenciada pelas amas de leite, principalmente as escravizadas:

> O preço elevado do aluguel de uma ama, tem apagado no quasi geral da nossa sociedade os sentimentos de religião, da honra e o completo esquecimento desse texto do Evangelho: Não faças a outrem o que não queres que te faça (DUROCHER, 1865, p. 205-206).

Em diferentes trechos, a ganância é identificada como elemento propulsor da exploração dessas mulheres. Aponta que, em razão dos lucros, as elites econômicas limavam qualquer dimensão de humanidade desse grupo social. Privilegiava-se a *amamentação mercenária* (MACHADO, 2012, p. 199). A dificuldade em reverter tal cenário também está associada ao fato das amas de leites comporem um dos principais contingentes de trabalho feminino nos Oitocentos (CERQUEIRA; VITÓRIA, 2020).[70]

---

68 A referência ao projeto que Madame Durocher encaminhou à Câmara Municipal é feita por João Luiz Manoel de Jesus, na seção *Correspondências*, da edição do Diário do Rio de Janeiro de 7 de março de 1864. A proposta elaborada pela parteira também é publicada junto ao referido texto. In: DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro. Ano XLIV, n. 65, 7 de março de 1864. p. 2.

69 Madame Durocher é congregada atuante de Santa Thereza de Jesus (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 01/01/1864, p. 2).

70 Cerqueira e Vitória (2020) citam que, ao final do século XIX, ganham força discursos de caráter médico-higienista, contrários à atuação das amas de leite. Difunde-se a ideia de que

Durocher externa suas perspectivas sobre o tema, tendo como referência os casos atendidos em sua clínica:[71]

> Tenho visto amas alugadas que em minha clinica eu tinha regeitado, por ter nelas a escassez de leite, constituição impropria a amamentação, vicio syphilitico, darthroso, bobatico, em algumas tuberculos pulmonares, hepathisação pulmonar, hepathite e outras enfermidades, infamia esta que não teria progredido se os vereadores da Ilma. camara municipal tivessem dado attenção a um trabalho meu que neste sentido lhes offereci em 1849 (DUROCHER, 1865, p. 206).

Entre os abusos mencionados, estão ameaças de surras e de espancamentos recebidos quando tais mulheres não eram consideradas, por Madame Durocher, aptas à função de ama de leite. Também é citado o afastamento proposital do recém-nascido de sua mãe; em alguns casos, a criança era deixada na roda dos expostos.

A parteira queixa-se de que os maus tratos não cessam porque senhoras e senhores abastados ganham muito dinheiro com a exploração do aluguel das amas de leite; além de gozarem de influência política suficiente para sufocar quaisquer iniciativas contrárias aos seus interesses. "Aqui não pára a barbaridade dos senhores, a gana do miseravel dinheiro os leva a separar arbitraria e despoticamente a mãi do filho, importando-se pouco com o amor materno" (DUROCHER, 1865, p. 207).

---

doenças e a degeneração moral podem ser transmitidas pela amamentação. Há pressão para que as mães voltem a amamentar seus filhos. Esse momento também coincide com o desenvolvimento de produtos alimentícios artificiais para a nutrição de bebês e crianças pequenas.

71 A carta não traz o endereço da clínica. A busca por anúncios publicados pela parteira, em periódicos cariocas, demonstra que ela transita por diferentes espaços de moradia e de atuação profissional. Os dados apontam para a necessidade da feitura de uma espécie de cartografia para cruzar os dados sobre seus locais de trabalho.

O fato de não ter obtido êxito contra "o abuso senhoril" na esfera política (DUROCHER, 1865, p. 207) pode ter contribuído para que Madame Durocher procurasse respaldo no campo científico. Semelhante ao estudo apresentado à Câmara Municipal, a Carta publicada nos *Annaes Brasilienses* visa coibir práticas abusivas como as já descritas. Os quadros a seguir trazem as informações sobre a estrutura de pessoal e o regimento interno da Junta de Inspeção das Amas de Leite.

Quadro 1: Estrutura de Pessoal – Inspeção das amas de leite

Estrutura de Pessoal	
Cargos	**Características**
Presidente	---
Vice-presidente	---
Secretário	---
Escrevente	---
Tesoureiro	---
Membros Facultativos	4 médicos e 4 parteiras, sendo estes nacionais e filhos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ou da Bahia
Contínuo	---
Guarda	Dois ou mais
Porteiro	Também era encarregado da limpeza

Fonte: DUROCHER. Maria Josephina Mathilde. Carta da Parteira Durocher. In: ACADEMIA IMPERIAL DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO. Annaes Brasilienses de Medicina. Rio de Janeiro, Tomo XVII, n. 5, p. 208-2010, outubro de 1865. Disponível em: http://memoria.bn.br/DOCREADER/062014/3148. Acesso em: 2 maio 2022.

Quadro 2: Regimento – Inspeção das amas de leite

Regimento da Casa	
Artigo	**Conteúdo**
Art. 1º.	As amas estarão sentadas n'uma sala, caladas á espera de tocar a cada uma sua vez; todos os empregados desde o presidente até os porteiros serão obrigados a tratarem com polidez as amas, seja qual fôr a sua cor, sua condição, livre ou escrava; para o medico e a parteira nos seus exercicios profissionaes, não devem haver condições, todas têm direito ás mesmas attencões e respeito ao seu pudor.
Art. 2º.	Toda ama deve apresentar attestado do parteiro ou da parteira que a partejou; nesse attestado deve ser declarada a moradia e condição da parturiente, sua idade provavel, nação, o dia, a hora em que teve lugar o parto, as horas do trabalho do parto, a que termo de gravidez este foi effectuado, se foi ou não complicado, qual o genero de complicação, se a criança veio viva ou morta, qual a causa provavel da morte, numero de partos quaes as occurrencias notaveis até o dia em que é passado o attestado.
Art. 3º.	Ao presente compete organisar o serviço, determinar os dias da semana e as horas da inspecção.
Art. 4º.	Haverá inspecção 2 ou 3 vezes por semana, das 9 horas da manhã ao meio-dia. Entrárão de semana ou de mez 2 facultativos, isto é, um médico e uma parteira.
Art. 5º.	O medico e a parteira de serviço devem estar n'uma sala clara, convenientemente mobiliada, cama, meza, cadeiras; emfim arranjos para escrever-se, examinar-se o leite e speculum para examinar a ama.

Art. 6º.	A parteira receberá da ama o seu attestado o qual depois de lido tanto pelo medico como pela parteira ficará em deposito e archivado na casa para garantia do estabelecimento, e faráo ambos o exame da ama; e deposito da decisão será esta aceita ou regeitada.
Art. 7º.	Se a ama fôr aceita passará com os facultativos para a secretaria, onde n'um registro destinado para esse fim o secretario escreverá o resultado do exame ditado pelo medico e assignado por elle e a parteira, o escrevente encherá uma licença impressa que será a copia fiel do exame registrado; n'essa licença será declarado o tempo que a sua constituição e idade do leite permitte para a amamentação; no acto de receber sua licença pagaráõ a quantia de 4$000 pela primeira licença; 3$000 pela segunda, 2$000 pela terceira, e depois 1$000 ás licenças que se seguirem á terceira.
Art. 8º.	A ama que depois de ter acabado uma criação quizer principiar outra não se poderá alugar sem ser de novo examinada afim de se lhe conceder nova licença, o mesmo fará a ama a quem o filho ou o amamentado tiver morrido; devendo apresentar o attestado do medico ou da parteira que tratou da criança; no qual será declarada a enfermidade que deu lugar á morte e o dia e a hora da morte.
Art. 9º.	A ama livre que se alugar sem licença da inspecção será multada em 20$000 pela primeira vez, pela segunda 30$000 e á terceira será punida com 40 dias de prisão. O senhor que em despeito desta lei alugar a escrava como ama de lei sem licença da inspecção será multada em 30$000 pela primeira vez, em 40$000 pela segunda, em 100$000 pela terceira, e finalmente a quarta infracção será punido com 3 mezes de prisão, seja qual fôr o sexo ou a cathegoria do alugador, a escrava não soffrerá cousa alguma pois não póde ser responsavel pela vontade de seu senhor porém será conduzida á Santa Casa da Misericórdia á custa de seu senhor, e nella ficará o tempo que o medico da enfermaria julgar; sufficiente para a desapparição do leite.

Art. 10.	A mulher livre que quizer tomar uma criança para amamentar em seu domicilio será obrigada além do attestado do medico ou da parteira que a partejou apresentar um attestado do seu vigario e do seu inspector de quarteirão que atteste sua moralidade e a moralidade da casa em que vive, se é aggregada, hos- ou inquilina d'alguem. Os senhores que quizerem tomar crianças para as escravas amamentarem em casa terão a satisfazer ás mesmas exigencias.

Fonte: DUROCHER. Maria Josephina Mathilde. Carta da Parteira Durocher. In: ACADEMIA IMPERIAL DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO. Annaes Brasilienses de Medicina. Rio de Janeiro, Tomo XVII, n.5, p. 208-210, outubro de 1865. Disponível em: http://memoria.bn.br/DOCREADER/062014/3148. Acesso em: 2 maio 2022. A ortografia da escrita, presente nos documentos consultados, foi mantida.

Os itens propostos reforçam a importância dos médicos e das parteiras para a concessão de licenças, calcadas exclusivamente pelo caráter científico. Primam pelo estabelecimento de punições para o "alugador" (DUROCHER, 1865) que tentasse burlar os trâmites legais. As penalidades, inclusive de prisão, tinham de ser extensivas apenas aos responsáveis pelo aluguel, sem qualquer prejuízo às amas de leite escravizadas.

Ao final do texto, Durocher ressalta ter ficado honrada pela oportunidade de ter explanado seu projeto. Demonstra confiança na aceitação da ideia acerca da criação da Junta de Inspeção das Amas de Leite. Aponta que a iniciativa possui "o merito da utilidade d'uma tal organisação, o desejo e a boa vontade de ser util ao meu paiz" (DUROCHER, 1865, p. 210). Finaliza com a perspectiva de que seu trabalho "tosco" e inacabado ganharia novos elementos a partir da análise de "intelligencias mais esclarecidas" (DUROCHER, 1865, p. 210).

Durante a busca na Hemeroteca Digital Brasileira, é possível identificar que a *Carta da Parteira Durocher* foi lida por membros da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro. O exemplar dos *Annaes Brasilienses*, Tomo XVII, n.8, de janeiro de 1866, apresenta o artigo *Da guarda urbana e os médicos dos districtos*, do Dr. Pereira de Abreu. Em determinado trecho, o autor destaca que os médicos distritais, para além da verificação de óbitos, também deveriam atuar em ações de caridade e nas inspeções das amas de leite: "[...] além desta funcção toda ella humanitária e que se poderia accrescentar o das inspecções das amas de leite, segundo o projecto apresentado pela distincta, intelligente e habil parteira Mme. Durocher (PEREIRA DE ABREU, 1866, p. 394). Em momento posterior, será preciso identificar se a iniciativa da Parteira Durocher foi posta em prática.

Algumas considerações

A leitura e posterior análise da *Carta da Parteira Durocher* resulta na identificação de inúmeros vestígios sobre o lugar social da mulher nos Oitocentos. Em seis páginas, a narrativa desencadeada por Maria Josephina Mathilde Durocher acena para questões sobre a adequação feminina ao mundo do trabalho a partir do estado civil. Como também exemplifica as práticas cruéis que vitimavam, sobretudo, as mulheres escravizadas.

A correspondência se destaca como objeto de estudo sobre a inserção feminina em espaços da intelectualidade e de instituições científicas nos Oitocentos. O texto de Madame Durocher se caracteriza

pelo caráter propositivo e pela busca da chancela conferida pela Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro; além do reconhecimento como uma de seus pares. A publicação da carta nos *Annaes Brasilienses de Medicina* se configura em fator de distinção do reconhecimento de Durocher como uma intelectual do campo médico.

Referências

ABREU, PEREIRA DE. Da guarda urbana e os médicos dos districtos. In: ACADEMIA IMPERIAL DE MEDICINA. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XVII, n.8, janeiro de 1865. p. 393-395. Disponível em: http://memoria.bn.br/DOCREADER/062014/3344. Acesso em: 29 abr. 2022.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliografico Brazileiro*. 6.v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. p. 233-234. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5451. Acesso em: 3 jun. 2022.

BRASIL. *Estatutos da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro*: Typographia Imparcial de F. P. Brito, 1835. (Google Livros)

BRASIL. Decreto n. 7.247 de 19 de abril de 1879. *Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império.* Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html. Acesso: 27 abr. 2022.

BRASIL. Lei de 3 de outubro de 1832. *Nova organização das Academias Médico – Cirúrgicas das cidades do Rio de Janeiro e da Bahia.* Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html. Acesso em: 27 abr. 2022.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Lei Geral da Educação Brasileira (Lei das Primeiras Letras). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 25 abr. 2022.

CERQUEIRA, Alan Costa; VITÓRIA, Maihara Raianne Marques. "Um mal necessário?": As amas deleite e o discurso médico-higienistanas últimas décadas do século XIX. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, p. 1-16, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5007/1984-9222.2020.e75213. Acesso em: 15 jun. 2022.

COSTA FERRAZ, Francisco da. O Sr. Dr. Carlos Frederico dos Santos Xavier, cirurgião-mór da armada Brazileira e a parteira Mme. Durocher. In: ACADEMIA IMPERIAL DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XXII, n.3, agosto de 1870, p. 65-67. Disponível em: http://memoria.bn.br/DOCREADER/062014/5508. Acesso em: 24 abr. 2022.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, ano 57, n.201, 22 de julho de 1874. p. 4.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, ano 54, n.87, 29 de março de 1871. p. 1.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro. ano XLIV, n. 65, 7 de março de 1864. p. 2.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, ano XLIV, n.1, 1 de janeiro de 1864. p. 2.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL (1832-1930*).* Joaquim Cândido Soares de Meirelles. Disponível em: http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/meirejocaso.htm. Acesso em: 3.mai.2022.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL (1832-1930*). Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro*. Disponível em: http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/socmedrj.htm. Acesso em: 1 maio 2020.

DUROCHER, Maria Josephina Mathilde. Considerações sobre a Clinica Obstetrica. In: ACADEMIA IMPERIAL DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, serie VI: Tomo II, n. 3, p. 241 – 342, janeiro/março de 1887. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/349607/per349607_1887_00003.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022.

DUROCHER, Maria Josephina Mathilde. Deve ou não haver parteiras?. In: ACADEMIA IMPERIAL DE MEDICINA. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XXII, n.10, março de 1871. p. 329-336. Disponível em: http://memoria.

bn.br/DOCREADER/062014/5767. Acesso em: 24 abr. 2022.

DUROCHER, Maria Josephina Mathilde. Carta da Parteira Durocher. In: ACADEMIA IMPERIAL DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, Tomo XVII, n.5, p. 205 – 210, setembro/outubro de 1865. Disponível em: http://memoria.bn.br/DOCREADER/062014/3145. Acesso em: 25 abr. 2022.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. A saúde pública no Rio de Janeiro Imperial. In: PORTO, Ângela., SANGLARD, Gisele., FONSECA, Maria Rachel Fróes da; COSTA, Renato da Gama-Rosa. (Org.). *História da saúde no Rio de Janeiro:* instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. p. 31-57.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. v.2. 16. ed. São Paulo: Global, 2006.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, v.1, n.15, 21 de janeiro de 1830.p. 4.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Entre dois beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio. (Org.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós – emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 199-213.

MOTT, Maria Lucia de Barros. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico?. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, p. 25-36, 1999. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11952. Acesso em: 10 jun. 2022.

MOTT, Maria Lucia de Barros. Madame Durocher, modista e parteira. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 101-116, 1994. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16292. Acesso em: 25 abr. 2022.

O PAIZ, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 8185, 2 de março de 1907. p. 1.

REZZUTTI, Paulo. *Mulheres do Brasil*: a história não contada.1. ed. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

SENNA, Ernesto. *Notas de um repórter*. 1.ed. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio - Rodrigues & C., 1895. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7548. Acesso em: 15 maio 2022.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e os seus mestres*: a educação no Brasil de oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VIDAL, Barros. A primeira parteira diplomada no Brasil. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1939, p. 34-35. Disponível em: http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-semana/025909. Acesso em: 3 maio 2022.

- PARTE II -

Da Criação Epistolar

Cartas que compõem, por diferentes vieses, a ficção de dois grandes nomes da literatura brasileira: José de Alencar e Machado de Assis

CAPÍTULO 4

A leitura de "Memorial de Aires" como um epistolário: uma hipótese

Maria Schtine Viana

"A arte é o remédio, e o melhor deles." Com essas palavras Machado de Assis,[73] já bastante adoentado, em carta escrita em 1908, estimula o amigo Mário de Alencar[74] a dedicar-se ao projeto poético *Prometeu*, em uma tentativa de ajudá-lo a sair de uma das crises de melancolia que o acometiam.

> *O mal-estar de espírito a que se refere não se corrige por vontade, nem há conselho que o remova, creio; mas, se um enfermo pode mostrar a outro o espelho do seu próprio mal conseguirá alguma coisa. Também eu tenho desses estados de alma e cá os venço como posso, sem animações de esposa nem risos de filhos. Veja se exclui todo o presente, passado e futuro, e fixe um só tempo que compreenda os três: Prometeu. A arte é o remédio e o melhor deles* [RJ, 23 fev. 1908] (ASSIS, 1997b, p. 1087).

Algumas pistas deixadas por Machado, nas cartas e bilhetes que foram poupados do fogo a que a maior parte de sua correspondência foi destinada, remetem ao processo de composição de *Memorial de Aires*[75] e pode-se verificar que, em certa medida, a prescrição feita para o amigo foi o lenitivo usado por ele próprio.

Ler a correspondência de Machado de Assis é adentrar na intimidade velada de um escritor que parece nos mostrar no decorrer de sua escrita íntima, que pouco deixava transparecer de si em suas cartas.

---

72 Este ensaio é um texto revisto de trabalho publicado nos Anais do XX Seminário do Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná (CELLIP), realizado de 25 a 27 de outubro de 2011. Agradeço a Patrícia Pereira pelo estímulo para participar de tal evento, à época, e o convite para publicá-lo como capítulo neste livro.

73 Joaquim Maria Machado de Assis, nascido aos 21 de junho de 1839, no Rio de Janeiro, onde também falecera, aos 29 de setembro de 1908.

74 Mário Cochrane de Alencar (1872-1925), filho do escritor José de Alencar, como poeta, publicou as obras *Lágrimas* (1888) e *Versos* (1902).

75 Refiro-me ao último romance de Machado de Assis, escrito em 1907 e publicado em julho de 1908.

Todavia, ao analisar a correspondência machadiana, pode-se verificar que, temperando as missivas, quase sempre relacionadas ao mundo do trabalho e das letras, há elementos da gênese de seu romance derradeiro, *Memorial de Aires* (1907), e aspectos que permitem associar passagens de duas cartas escritas por Machado de Assis para a futura esposa, Carolina Augusta Xavier de Novais (1835-1904), com trecho que descreve dona Carmo, personagem de seu último romance.

Neste capítulo, apresentarei alguns excertos da correspondência machadiana (1862-1908), na tentativa de percorrer um ciclo que começa com cartas escritas por um moço apaixonado e termina na própria construção de *Memorial de Aires*. O que permite levantar a hipótese de que o romance possa ser lido como uma espécie de epistolário, ou seja, um conjunto de cartas.

Um balanço da correspondência machadiana

Na obra completa de Machado de Assis, editada pela Aguilar, a correspondência machadiana está organizada em dois conjuntos. As cartas consideradas de teor crítico e caráter público estão na parte intitulada "Miscelânea", que abrange alguns trabalhos de sua obra, os quais não são classificáveis nas categorias correntes;[76] e as missivas de cunho pessoal, organizadas cronologicamente, localizam-se na seção "Epistolário". Entretanto, encontram-se também algumas cartas na seção intitulada "Crítica". É nesse último conjunto de cartas que está,

76 Em "Miscelânea" encontram-se também escritos como o opúsculo "Queda que as mulheres têm para os tolos" (1861) e o texto em homenagem ao amigo José de Alencar (1829-1877), "A Estátua de José de Alencar" (1906).

por exemplo, a resposta a José de Alencar,[77] no que diz respeito à obra de Castro Alves.[78] Nessa carta, Machado reitera a crítica positiva feita por José de Alencar à peça de teatro *Gonzaga ou A Revolução de Minas* (1875). Há também a carta-prefácio para a obra *Névoas matutinas* (1872), de Lúcio de Mendonça.[79] Na missiva endereçada a José Tomás da Porciúncula,[80] em uma espécie de homenagem póstuma a Fagundes Varela,[81] citam-se vários poemas da obra *Vozes da América* (1864), mas com destaque para o livro *Evangelho nas Selvas*.[82] Na carta destinada a Henrique Chaves,[83] publicada no jornal *Gazeta de Notícias,* Machado lamenta a morte de Eça de Queirós.[84]

Na seção "Miscelânea" também se encontram algumas cartas de caráter público, como a escrita em abril de 1862, publicada anonimamente e endereçada ao sr. Bispo do Rio de Janeiro, e a destinada à redação da Imprensa Acadêmica, em que Machado responde a Sílvio Romero[85] crítica feita à comédia *Caminho da porta*, representada pela primeira vez em 1862. Nesse conjunto, encontra-se ainda uma missiva destinada a Valentim Magalhães,[86] em que Machado lamenta a mor-

77 José Martiniano de Alencar (1829-1877) foi um escritor e político cearense.

78 Carta de 29 de fevereiro de 1868.

79 Carta de 24 de janeiro de 1872.

80 José Tomás da Porciúncula foi um médico e político brasileiro que viveu entre os anos de 1854 e 1901.

81 Trata-se de Luiz Nicolau Fagundes Varela (1841-1875), poeta brasileiro.

82 Carta de agosto de 1875.

83 Henrique Chaves (1849-1910) foi um jornalista, teatrólogo e tradutor português.

84 Trata-se do escritor português José Maria de Eça de Queiroz (1845-1900) e da carta de 24 de agosto de 1900.

85 Silvio Romero (1851-1914), nascido em Sergipe, foi um crítico, ensaísta, folclorista, professor e historiador da literatura brasileira.

86 Antônio Valentim da Costa Magalhães (1859-1903) foi jornalista e escritor, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

te prematura de Artur Barreiros.[87] Destaco trecho no qual, além das condolências de praxe, o escritor já deixa transparecer certa melancolia diante da inexorabilidade da morte:

> *Ao escrever-lhe as primeiras linhas desta carta, chovia copiosamente, e o ar estava carregado e sombrio. Agora, porém, uma nesga azul do céu, não sei se duradoura ou não, parece dizer-nos que nada está mudado para ele, que é eterno. Um homem de mais ou de menos importa o mesmo que a folha que vamos arrancar à árvore para juncar o chão das nossas festas. Que importa a folha? / Esta advertência, que não chega a abater a mocidade, tinge de melancolia os que já não são rapazes. Estes têm atrás de si uma longa fileira de mortos* [RJ, 21 fev. 1885] (ASSIS, 1997b, p. 1010).

A correspondência de cunho pessoal, que se encontra na seção "Epistolário", foi escrita no período de 1862 a 1908 e compreende um total de 197 cartas, endereçadas desde ao gerente de um banco, passando por expoentes políticos da época, como o Barão do Rio Branco[88] e Joaquim Nabuco.[89] Este último recebe cartas de cunho mais íntimo, elogiando os artigos enviados de Londres para o *Jornal do Comércio* e até uma confissão sobre o estado de solidão, que assolou o autor de *Dom Casmurro* depois da morte de Carolina, como discorrerei mais adiante. Dentre as quase 200 cartas, 59 são destinadas ao amigo José Veríssimo,[90] que ficara com a incumbência de organizar o epistolário de Machado de Assis.

87 Artur Barreiros (1856-1885), também conhecido como Dom Bibas, foi um jornalista brasileiro, nascido no Rio de Janeiro.

88 Trata-se de José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912).

89 Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910), político, diplomata, historiador, jurista e jornalista brasileiro.

90 José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916) foi escritor, crítico, jornalista e um dos principais idealizadores da Academia Brasileira de Letras.

Parte da correspondência machadiana trata de assuntos referentes a questões relacionadas à Academia Brasileira de Letras. A seção inaugural da ABL ocorreu em 20 de julho de 1897, tendo como primeiro presidente Machado de Assis. Em carta destinada a Joaquim Nabuco, escrita em 13 de fevereiro de 1899, Machado lamenta a morte do escritor Visconde de Taunay,[91] um dos fundadores da ABL, onde ocupou a cadeira 13 até sua morte, em 1899, e comenta sobre os possíveis sucessores do autor de *Inocência*.

> *Caro Nabuco / Respondo à sua carta. Pensei na sucessão do Taunay logo depois que o tempo afrouxou a mágoa da perda do nosso querido amigo. A vida que levo, entregue pela maior parte à administração, não me permitiu conversar com os amigos da Revista mais que duas vezes, mas logo achei a candidatura provável do Arinos,[92] e dei-lhe o meu voto; o Graça Aranha[93] e o Veríssimo a promovem, e já há por ela alguns votos certos, ao que me disseram. Assim fiquei aliado, antes que V. me lembrasse o nome de Constâncio Alves. Também ouvi falar do Assis Brasil, mas sem a mesma insistência* [RJ, 13, fev. 1899] (ASSIS, 1997b, p. 1045).

Há também cartas em que Machado de Assis lamenta o fato de a ABL não ter sede, como nesse trecho da missiva endereçada a Valentim Magalhães:[94] *"Meu caro Valentim Magalhães / A melhor resposta à sua carta de ontem está nela mesma. A Academia Brasileira de Letras não tem ainda casa própria, vive de empréstimo, onde quer que alguém,*

91 Visconde de Taunay (1843-1899), Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay, foi militar, professor, político e escritor.

92 Afonso Arinos de Melo Franco (1868-1916) foi jornalista, escritor e jurista.

93 José Pereira da Graça Aranha (1868-1931) foi escritor e diplomata.

94 Antônio Valentim da Costa Magalhães (1859-1903) foi jornalista, escritor e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

por amor ou favor, consente em abrigá-la durante algumas horas." [RJ, 4, ago. 1899] (ASSIS, 1997b, p. 1.087).

Em várias cartas, Machado reclama da burocracia do trabalho e da mesa sempre cheia de papéis, posto que conciliou 35 dos 50 anos dedicados à literatura trabalhando como servidor público. Portanto, ao explorar a produção epistolar machadiana, pode-se, como bem aponta o especialista em epistolografia, Marcos Antonio de Moraes, "apreender a movimentação nos bastidores de um determinado período" (MORAES, 2007, p. 30-32).

No artigo "Em torno de uma carta", o escritor e ensaísta Alexandre Eulálio afirma que a escrita epistolar machadiana é "decorosa e contida [...]. Sequência de sorrisos mais ou menos amarelos e bem-educados, que buscavam corresponder à imagem que o próprio acreditava que os outros esperassem dele" (EULÁLIO, 1993, p. 28).

Todavia, como veremos, por vezes, há cartas em que Machado deixa transparecer, tanto seu cuidado para com os amigos, como suas dores físicas e da alma. Muito embora, ao lermos sua correspondência, devamos concordar com o estudioso, quando ele afirma que nela "há poucos momentos de expansão afetiva" (EULÁLIO, 1993, p. 29). Por isso, escolhi para compartilhar justamente algumas cartas nas quais o recatado Machado permite-se maior manifestação de afetividade: trechos de duas missivas endereçadas à dona Carolina, parte de uma destinada a Joaquim Nabuco e excertos de duas enviadas a Mário de Alencar.

Cartas a Carolina

Segundo Cristiana Tiradentes Boaventura, pesquisadora de Literatura Brasileira, as cartas trocadas entre Machado e Carolina não estão no conjunto autorizado para publicação, pois foram queimadas a pedido do próprio Machado (BOAVENTURA, 2008, p. 115). Na introdução do epistolário, incluído na obra completa editada pela Aguilar, reitera-se que as missivas destinadas a Carolina são ali publicadas pela primeira vez. O que me permite afirmar que tais cartas não estavam incluídas na organização feita, originalmente, por José Veríssimo, com a aquiescência do escritor. Isso quer dizer que, ao escolher para análise justamente duas cartas que foram escritas por Machado à futura esposa, Carolina, Veríssimo poderia estar "transgredindo" um desejo do autor, que, talvez, não quisesse expor ao público sua privacidade de moço apaixonado. E, aqui, diante dessa descompostura epistolar, cabe compartilhar resposta dada por Walnice Galvão a Marcos Moraes, ambos especialistas em estudos de cartas, em entrevista que trata do tema da publicação de missivas pessoais, concedida para a revista *Teresa*.

> A obra se tornou pública, o escritor quis torná-la pública, está certo. Agora, e as cartas, elas fazem parte dessa vida pública? Inicialmente não, elas se referem à esfera privada; mas, depois que os autores morrem? Depois que as cartas se tornam objetos de testemunho histórico? Sobre a obra dele? Eu não sei, é complicado pensar estas coisas... (GALVÃO, 2008, p. 20).

Que não há tempo que determine quando acaba a intimidade, sabemos. Mas, se essas cartas foram poupadas da destruição pelo pró-

prio Machado, por que não ler parte delas para confirmar a importância que teve dona Carolina na criação machadiana, sobretudo quando se pode constatar, em sua correspondência, que a personagem dona Carmo, de *Memorial de Aires*, foi inspirada na consorte do escritor?

Alguns estudiosos lamentam que as cartas de cunho mais íntimo, como as trocadas entre Machado de Assis e Carolina, tenham sido queimadas antes da morte do escritor. Entretanto, de acordo com o pesquisador e biógrafo machadiano Jean-Michel Massa, creio que:

> Duas cartas são suficientes para mostrá-lo e talvez fosse melhor que o resto da correspondência tenha sido queimado, a pedido do último sobrevivente, a fim de que os estranhos como nós não sucumbissem à tentação de penetrar demasiadamente em setor de tamanha intimidade (MASSA, 2008, p. 499).

A seguir, estão alguns trechos dessa correspondência não autorizada para publicação na tentativa de percorrer, de maneira modesta, um ciclo que começa com duas cartas de moço apaixonado, escritas no mesmo dia, e termina apenas nas últimas missivas endereçadas por Machado aos amigos, em que lamenta a morte da esposa, claramente homenageada em seu último romance.

É relevante sabermos que o casamento entre Machado de Assis e Carolina aconteceu em 12 de novembro de 1869. Eles haviam se conhecido em 1867, por intermédio do poeta português Faustino Xavier de Novais, irmão de Carolina e amigo de Machado. As duas cartas a que me refiro, na sequência, foram escritas por Machado de Assis, quando noivo. No início da primeira missiva, datada de dois de março de 1868-9, o jovem sofre a agonia própria de um enamorado

que recebe duas cartas depois de dois dias de espera. E confessa que as leu, releu e beijou. O correio, por certo, fora responsável pelo atraso da tão esperada missiva.

Todavia, um lapso de memória por parte do namorado faz com que uma missiva escrita por ele se atrase. O noivo esquecera que, no domingo, a barca saía às seis e não às oito da manhã. Assim, agora é ele quem pede imensas desculpas por deixar Carolina sem notícias. Talvez para compensar essa ausência, ele escreve outra carta, enviada no mesmo dia. Não é possível saber o assunto das duas cartas escritas por Carolina, mas é interessante notar que, em uma das redigidas por Machado naquele domingo, algumas linhas são dedicadas ao desencontro dos dois. Para concluir, o missivista apaixonado reitera: *"Calculo a tua aflição pela minha. E estou [certo de] que será a última."* (ASSIS, 1997b, p. 1029).

Por que teria Machado escrito que esta seria a última aflição? Ele espera que o correio não mais se atrase ou promete não cometer outro ato falho? Mas o rumo da conversa muda, fala-se que certo parente de Carolina alugara uma casa em Laranjeiras e sobre uma viagem a ser realizada pela família dela a Juiz de Fora. Não fica claro se a moça acompanhará os parentes, mas ambos referem-se à saúde de "F.", maneira como Machado dirigia-se ao irmão de Carolina, o poeta Faustino Xavier de Novais.

Pode-se supor que ela mencionara também o fato de sua família, que habitava em Petrópolis, querer mudar-se para o Rio de Janeiro. E o noivo se dispõe a empenhar-se na procura da casa, mas reitera que primeiro ouvirá a confirmação de "F". Isso nos permite pensar que, apesar do desejo dos enamorados em ficarem mais próximos, e que o

noivo se desdobrará na busca da casa, ele obedecia à ordem patriarcal vigente no Oitocentos: não tomaria a iniciativa sem antes ser autorizado pelo irmão de Carolina. Ardilosamente, para retomar o discurso amoroso, a despeito de parágrafos anteriores, na mesma carta, Machado escrever que só vai ajudar na busca da casa depois de obter autorização do irmão de Carolina, ele afirma condescender sempre com ela:

> *Vais dizer naturalmente que eu condescendo sempre contigo. Por que não? Sofreste tanto que até perdeste a consciência do seu império; estás pronta a obedecer; admiras-te de seres obedecida. Não te admires, é cousa muito natural; és tão dócil quanto eu; a razão fala em nós ambos. Pedes-me cousas tão justas, que eu nem teria pretexto de te recusar se quisesse recusar-te alguma coisa, e não quero* [RJ, 2, mar. 1868-9] (ASSIS, 1997b, p. 1029).

Na sequência, Machado volta a falar de maneira objetiva sobre a importância da mudança da família de Carolina, de Petrópolis para o Rio de Janeiro, em discurso que oscila entre o objetivo e o apaixonado, para finalmente revelar à amada as dores sofridas pelos amores passados:

> *Acusas-me de pouco confiante em ti? Tens e não tens razão; confiante sou; mas se te não contei nada é porque não valia a pena contar. A minha história passada do coração, resume-se em dous capítulos: um amor, não correspondido; outro correspondido. Do primeiro nada tenho a dizer; do outro não me queixo; fui eu o primeiro a rompê-lo. Não me acuses por isso; há situações que não se prolongam sem sofrimento. Uma senhora de minha amizade obrigou-me, com os seus conselhos, a rasgar a página desse romance sombrio; fi-lo com dor, mas sem remorso. Eis tudo. A tua pergunta natural é esta: Qual destes dous capítulo era o da Corina? Curiosa! Era o primeiro. O que te afirmo é que dos dois o mais amado foi o segundo* [RJ, 2, mar. 1868-9] (ASSIS, 1997b, p. 1029).

Observa-se que Carolina sabe que Machado amara outras moças antes de conhecê-la; ela menciona, inclusive, os versos dedicados a Corina,[95] mas ele faz questão de mencionar, na carta, que aquela foi a menos amada, fora apenas um amor platônico, e continua:

> *Mas nem o primeiro nem o segundo se parecem em nada com o terceiro e último capítulo do meu coração. Diz Stäel que os primeiros amores não são os mais fortes porque nascem simplesmente da necessidade de amar. Assim é comigo; mas além dessas, há uma razão capital, e é que tu não pareces em nada com as mulheres vulgares que tenho conhecido. Espírito e coração como os seus são prendas raras; alma tão boa e tão elevada, sensibilidade tão melindrosa, razão tão reta não são bens que a natureza espalhasse às mãos cheias pelo teu sexo* [RJ, 2, mar. 1868-9] (ASSIS, 1997b, p. 1029).

Certamente não foi por acaso que o sujeito apaixonado da carta utilizou uma máxima de Madame Stäel,[96] escritora francesa, possivelmente lida também por Carolina. E continua seguindo as regras de persuasão tão próprias da carta.

> *Tu pertences ao pequeno número de mulheres que ainda sabem amar, sentir e pensar. Como te não amaria eu? Além disso, tens para mim um dote que realça os mais: sofreste. É minha ambição dizer à tua alma desanimada: 'levanta-te, crê e ama; aqui está uma alma que te compreende e te ama também.' A responsabilidade de fazer-te feliz é decerto melindrosa; mas eu aceito-a com alegria, e estou certo que saberei desempenhar este agradável encargo. Olha, querida; também eu tenho pressentimento acerca de minha felicidade; mas que é isto senão o justo receio de quem não foi ainda completamente feliz?* [RJ, 2, mar. 1868-9] (ASSIS, 1997b, p. 1029).

95 Carolina refere-se ao poema "Versos a Corina", publicado no livro *Crisálidas* (1864).
96 Trata-se de Anne-Louise Germaine de Staël-Holstein (1766-1817).

E se a criação de dona Carmo foi inspirada em Carolina, como indicado na troca de cartas com os amigos, como veremos mais adiante, ouso remeter a um trecho da obra derradeira, quando o Conselheiro Aires registra em seu memorial a seguinte informação sobre essa personagem: "Concluo que a senhora do Aguiar é daquelas pessoas para quem a dor é cousa divina." (ASSIS, 1997a, p. 1123). Não é justamente a dor que vê em Carolina, que faz Machado por ela ainda mais apaixonado? Alguns biógrafos destacam a formação da esposa do escritor, que lia perfeitamente em inglês e francês. Chegam a afirmar também que era ela quem transcrevia os manuscritos antes do envio dos originais para impressão. Machado parece bastante cioso disso quando escreve que dela valoriza também a razão e a clareza de pensamento.

Todavia, voltemos à carta. Há ruptura no discurso amoroso e o emissor volta a falar da busca por uma casa para a família de Carolina e se ela concorda com que ele fale novamente com Faustino, seu irmão, a esse respeito.

> *Volto à questão da casa; manda-me dizer se aprovas o que te disse acima, isto é, se achas melhor conversar outra vez com F., e ficar autorizado por ele, a fim de não aparecer ao M. que eu tomo uma intervenção incompetente nos negócios de sua família. Por ora, precisamos de todas estas precauções. Depois... depois, querida, queimaremos o mundo, porque [sic] só é verdadeiramente senhor do mundo quem está acima das suas glórias fofas e das ambições estéreis. Estamos ambos neste caso; amamo-nos; e eu vivo e morro por ti. Escreve-me e crê no coração do teu / Machadinho* [RJ, 2, mar. 1868-9] (ASSIS, 1997b, p. 1030).

As intenções de Machado em desposar Carolina não foram aceitas de imediato pela família da moça. Isso talvez explique trecho da

segunda carta, escrita no mesmo dia dois de março de 1868-9, algumas horas mais tarde, conforme o seguinte trecho:

> *Minha Carola / Já a esta hora deves ter em mão a carta que te mandei hoje mesmo, em resposta às duas que ontem recebi. Nela foi explicada a razão de não teres carta no domingo; deves ter recebido duas na segunda-feira. / Queres saber o que fiz no domingo? Trabalhei e estive em casa. Saudades da minha C. tive-as como podes imaginar, e ainda estive aflito, como te contei, por não ter tido cartas tuas durante dous dias. Afirmo-te que foi um dos mais tristes que tenho passado. Para imaginares a minha aflição, basta ver que cheguei a suspeitar oposição do F. Como te referi numa das minhas últimas cartas. Era mais do que uma injustiça, era uma tolice. Vê lá: justamente quando eu estava a criar estes castelos no ar, o bom F. conversava a meu respeito com a A. e parecia aprovar as minhas intenções (perdão, as nossas intenções). Não era de esperar outra cousa do F.; foi sempre amigo meu, amigo verdadeiro, dos poucos que, no meu coração, tem sobrevivido às circunstâncias e ao tempo. Deus lhe conserve os dias e lhe restitua a saúde para assistir à minha e à tua felicidade* [RJ, 2, mar. 1868-9] (ASSIS, 1997b, p. 1030).

Felizmente, em 1869, Machado e Carolina se casaram, depois de enfrentarem certa resistência da família dela, como pudemos entrever nessas duas cartas. Não há dúvida de que essa união foi preponderante para a carreira de Machado de Assis como escritor, conforme escreve um de seus biógrafos, o escritor e jornalista Daniel Piza:

> Machado alugou uma casa na rua da Lapa e foi viver com sua amada, uma mulher três anos mais velha, muito culta e forte, que seria uma interlocutora essencial para o escritor de 30 anos, já respeitado como cronista e crítico, mas ainda sem ter mostrado seu gênio nem na poesia nem no teatro. Curiosamente, foi a partir desse momento que, tendo assinado um contrato com a editora Garnier, Machado passou a investir seus maiores esforços na prosa de ficção (PIZZA, 2009, p. 83).

"A carta, porém dá a tudo grande nota espiritual":[97] a obra que fecha o ciclo literário machadiano, seria um epistolário?

A morte da companheira, em outubro de 1904, foi por certo um grande golpe na vida do renomado romancista. Perdera não apenas a esposa, mas a primeira leitora de seus originais e a confidente de seus projetos criativos. Com a morte de Carolina, a correspondência de Machado com os amigos ganha uma expansão afetiva não percebida até então. Como se pode constatar nos trechos de uma carta, escrita a Joaquim Nabuco, em que fala de sua solidão, logo depois da morte da esposa.

> *Foi-se a melhor parte da minha vida, e aqui estou só no mundo. Note que a solidão não me é enfadonha, antes me é grata, porque é um modo de viver com ela, ouvi-la, assistir aos mil cuidados que essa companheira de 35 anos de casados tinha comigo; mas não há imaginação que não acorde, e a vigília aumenta a falta da pessoa amada. Éramos velhos, e eu contava em morrer antes dela, o que seria um grande favor; primeiro, porque não acharia ninguém que melhor me ajudasse a morrer; segundo, porque ela deixa alguns parentes que a consolariam das saudades, e eu não tenho nenhum. Os meus são os amigos, e verdadeiramente são os melhores; mas a vida os dispersa, no espaço, nas preocupações do espírito e na própria carreira que a cada um cabe. Aqui me fico, por ora na mesma casa, no mesmo aposento, com os mesmos adornos seus. Tudo me lembra a minha meiga Carolina. Como estou à beira do eterno aposento, não gastarei muito tempo em recordá-la. Irei vê-la, ela me esperará. Não posso, meu caro amigo, responder agora à sua carta de 8 de outubro; recebi-a dias depois do falecimento de minha mulher. Você compreende que apenas posso falar deste fundo golpe. Até outra e breve: então lhe direi o que*

97 Essa citação está em "Memorial de Aires", In: *Machado de Assis, obras completas*, vol. I. Rio de Janeiro: Aguilar, 1997, p. 1.131.

> *convém ao assunto daquela carta, que pelo afeto e sinceridade, chegou à hora dos melhores remédios. Aceite este abraço do triste amigo velho* [RJ, 20, nov. 1904] (ASSIS, 1997b, p. 1071).

Após a morte de Carolina, é para a produção literária que Machado de Assis desloca sua energia; suas últimas produções giram em torno da imagem da amada que se fora. Em 1905, reúne em livro algumas histórias sob o título *Relíquias da casa velha*, onde, como em uma espécie de epígrafe, está incluído o célebre soneto "a Carolina", dedicado à esposa.

A última obra machadiana, *Memorial de Aires*, é concluída em 1907, e o escritor envia os originais a Mário de Alencar. Leitor atento, é o primeiro a explicitar a associação entre dona Carmo e Carolina, como se constata nessa resposta de Machado ao amigo:

> *Aproveito a ocasião para lhe recomendar muito que, a respeito do modelo de Carmo, nada confie a ninguém; fica entre nós dois. Aqui há dias uma senhora e um rapaz disseram-me ter ouvido que eu estava publicando um livro; ele emendou para escrevendo; eu neguei uma e outra coisa [...] Talvez não valha a pena tanto silêncio da parte do autor* [RJ, 8 fev. 1908] (ASSIS, 1997b, p. 1086).

Alguns dias depois, Machado escreve novamente a Mário de Alencar, desta vez, para comunicar-lhe que já havia confiado também a José Veríssimo informação sobre a existência do novo romance.

> *Quer saber? Na mesma data da sua carta (20) comuniquei ao J. Veríssimo a notícia do livro, como se fosse idéia inteiramente nova; é certo que ele não se deu por achado. Acrescentei-lhe a primeira idéia de confiar aos quatro,*[98] *(o Magalhães de Azeredo não podia entrar por*

98 Refere-se a Mário de Alencar, Graça Aranha, José Veríssimo, já citados anteriormente, e Pinheiro Machado (1857-1891), que foi advogado, político, escritor, poeta e diplomata.

> *estar em Roma) a publicação do manuscrito, caso eu viesse a falecer. Repita tudo isso consigo, e diga-me se há nada mais indiscreto que um autor, ainda quase septuagenário, como eu. Diga-me também, pois que leu as provas, se o livro vale tantas cautelas e resguardos* [RJ, 23 fev. 1908] (ASSIS, 1997b, p. 1087).

Na obra *Além do princípio do prazer* (1920), Freud postula que o ser humano vive em um estado permanente entre Eros e Tanatos, ou seja, pulsões de vida e pulsões de morte. As primeiras estão associadas ao desenvolvimento, ao crescimento e à manutenção da espécie; as segundas conduzem ao movimento inverso e tentam levar o indivíduo à desintegração. Todavia, esses dois grupos de pulsões funcionam sempre juntos, num jogo dialético.

Em que medida a última criação de Machado de Assis, *Memorial de Aires,* escrita quando ele já sentia a proximidade da morte, pode ser vista como uma sobreposição de "Eros" sobre "Tanatos"? Dizendo de outra forma, poderíamos supor que, vivendo um processo de luto pela morte de Carolina, e diante da eminência da própria morte, pode Machado ter escrito sua última obra, não apenas para homenagear a amada, mas como uma tentativa de suportar o luto e superar a melancolia diante da certeza da própria mortalidade?

O narrador de *Memorial de Aires*, o Conselheiro José da Costa Marcondes Aires, é um diplomata aposentado, viúvo e sem filhos, que retorna para o Rio de Janeiro em 1888 e relata, em uma espécie de diário íntimo, suas reflexões a respeito de acontecimentos políticos, como a abolição da escravatura; além disso, narra episódios que envolvem pessoas do seu convívio, como a irmã Rita e dona Carmo e seu esposo Aguiar. O casal Aguiar não tinha filhos, mas ambos eram padrinhos de Tristão, por quem nutriam grande afeição, e que acabou

por se mudar, ainda na juventude, para Lisboa juntamente com seus pais. A ausência desse filho postiço deixou dona Carmo e Aguiar desolados, mas a saudade acabou sendo abrandada pela presença da bela Fidélia, que se aproximou do casal. Ela se casara sem a aprovação do pai, inimigo político do seu sogro. A despeito de contrariar a vontade paterna, o jovem casal viveu feliz por pouco tempo, pois o marido de Fidélia, Noronha, morreu precocemente. É na condição de viúva, destituída do apoio paterno e já órfã de mãe, que ela vai morar com seu tio, o comendador Campos, e convive também com o casal Aguiar, que a trata como filha. A despeito de ser cortejada por outros homens, como o bem-sucedido Osório, ela recusa a casar-se novamente, até conhecer Tristão, que vai ao Rio de Janeiro para tratar de negócios da família e rever o casal Aguiar, depois de anos de ausência. Os jovens se apaixonam, se casam, e vão passar a lua de mel em Portugal, de onde não regressam, pois Tristão é eleito deputado em Lisboa e o casal decide se estabelecer por lá.

Por ser apresentado em forma de diário íntimo pelo Conselheiro Aires, o romance *Memorial de Aires* tem muitas aproximações com as correspondências. Cada episódio apresenta uma datação inicial, como feito comumente nas cartas. Outro elemento de proximidade é que nas correspondências os fatos devem ser apresentados de maneira sintética. Em vários trechos da obra, o narrador afirma estar resumindo os acontecimentos, como no seguinte: "O mais que a mana me disse não vai aqui para não encher papel nem tempo, mas era interessante. Vai só isso, que jantou lá e Fidélia também, a convite de dona Carmo." (ASSIS, 1997a, p. 1146).

Já na primeira página do romance, lê-se um bilhete, anexado ao memorial, que havia sido enviado por Rita ao irmão, Aires. Depois, por meio de cartas, saber-se-á do retorno ao Brasil, de Tristão, filho postiço do casal Aguiar.

Foi também por meio de missivas que o finado Noronha, marido de Fidélia, antes de falecer, tentou reconciliar-se com o pai, que se afastara dele quando soube do seu interesse em desposar a filha de seu inimigo político. Aires chega a transcrever a resposta curta e grossa do pai ao filho, quando registra no diário as confidências que lhe foram feitas por Fidélia: "Recebi a tua carta, mas não o teu remédio para o meu reumatismo." Só isso. Ele era reumático, e meu marido [de Fidélia], como sabe, era médico" (ASSIS, 1997a, p. 1146).

A carta é usada por Fidélia para descrever ao desembargador, seu tio, que sonhara com o pai e o sogro se reconciliando na morada eterna. Ou seja, o espaço da carta chega a ser usado como suporte para o registro onírico. Além disso, é uma correspondência recebida por Fidélia, noticiando doença do pai, que faz com que ela viaje às pressas para a fazenda. Também é uma missiva, enviada pelo pai de Osório, que mora em Recife, pedindo-lhe que o fosse ver sem demora, pois está muito doente, que afasta esse pretendente de Fidélia, facilitando a recusa dela em aceitá-lo como marido quando ele retorna. O narrador chega a mencionar essa simetria: "Há na vida simetrias inesperadas. A moléstia do pai de Osório chamou o filho ao Recife, a do pai de Fidélia chama a filha à Paraíba do Sul. Se isto fosse novela algum crítico tacharia de inverossímil o acordo de fatos, mas já lá dizia o poeta que a verdade pode ser às vezes inverossímil" (ASSIS, 1997a, p. 1126).

Cartas carinhosas, enviadas por Fidélia para o casal Aguiar, quando ela está na Paraíba do Sul, são lidas para o Conselheiro Aires, que transcreve trechos, em seu memorial. Ele chega a escrever sobre o estilo empregado pela jovem em sua escrita e menciona inclusive a qualidade do papel usado como suporte:

> *Ora bem, a viúva Noronha mandou uma carta a D. Carmo, documento psicológico, verdadeira página de alma. Como eles tiveram a bondade de mostrar-ma, dispus-me a achá-la interessante, antes mesmo de a ler, mas a leitura dispensou a intenção; achei-a interessante deveras, disse-o, reli alguns trechos. Não tem frases-feitas, nem frases rebuscadas; simplesmente simples, se tal advérbio vai com tal adjetivo; creio que vai, ao menos para mim. Quatro páginas apenas, não deste papel de cartas que empregamos, mas do antigo papel chamado de peso, marca Bath, que havia na fazenda do pai* (ASSIS, 1997a, p. 1131).

Há também bilhete enviado por Tristão ao Conselheiro Aires, quando viaja para Nova Friburgo na companhia da madrinha, dona Carmo, que é transcrito na íntegra para o memorial. A resposta a essa correspondência, que deveria ser também um bilhete, acabou por tomar a forma de carta:

> *[...] Lá vai a carta; respondi-lhe com trinta e tantas linhas, dizendo-lhe cousas que busquei fazer alegres, e com certeza saíram quase amigas. Concordei que Nova Friburgo era delicioso, e concluí por estas palavras: 'Quando descer venha almoçar comigo; falaremos de lá e de cá'* (ASSIS, 1997a, p. 1139).

Depois da morte do pai de Fidélia, o comendador Campos e Tristão viajam para a fazenda na Paraíba do Sul, nesse interregno, chegam

cartas de Lisboa destinadas a Tristão, Aguiar envia um bilhete ao filho postiço avisando-lhe da chegada da correspondência e temos a seguinte reflexão de Aires:

> *Que as asas postais o levem, digo eu aqui neste cantinho de papel, sem advertir no rebuscado da imagem. Advirto agora, e não a risco nem substituo; asas postais servem, uma vez que vão ter à fazenda e não percam o bilhete em caminho. Quer-me parecer que também eu estou curioso de saber o que trazem as tais cartas de Lisboa* (ASSIS, 1997a, p. 1159).

Outras cartas e telegramas atravessaram o Atlântico, vindos das mãos dos pais de Tristão, tanto para abençoar o casamento dele com Fidélia, quanto para colocá-lo a par dos movimentos políticos que ocorriam em Lisboa.

Também é "com letra miúda e cerrada e linhas estreitas" (ASSIS, 1997a, p. 1.131), que Fidélia escreve, de Petrópolis para o Rio de Janeiro, carta endereçada à dona Carmo, na tentativa de persuadi-la a viajar com os dois filhos postiços, já casados, para a Europa.

Como se não bastassem todas essas referências explícitas às missivas, a certa altura do romance, por estar adoentado e não poder sair de casa, o Conselheiro Aires rasga cartas por ele recebidas ao longo dos anos: "Entre outras cousas, estive a rasgar cartas velhas. As cartas velhas são boas, mas estando eu velho também, e não tendo a quem deixar as que me restam, o melhor é rasgá-las. Fiquei só com oito ou dez para reler um dia e dar-lhes o mesmo fim." (ASSIS, 1997a, p. 1160).

A pesquisadora e crítica literária Juracy Assmann Saraiva[99] afirma que o Conselheiro Aires e Aguiar podem ser vistos como configura-

99 Refiro-me à obra *O Circuito das memórias em Machado de Assis*.

ções do próprio Machado, em concordância com essa hipótese, questiono-me se não agiu como o Conselheiro Aires o próprio Machado, antes de morrer, queimando parte da correspondência por ele recebida? Mais que isso, se ele pediu para que José Veríssimo publicasse sua correspondência só postumamente, e se estamos lendo o último romance como uma espécie de epistolário, é interessante apontar esses elementos como mais um jogo de esconde/revela, desse escritor que, se por um lado anuncia nas cartas que quer ver o *Memorial* publicado, coloca na pena do Conselheiro as seguintes palavras:

> Papel amigo, não recolhas tudo o que escrever esta pena vadia. Querendo servir-me, acabarás desservindo-me, porque se acontecer que eu me vá desta vida, sem tempo de te reduzir a cinzas, os que me lerem depois da missa de sétimo dia, ou antes, ou ainda antes do enterro, podem cuidar que te confio cuidados de amor (ASSIS, 1997a, p. 1115-16).

Entretanto, o que confia o narrador ao papel, além de duas histórias de amor, a de dona Carmo e Aires, e a que tece entre Fidélia e Tristão, são as dores físicas e da alma que acometem o próprio Aires:

> Não quero acabar o dia de hoje sem escrever que tenho os olhos cansados, acaso doentes, e não sei se continuarei este diário de fatos, impressões e idéias. Talvez seja melhor parar. Velhice quer descanso. Bastam já as cartas que escrevo em resposta e outras mais, e ainda há poucos dias um trabalho que me encomendaram da Secretaria de Estrangeiros – Felizmente acabado (ASSIS, 1997a, p. 1141).

Do corpo, ora se queixa dos olhos, ora dos ossos. Dores que Machado também derrama em suas últimas cartas aos amigos, como nesse trecho da enviada a Mário de Alencar:

> *O seu cuidado, porém, mandando uma boa palavra a esta solidão é um realce mais e fala ao coração. A garganta está no mesmo ou um pouco mais dolorida. Vou aplicar o bochecho que me diz. Não escrevo mais por causa dos olhos. Até segunda-feira. Recomende-me a todos e creia-me. Velho amigo Machado de Assis* [RJ, ago. 1908] (ASSIS, 1997b, p. 1.092).

As dores da alma dizem respeito à solidão e à melancolia, palavras recorrentes no romance "Eu de natural sou miúdo e prolixo; o estar só e a melancolia, que de si é cuidadosa..." (ASSIS, 1997a, p. 1122) e mais adiante:

> D. Carmo lá tem o marido e os dous filhos postiços. Eu tenho mulher embaixo do chão de Viena e nenhum dos meus filhos saiu do berço do Nada. Estou só, totalmente só. Os rumores de fora, carros, bestas, gentes, campainhas e assobios, nada disso vive para mim. Quando muito o meu relógio de parede, batendo as horas, parece falar alguma cousa, mas fala tardo, pouco e fúnebre. Eu mesmo, relendo estas últimas linhas pareço-me um coveiro (ASSIS, 1997a, p. 1155).

Todavia, a despeito das dores do corpo e da alma, "Eros" vence novamente "Tanatos", apesar das mazelas que colocam em risco a criação literária, a obra é terminada e publicada, antes da morte do autor. Em uma produção em que Carolina é substituída por uma versão idealizada, decalcada na personagem dona Carmo.

Como vimos, há muitas referências à concepção de *Memorial de Aires* nas cartas escritas aos amigos por Machado e muita similaridade entre dona Carmo e Carolina, mas também pode-se notar correspondência entre os sentimentos e as queixas do Conselheiro Aires e os infortúnios que Machado expressava nas cartas escritas aos amigos depois da morte da esposa.

Na última imagem do *Memorial*, quando Aires descreve o casal Aguiar se entreolhando tristemente por ter os dois filhos postiços ausentes e escreve: "queriam ser risonhos e mal se podiam consolar. Consolava-os a saudade de si mesmos", poderíamos acrescentar trecho da última carta endereçada ao amigo Salvador de Mendonça:[100] *"[...] chegado ao fim da carreira é doce que a voz que me alente seja a mesma voz antiga que nem a morte nem a vida fizeram calar."* (ASSIS, 1997a, p. 1.094). Entretanto, essa voz não seria somente a de Salvador, amigo desde a juventude, destinatário dessas palavras, escritas no dia 7 de set. de 1908, mas a própria criação literária, colocada em um *Memorial*. Nessa obra, o Machado velho sente saudade do Machado jovem, simbolizado por Tristão, que está iniciando uma bela história de amor com Fidélia, como fora a de dona Carmo e Aguiar (Carolina e Machado). E, se lemos *Memorial de Aires* como uma espécie de epistolário, o escritor, camuflado no próprio Conselheiro Aires, fecha não só o ciclo criativo, mas também se prepara para a própria morte, posto que já escreveu a sua derradeira carta à posteridade na forma de um romance.

Referências

ASSIS, Machado de. "Epistolário". In: O*bras completas*, vol. III. Rio de Janeiro: Aguilar, 1997a.

_____. "Memorial de Aires". In: O*bras completas*, vol. I. Rio de Janeiro: Aguilar, 1997b.

100 Salvador de Mendonça (1841-1913) foi advogado, jornalista, diplomata, romancista, ensaísta e poeta, amigo de Machado de Assis desde a juventude, foi um dos fundadores de Academia Brasileira de Letras e um dos idealizadores do Movimento Republicano no Brasil.

ASSMANN, Juracy. *O Circuito das memórias em Machado de Assis*. São Paulo: Edusp, 1993.

BOAVENTURA, Cristiana Tiradentes. "Machado de Assis e José Veríssimo: aspectos da correspondência entre o escritor e o crítico". In: *Teresa*. São Paulo: USP/34/Imprensa Oficial, n. 8/9, 2008.

EULALIO, Alexandre. "Em torno de uma carta". In: CALIL, Carlos Augusto e BOAVENTURA, Maria Eugênia (orgs.). Livro *involuntário*: literatura, história, matéria & modernidade. Rio de Janeiro: URRJ, 1993.

FREUD, Sigmund Além do princípio de prazer. In: *Obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GALVÃO, Walnice. "À margem da carta". In: *Teresa*. São Paulo: USP/34/ Imprensa Oficial, n. 8/9, 2008.

MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis (1839-1870)*. São Paulo: Unesp, 2008.

MORAES, Marcos Antonio de. "Epistolografia e crítica genética". In: *Ciência e Cultura* (SBPC), v. 1, p.30-32, 2007.

PIZZA, Daniel. "Machado, não casmurro". In: CHAVES, Vania Pinheiro, MOREIRA, Lauro e CARDOSO, Solange Aparecida (org.) *Lembrar Machado de Assis (1908-208)*. Lisboa: CLEPUL, 2009.

WERNECK, Maria Helena. "Veja como ando grego, meu amigo: os cuidados de si na correspondência machadiana". In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (orgs.). *Prezado senhor, prezada senhora*: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CAPÍTULO 5

"O amor é uma carta..." a presença epistolar em narrativas de José de Alencar e Machado de Assis

Patrícia Regina Cavaleiro Pereira

> Não era preciso reler o papel para entendê-lo; mas olhos amantes deliciam-se com letras namoradas.
> (ASSIS, 1994a, p. 57)

"A sensação que recebi no primeiro encontro pessoal com ele foi extraordinária; creio ainda agora que não lhe disse nada, contentando-me de fitá-lo com os olhos assombrados do menino Heine ao ver passar Napoleão."[102] Assim, recordava-se Machado de Assis[103] da primeira vez em que se deparara com o admirado José de Alencar,[104] no discurso proferido durante a cerimônia em que se deu a "primeira homenagem realizada a um escritor brasileiro no campo monumental de nosso país" (SILVA, 2000), o lançamento da estátua de José de Alencar, em 1897, no Largo do Catete, na cidade do Rio de Janeiro.

Dois grandes nomes da literatura brasileira, que a enriqueceram com suas obras, estiveram juntos pela primeira vez apenas em 1867, ocasião em que o experiente Alencar contava já quase quarenta anos de idade e Machado, dez anos mais novo que o escritor cearense, desempenhava a função de auxiliar do diretor de publicação, no *Diário Oficial*.

---

101 Este capítulo é fruto de reflexões que também serão publicadas, com alterações, nos Anais do XVII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC), realizado entre agosto e outubro de 2021, em Porto Alegre.

102 Discurso proferido na cerimônia do lançamento da primeira pedra da estátua de José de Alencar e publicado, originalmente, em *Páginas Recolhidas*, Rio de Janeiro: Editora Garnier, 1906. Disponível como "A estátua de José de Alencar", na categoria "Miscelânia", do site do Ministério da Educação: http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/30-miscelanea. Acesso em: 30 jan. 2021.

103 Joaquim Maria Machado de Assis nasceu e faleceu no Rio de Janeiro, respectivamente, em 1839 e 1908.

104 José Martiniano de Alencar nasceu no Ceará, em primeiro de maio de 1829, e faleceu no Rio de Janeiro, aos 12 de dezembro de 1877.

Embora não tenham trocado cartas privadas, entre si, em dez anos de amizade, José de Alencar e Machado de Assis mantiveram uma breve correspondência pública, muito relevante para a história da literatura brasileira, em fevereiro de 1868 – quando Castro Alves[105] "chega à residência que a família Cochrane conservava na Tijuca, onde o então político descansava das lides ministeriais, pois desejava consultar o célebre escritor, com quem passou uma tarde lendo sua peça" (PEREIRA, 2012, p. 96), *Gonzaga ou A Revolução de Minas* (1875).

Concluída a visita, Alencar escreve uma carta-ensaio, publicada pelo *Correio Mercantil* aos 18 de fevereiro de 1868, para Machado de Assis, na qual, denotando as mágoas literárias que trazia, solicitava que o crítico fluminense fosse o "Virgílio do jovem Dante", ou seja, apresentasse as letras do poeta baiano à sociedade literária do Rio de Janeiro. A resposta veio dias depois; elaborada aos 29 do mesmo mês, foi publicada também pelo *Correio Mercantil*, como carta-ensaio-resposta, em primeiro de março de 1868.

"A carta de Alencar e a de Machado – as únicas que teriam escrito um para o outro – são documentos importantes para se conhecer um episódio da vida dos dois escritores," nos lembra João Roberto Faria (GALVÃO; GOTLIB, 2000, p. 133), e para além dessa representação, pode-se considerar que tal correspondência é também evidência palpável da afeição e do grau de reconhecimento de José de Alencar por Machado de Assis, que assim agradece a estima do mestre, iniciando a carta-aberta com as seguintes palavras: "É uma boa e grande fortuna conhecer um poeta; melhor e maior fortuna é recebê-lo das mãos de

105 Antônio Frederico de Castro Alves foi um poeta baiano que viveu entre 1847 e 1871.

V. Exa. com uma carta que vale um diploma, com uma recomendação que é uma sagração."[106]

A demanda de Alencar, já grande nome da literatura nacional, na década de sessenta do século XIX, marca definitivamente a carreira do então crítico literário Machado de Assis, que antes de se devotar à elaboração de sua grandiosa obra, o que lhe conferiu o título de maior escritor do século XIX e um dos principais das letras brasileiras, foi um célebre crítico, que, curiosamente, estabelecia parte de seu trabalho em meio ao epistolário. Carlos Rocha (2015, p. 291), referindo-se a essa face machadiana, escreve:

> Como se trata de cartas abertas, publicadas nos jornais e periódicos da época, nas quais Machado demonstra seu entendimento sobre o fazer poético para o seu interlocutor missivista e os possíveis leitores desses jornais, essas correspondências, de certo modo, serviram para criar a sua imagem como crítico respeitável.

A correspondência mantida entre dois dos principais escritores brasileiros do século XIX não limita o relevante papel que a carta exerce na biografia e obra de ambos, ao contrário, amplia a dimensão epistolar, pois em suas narrativas, tanto Alencar quanto Machado valeram-se das missivas, empregando-as de maneira similar, mas não idêntica, sobretudo quando se tratava de cartas de amor.

---

106 Ambas as cartas estão disponíveis em PEREIRA, Patrícia Regina Cavaleiro. *"Há muito tempo que não te escrevo..."*: reunião da correspondência alencariana (edição anotada). 430 p. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-31082012-095814/pt-br.php. Acesso em: 15 jan. 2021, p. 122-126 e p. 156-162.

Narrativas & missivas

A carta é um dos elementos largamente empregados pelos escritores do século XIX. Não nos restringindo aos romances epistolares, constituídos de conjuntos de missivas, observamos que cartas e bilhetes estão presentes também, e muito comumente, no interior das narrativas Oitocentistas em geral; lugar em que desempenham estratégicas e diferentes funções. Seduzir o leitor talvez fosse o intento medular dos literatos adeptos à adoção, em suas tramas, de objeto tão banal, no Oitocentos. Marisa Lajolo (2002, p. 62) nos recorda que

> [...] uma primeira hipótese é que talvez romances epistolares tenham feito tanto sucesso porque, ao se estruturarem como cartas, tornavam-se bastante familiares a seus leitores, naqueles idos muito envolvidos com envio, recebimento, resposta e comentário de cartas [...].

Refletindo ainda sobre o sucesso do elemento epistolar nas tramas Oitocentistas e considerando que grande número delas chegava aos leitores via folhetins publicados em jornais, é possível concluirmos que, por ser

> Item corriqueiro no cotidiano do século XIX, a carta é um tipo textual que documenta a história narrada, sua presença faz com que os fatos da ficção se aproximem da vida real dos leitores, que tanto apreciavam ver retratados os quadros do dia-a-dia no rodapé dos periódicos que circulavam pela imprensa (PEREIRA, 2016, p. 313).

Voltando-nos ao Brasil, exclusivamente, encontramos missivas em muitas narrativas de José de Alencar e Machado de Assis, e o fato de algumas das publicações dos dois escritores terem sido realizadas primeiramente no formato folhetim nos faz compreender, de certa forma, as razões que levaram ambos à técnica de inserção epistolar em suas narrativas.

Tendo em vista o momento histórico em que se encontravam, não é difícil imaginar que os folhetinistas/romancistas valiam-se dos meios que "dispunham para aproximar ainda mais as narrativas do leitor. A presença das missivas fazia com que o público se envolvesse com a trama, se emocionasse com a história e mantivesse o desejo de acompanhá-la até a apresentação do último folhetim" (PEREIRA, 2006, p. 314-315), o que contribuía fundamentalmente para a venda dos jornais; tratava-se, portanto, via de regra, de uma muito provável questão literário-financeira.

Devido aos limites de extensão deste capítulo, não será possível esmiuçar detalhadamente tal conjectura; no entanto, no transcorrer das análises propostas, haverá espaço para reflexões que nos conduzirão, mais uma vez, a esse ponto.

Retomando a produção de Alencar e Machado, especifico interesse pelos chamados romances urbanos e perfis de mulher, ambos da obra alencariana. No tocante a Machado de Assis, as narrativas publicadas antes de 1879 interessam-nos de perto neste capítulo, em que se pretende apresentar e analisar o papel que as cartas desempenham, enquanto recurso narrativo, nas tramas de teor predominantemente relacionado a "amor", dos dois autores.

Afortunadas cartas

"Portadoras de boas novas ou de tribulações, as cartas estão entre os elementos narrativos [largamente] presentes nas tramas alencarianas" (PEREIRA, 2016, p. 312). Dando destaque às narrativas urbanas, encontramos a missiva como item de grande relevância, sobretudo nos dois primeiros romances-folhetim de José de Alencar, *Cinco Minutos* (1856) e *A Viuvinha* (1857). Poucos anos atrás, dediquei um artigo à análise da importante presença epistolar em ambas as tramas, que podem ser consideradas duas "narrativas-epistolares".[107] Agora, proponho-me iluminar as cartas presentes nos seguintes romances urbanos e nos perfis de mulher do mesmo autor: *Lucíola* (1862), *Diva* (1864), *A Pata da Gazela* (1870), *Sonhos d'Ouro* (1872), *Senhora* (1875) e *Encarnação* (1893).

Transgredindo a sequência temporal de publicações em nome da relevância epistolar em cada trama, iniciemos pela apresentação de *Diva*, segundo perfil de mulher alencariano, romance publicado em 1864 pela Editora Garnier, cujo enredo gira, basicamente, em torno da história de amor de um jovem casal, a voluntariosa Emília Duarte e o doutor Augusto Amaral, e de seus encontros e desencontros até o venturoso desfecho da narrativa.

Logo no início do livro, na epígrafe, lemos uma carta – assinada com a inicial P. – na qual somos informados de que uma missiva vai ser a estrutura central da trama; o enredo nos será apresentado em

107 "Escolhemos os folhetins *Cinco Minutos* e *A Viuvinha,* pois, em ambos, a missiva é o alicerce estrutural – o que nos permite afirmar tratar-se de 'cartas-romance' – e, sobretudo, porque o elemento epistolar é peça-chave no decorrer de ambas as tramas." (PEREIRA, 2016, p. 315).

uma extensa carta que Augusto, o protagonista, redige ao amigo Paulo. Acompanhemos um excerto desse texto:

> *[...] Durante dois anos nos carteamos com uma pontualidade e abundância de coração dignas de namorados. Em sua volta, esteve comigo no Recife; escrevi-lhe ainda para o Rio; mas pouco tempo depois minhas cartas ficaram sem resposta, e nossa correspondência foi interrompida. Decorreram meses. Um belo dia recebi pelo seguro uma carta de Amaral; envolvia um volumoso manuscrito, e dizia: "Adivinho que estás muito queixoso de mim, e não tens razão. Há tempos me escreveste, pedindo-me notícias da minha vida íntima; desde então comecei a resposta, que só agora concluí: é a minha história numa carta. Foste meu confidente, Paulo, sem o saberes; a só lembrança da tua amizade bastou muitas vezes para consolar-me, quando eu derramava neste papel, como se fora o invólucro de teu coração, todo o pranto de minha alma." O manuscrito é o que lhe envio agora, um retrato ao natural, a que a senhora dará, como ao outro, a graciosa moldura* (ALENCAR, 1965, p. 334).

E o seguinte trecho do capítulo XVIII não nos deixa dúvida de que se trata de uma carta-romance: *"Pensava ter concluído esta carta, mas não, Paulo! Tornei a vê-la!"* (ALENCAR, 1965, p. 393). No decorrer da trama, encontramos referências a missivas, mas duas cartas são fundamentais para o andamento da narrativa: as que contribuem para o feliz desenlace do enredo, pois unem determinantemente os dois protagonistas da história. Em uma delas, Augusto, então médico recém-formado, escreve ao Sr. Duarte, pai de Emília; no segundo capítulo do romance, a menina adoece, e a fim de justificar a recusa do pagamento pelos cuidados despendidos com o tratamento da "pneumonia dupla", o rapaz redige:

> *Foi Deus quem salvou D. Emília; a ele devemos agradecer, o senhor, a vida de sua filha, eu, minha felicidade. Meu primeiro doente foi para mim como um primeiro filho. As emoções que senti lutando com a moléstia, as angústias por que passei nas suas recrudescências, o desespero de minha fraqueza nesses momentos, um pai os deve compreender. Essas emoções só podiam ter uma recompensa. Já a recebi do meu coração. Foi a pura e santa alegria de restituir a vida querida, que me fora confiada. Substituí-la por outra, não seria generoso de sua parte, Sr. Duarte* (ALENCAR, 1965, p. 340).

O gesto da conservação da carta revela o apreço que a jovem nutria pelo médico; tal descoberta de Augusto reforça ainda mais os laços de afetividade que já ligavam o casal. Assim, dialogam (ALENCAR, 1965, p. 363):

> – Esta gratidão que eu lhe consagro há três anos, continuou ela, tem sido a minha única alegria!
>
> – Como é possível, D. Emília? Não acredito!...
>
> – Pois creia! Tenho uma testemunha...
>
> – Qual?
>
> – Conhece?
>
> – A minha carta!...
>
> Ela passara rápida pelos meus olhos a carta que eu tinha escrito ao pai logo depois do seu restabelecimento.
>
> – Está assim amarrotada... Não sabe por quê? É ela que envolve os cabelos de minha mãe!
>
> Emudecemos ambos. O papel desapareceu outra vez; tinha-o escondido no seio. [...]

A segunda missiva essencial para a trama é aquela em que Emília declara literalmente e com todos os recursos linguísticos de uma típica carta de amor, no capítulo XX, já final da narrativa, seus sentimentos por Augusto, o que concorre para um definitivo e típico "final feliz".[108]

Em 1872, adotando o pseudônimo Sênio, mais uma vez pela Editora Garnier, Alencar publica *Sonhos d'Ouro*, romance cujo prefácio, também conhecido como "Benção Paterna", é texto primordial de sua obra, e cuja trama nos apresenta nova história de amor. Em linhas gerais, temos, dessa vez, o envolvimento do advogado Ricardo, paulista de origem humilde, com Guida Soares, jovem da alta sociedade fluminense, e a presença de outra personagem central que muito contribui para a evolução do quiprocó afetivo que se estabelece no desenrolar dos acontecimentos, surgindo nos capítulos finais da narrativa: Isabel Lopes, conhecida como "Bela", prima e noiva de Ricardo.

---

108 A moça escreve: *Sim, Augusto, eu te amo!... Já não tenho outra consciência de minha vida. Sei que existo, porque te amo. Naquele momento, de joelhos, a teus pés, essa grande luz encheu meu coração. Acabava de ultrajar-te cruelmente; detestava-te com todas as forças de minha alma; e de repente todo aquele ódio violento e profundo fez-se amor! Mas que amor! Desde então me sinto como inundada por este imenso júbilo de amar. Minha alma é grande e forte; guardei-a até agora virgem e pura; nem uma emoção fatigou-a ainda. Entretanto receio que ela não baste para tanta paixão. É preciso que eu derrame em torno de mim a felicidade que me esmaga. Por que me fugiste, Augusto?... Segui-te repetindo mil vezes que te amava; confessei-o a cada flor que me cercava, a cada estrela que luzia no céu. Minha alma vinha aos meus lábios para voar a ti nesta abençoada palavra, – eu te amo! Tudo em mim, meus olhos cheios de lágrimas, minhas mãos súplices, meus cabelos soltos, se tivessem uma voz, falariam para dizer-te – ela te ama! Beijei na areia os sinais de teus passos, beijei os meus braços que tu havias apertado, beijei a mão que te ultrajara num momento de loucura, e os meus próprios lábios que roçaram tua face num beijo de perdão. Que suprema delícia, meu Deus, foi para mim a dor que me causavam os meus pulsos magoados pelas tuas mãos! Como abençoei este sofrimento!... Era alguma coisa de ti, um ímpeto de tua alma, a tua cólera e indignação, que tinham ficado em minha pessoa e entravam em mim para tomar posse do que te pertencia. Pedi a Deus que tornasse indelével esse vestígio de tua ira, que me santificara como uma coisa tua!Vieram encontrar-me submergida assim na minha felicidade. Interrogaram-me; porém eu só ouvia os cânticos de minha alma cheia das melodias do meu amor. Não lhes falei, com receio de profanar a minha voz, que eu respeito depois que ela te confessou que eu te amo. Não deixei que me tocassem para não te ofenderem no que é teu. Quero guardar-me toda só para ti. Vem, Augusto: eu te espero. A minha vida terminou; começo agora a viver em ti. Tua Emília.* (ALENCAR, 1965, p. 398).

Voltando-nos para as cartas presentes no enredo, notamos que, diferentemente da estratégia adotada em *Diva*, Alencar não optou pela missiva como parte da estrutura do romance; não se trata, portanto, de uma narrativa-epistolar, mas existem muitas cartas e referências epistolares no decorrer da trama.

Uma das missivas mais importantes é a que determina o fim do noivado entre Ricardo e Bela, fato que leva ao "primeiro" arremate do enredo; a jovem, acreditando não ser a noiva ideal para o primo e, logo, que seu casamento com ele não o faria realmente feliz, escreve a Ricardo; leiamos a missiva do capítulo XXX (ALENCAR, 1965, p. 646):

> *Meu primo.*
>
> *Um pressentimento, que não engana, diz-me que sou um obstáculo em sua vida; e portanto o meu dever é afastar-me para que você possa livremente seguir a brilhante carreira que lhe prometem seus talentos e virtudes.*
>
> *Outra, mais prendada e escolhida por Deus, fará sua felicidade, oferecendo-lhe toda a sorte de alegrias e encantos, que eu não poderia dar, eu que apenas tenho um coração. Esse o acompanhará de longe com seus votos; e creia, meu primo, que outros não haverá mais ardentes pela sua ventura.*
>
> *Desde que nos separamos, meu querido pai insta para que aceite uma união, que ele sempre desejou. Ocultei-lhe este segredo de família para não afligi-lo, em compensação de tantos sacrifícios que você aí sofria só; era justo que tomasse para mim unicamente essa contrariedade.*
>
> *Enquanto me julguei necessária à sua felicidade, tive forças para resistir a meu pai; agora faltam-me, e também o direito de opor-me à sua vontade, e recusar o destino traçado por ele, quando outro não me resta, nem eu tenho mais que esperar do mundo.*

Quando receber esta carta, já estará partido o vínculo que nos unia; pois vou dar a meu pai o consentimento que me pede há tanto tempo.

Sua prima e amiga

Isabel Lopes

20 de agosto de 1871.

Magoado com sua prima por desconhecer a verdadeira reflexão que conduziu suas palavras, para Ricardo, a carta de Bela "[...] não era senão um engenhoso meio de justificar sua ingratidão e perfídia. Cansada de esperar, a moça de coração volúvel, resolvera casar com o Felício Lemos, que além de arranjado, estava à mão" (ALENCAR, 1965, p. 647). No capítulo seguinte, então, o rapaz escreve a ex-noiva "carta fria e austera [que] ainda mais confirmou Bela na convicção de que já não era amada como o fora outrora. Documento do nobre caráter de Ricardo, tinha a secura do pergaminho" (ALENCAR, 1965, p. 653). Acompanhemos a missiva (ALENCAR, 1965, p. 653):

Bela.

A vida é uma coisa bem séria, que não se deve fazer tema de caprichos e arrufos.

Amamo-nos desde a infância, e juramos unir-nos para sempre. Pertencemo-nos pois um ao outro, e nada neste mundo a não ser a violência pode jamais separar-nos.

Vi em sua carta uma suspeita, que não devia demorar-se em seu espírito. Considero-me seu marido perante Deus; e conheço meu dever.

Adeus, etc.

Ricardo

Concluído o livro com o pior dos cenários possíveis para uma trama essencialmente romântica, uma inesperada carta de Sênio ao editor recupera o termo esperado para a narrativa, solicitando a inclusão do pós-escrito que, finalmente, traz ao leitor mais um afortunado desfecho com a união dos apaixonados Guida e Ricardo. Eis a missiva (ALENCAR, 1965, p. 656):

> *Ilmo. Sr. Garnier.*
>
> *Se ainda não tirou a lume a Segunda parte dos* Sonhos d'ouro*, peço-lhe o favor de mandar imprimir o incluso pós-escrito que leva a última notícia de nossos personagens.*
>
> *Amigo e atento venerador*
>
> *Sênio.*
>
> *S.C. 6 setembro, 1872.*

Em *Senhora*, volume publicado em 1875 e último perfil de mulher alencariano, a carta também não faz parte da estrutura da narrativa, no entanto, a presença das missivas não é menos importante. Recuperando o enredo, em brevíssimas linhas, trata-se da história de amor de Aurélia Camargo e Fernando Seixas, que antes de concretizá-la efetivamente passam por circunstâncias bastante peculiares, o que torna a trama uma das mais atraentes da obra alencariana.

Aurélia é uma jovem de origem humilde que planejava casar-se com seu pretendente, Fernando. Ele, no entanto, diante da oferta de um vultoso dote, decide unir-se em matrimônio com outra moça. O conflito central da trama estabelece-se. É precisamente relacionada a esse ponto do enredo que uma carta estratégica transforma o desen-

rolar da narrativa: a primeira grande reviravolta da história advém da missiva que o pai de Aurélia, Pedro, escreve ao avô da jovem, Lourenço, antes de morrer. Graças a essa carta, a moça herda a fortuna da família Camargo e torna-se uma das mulheres mais ricas e desejadas da sociedade fluminense. Leiamos o excerto, extraído do capítulo VII da segunda parte do romance, em que a menção à missiva aparece:

> Essa carta de data muito anterior ao falecimento, indicava que Pedro Camargo tinha a princípio pensado em suicidar-se, e se preparava para levar a efeito esse desígnio, escrevendo ao pai a fim de implorar-lhe o perdão de sua falta. Depois de fazer a confissão do casamento que havia ocultado só pelo receio de afligir ao pai, suplicava-lhe que protegesse sua viúva e aqueles órfãos inocentes, que eram seus netos, e que o haviam de substituir, a ele Pedro, no amor e na veneração. Lendo essa carta, Lourenço Camargo afigurou-se receber as últimas palavras do filho; e lembrou-se quanto fora injusto duvidando da realidade desse casamento de que ali tinha a prova irrecusável (ALENCAR, 1965, p. 738).

Tal mudança proporciona à moça, além de alterações substanciais em seu modo de viver, a possibilidade, sobretudo, de vingar-se de Fernando Seixas, que a desprezara quando ela era pobre. Adiante, surge, então, outra importante carta: aquela através da qual é realizado o pedido de casamento,[109] o oferecimento do dote, de Aurélia a Seixas.

109 Aliás, cartas-pedido de casamento ou simples menção a essas missivas, tão absolutamente comuns no século XIX, estão muito presentes na obra urbana de José de Alencar. Em *A Pata da Gazela* e *Encarnação*, respectivamente, encontramos exemplos desse tipo de mensagem: "A carta era de Horácio, que pedia ao negociante a mão da filha. Acabando de ler, a moça de olhos baixos e corpo trêmulo, parecia vendar-se com sua inocência para subtrair-se ao olhar terno e curioso de seu pai. Nesse momento ela desejava, se possível fosse, esconder-se dentro de si mesma." e "Veiga abraçou a filha muito risonho; e prendendo-lhe a loura cabeça no peito, pôs-lhe diante dos olhos uma carta aberta, na qual a moça reconheceu a letra de Hermano. Antes que ela se recobrasse da surpresa e pudesse ler a carta, D. Felícia lhe comunicara sofregamente o assunto. Era um pedido de casamento, no qual Hermano manifestava o desejo de obter pessoalmente de Amália o seu consentimento." (ALENCAR, 1965, p. 450, 883).

Apesar de a missiva não ter sido apresentada aos leitores, no capítulo VII da primeira parte do romance, deparamo-nos com a seguinte passagem: "Era esta a carta que o tutor de Aurélia acabava de apresentar ao Seixas." (ALENCAR, 1965, p. 689). Essa missiva, assim como a primeira, seguindo a ordem cronológica dos fatos, transforma a narrativa, direcionando decisivamente o encaminhamento da trama.

Em *Lucíola*, romance publicado em 1862, primeiro perfil de mulher de Alencar e uma de suas narrativas mais populares, temos, em pouquíssimas palavras, a história da cortesã Lúcia e de sua regeneração por amor. Na trama, há algumas referências epistolares, mas o fato mais significativo do romance estampa a primeira linha da epígrafe, que é uma missiva, onde há uma curiosidade que não devemos perder de vista.

A carta da epígrafe de *Diva* foi escrita por Paulo e destinada a G.M. – iniciais que não remetem o leitor a nenhum nome específico já declarado na obra alencariana –, mesmas letras que assinam o texto inicial de *Lucíola*, no qual G.M. escreve "ao autor", dizendo na primeira linha: "Reuni as suas cartas e fiz um livro." (ALENCAR, 1965, p. 229). Lucíola é, portanto, uma "carta-romance"; não se trata de um romance epistolar nos moldes tradicionais, pois não existe troca de cartas, mas a trama é construída a partir da reunião de missivas de um mesmo epistológrafo, como em *Cinco Minutos* (1856) e *A Viuvinha* (1857).

Em *Encarnação*, livro publicado em 1893, depois da morte de Alencar, deparamo-nos com uma narrativa que não foi classificada como perfil de mulher ou romance urbano, mas na qual há menções epistolares que merecem ser consideradas; dentre elas, duas são as mais

relevantes: o pedido de casamento de Hermano a Amália e o bilhete que ele escreve à esposa, quando decide se matar, e que não chega às mãos dela a tempo de impedi-lo, ou que pelo menos não a motiva a afastá-lo de seu intento. Foi um "pressentimento cruel" (ALENCAR, 1965, p. 911) que fez com que ela fosse ao encontro do marido e não a missiva; leiamos o excerto: "No bilhete que por ele enviara à mulher, depois de escusar-se de ter saído do baile e de não ir buscá-la, rematava com estas palavras: '*Agora, Amália, é que eu conheço quanto a amo; pois esta curta ausência de alguns instantes parece-me uma separação eterna*'" (ALENCAR, 1965, p. 906).

Diferentemente de algumas das tramas anteriores, *A Pata da Gazela*, romance levado a lume em 1870, não é uma "narrativa-epistolar", pois a missiva não faz parte de sua estrutura; embora haja algumas alusões a cartas, apenas um acontecimento relevante é decorrente de uma delas: o pedido de casamento que Horácio faz ao senhor Sales, pai de Amélia, a protagonista. Assim, concluímos que em seis narrativas alencarianas – "romances da burguesia carioca" (CANDIDO, 2007, p. 222), em sua maioria –, *Cinco Minutos*, *A Viuvinha*, *Lucíola*, *Diva*, *Sonhos d'Ouro* e *Senhora*, a inserção de cartas foi estratégia fundamental para a construção dos enredos; lembrando que, em alguns desses textos, a missiva surge inclusive como plataforma, elemento de estruturação da trama. Em *A Pata da Gazela* e *Encarnação*, a carta desempenha papel coadjuvante, mas não irrelevante; as missivas que constituem ambas as narrativas não são, de modo nenhum, dispensáveis.

Demos lugar, agora, às cartas que conduzem as tramas de quatro romances de Machado de Assis.

Turbulência epistolar

Os quatro primeiros romances machadianos que precederam a publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) são classificados pelo próprio autor como pertences à primeira fase de sua vida literária, "cada obra pertence ao seu tempo" (ASSIS, 1994b, p. 01); trata-se de *Ressurreição* (1872), *A Mão e a Luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878). Nessas quatro narrativas, Machado de Assis, assim como José de Alencar, valeu-se amplamente do recurso epistolar.

De início, no entanto, há uma diferença a se destacar entre os dois literatos, no que tange o emprego da carta nos romances: a "narrativa-epistolar", ao contrário do que observamos na obra de Alencar, não está presente em nenhuma das quatro tramas machadianas mencionadas no parágrafo anterior. Publicado pela Editora Garnier em 1872, *Ressurreição* é o primeiro romance de Machado de Assis no qual nos é apresentado "o esboço de uma situação e o contraste de dois caracteres" (ASSIS, 1994d, p. 02). Na trama, encontramos, resumidamente, a história do relacionamento afetivo entre Lívia, jovem viúva, e Félix, médico de reputação amorosa questionável, cujo sentimento era "travado de dúvidas e suspeitas" (ASSIS, 1994d, p. 31).

Dentre as muitas cartas e referências epistolares, destaco a primeira missiva da narrativa, apresentada no capítulo inicial; trata-se de uma carta-convite por meio da qual se dá o encontro do casal. Após se aproximarem, as missivas surgem, via de regra, em momentos de crise: "Longas cartas trocaram ambos, amargas as dela, as dele friamente cruéis e chocarreiras" (ASSIS, 1994d, p. 47).

Além de todos os textos epistolares presentes no decorrer da narrativa, cartas que compõem a correspondência de uma relação marcadamente conflituosa, uma única missiva, não-assinada, pode ser considerada a mais importante da trama, pois é a responsável pelo rompimento definitivo do casal. Leiamos o excerto a seguir: "Foi nesse momento que trouxeram ao médico uma carta, entregue pelo correio. Félix abriu-a distraidamente, mas tanto que lhe leu o conteúdo ficou muito pálido e encostou-se a uma cadeira. Com a mão trêmula aproximou o papel dos olhos enquanto os dentes mordiam os lábios até deitar sangue." (ASSIS, 1994d, p. 68).

O conteúdo dessa missiva é apresentado ao leitor, assim como o nome de seu autor, no capítulo XXII, intitulado "A carta". Acompanhemos: *"'Mísero moço! És amado como era o outro; serás humilhado como ele. No fim de alguns meses terás um Cireneu para te ajudar a carregar a cruz, como teve o outro, por cuja razão se foi desta para a melhor. Se ainda é tempo, recua!'"* (ASSIS, 1994d, p. 74). Depois de ler as últimas linhas, tomado por ciúme, Félix escreve para a noiva às vésperas da concretização do matrimônio: "A carta dizia assim: *'Lívia. O que vou fazer é indigno, bem o sei; mas é ainda mais cruel do que indigno. O nosso casamento é fatalmente impossível. Não tens nenhuma culpa direta nem indireta na minha resolução. Esta carta, que me condena, será a tua cabal defesa. Adeus. Félix'"* (ASSIS, 1994d, p. 69). E, dessa maneira, a união entre os dois é irrevogavelmente desfeita, pois, apesar da inexistência de provas concretas contra Lívia, "não estava excluída a verossimilhança do fato, e bastava ela para lhe dar razão" (ASSIS, 1994d, p. 79).

Publicado em vinte folhetins com o subtítulo "Um perfil de mulher", nos rodapés do periódico *O Globo*, entre 26 de setembro e 03 de novembro de 1874, *A Mão e a Luva* é a primeira experiência de Machado de Assis como folhetinista. Na narrativa, temos, em linhas gerais, a história de Guiomar – jovem de origem humilde, afilhada de uma baronesa – que deseja ascender socialmente por meio de seu casamento e, para isso, deve escolher um de seus três pretendentes: Estevão, Jorge e Luís Alves.

"O Fim da Carta" é o nome do primeiro capítulo em que nos deparamos com o término do frágil e breve romance entre o sentimental Estevão e a então impassível Guiomar, aluna-professora de 17 anos, que se recusara a lhe escrever durante o período em que o rapaz, estudante de Direito, estaria em São Paulo.[110] Trata-se de uma divertida e curiosa passagem do romance que marca o comportamento nada convencional – considerando os parâmetros das personagens femininas folhetinescas Oitocentistas – que Guiomar apresentará no transcorrer de toda a narrativa. Nesse mesmo capítulo, em que Machado usa a carta como metáfora do amor, há outra interessante menção. Ao saber da reação-resposta de Guiomar, dirigindo-se ao inconsolável amigo, Luís Alves profere as seguintes palavras: "O amor é uma carta, mais ou menos longa, escrita em papel velino, corte dourado, muito cheiroso e catita; carta de parabéns quando se lê, carta de pêsames

110 Leiamos o excerto: "Naquela tarde, a tarde fatal, estando ambos [Estevão e Guiomar] a sós, o que era raro e difícil, disse-lhe ele que em breve ia voltar para S. Paulo, levando consigo a imagem dela, e pedindo-lhe em câmbio, que uma vez ao menos lhe escrevesse. Guiomar franziu a testa e fitou nele o seu magnífico par de olhos castanhos, com tanta irritação e dignidade, que o pobre rapaz ficou atônito e perplexo. Imagina-se a angústia dele diante do silêncio que reinou entre ambos por alguns segundos; o que não se imagina é a dor que o prostrou – a dor e o espanto, – quando ela, erguendo-se da cadeira em que estava, lhe respondeu, saindo: – Esqueça-se disso." (ASSIS, 1994a, p. 3-4).

quando se acabou de ler. Tu que chegaste ao fim, põe a epístola no fundo da gaveta, e não te lembres de ir ver se ela tem um *post-scriptum*..." (ASSIS, 1994a, p. 05). E havia um *post-scriptum*, evidentemente, que nos é apresentado no capítulo VI, quando o casal se reencontra dois anos depois de se separarem; vejamos.

> Não convinha reler a carta, sob pena de lhe achar um *post-scriptum*. Estevão era curioso de epístolas; não pôde ter-se que não abrisse aquela. O *post-scriptum* lá estava no fim. Vindo à linguagem natural, Estevão saiu do jardim de Luís Alves com o coração meio inclinado a amar de novo a mulher que tanto o fizera padecer um dia. Daqui concluirá alguém que ele verdadeiramente não deixara de a amar. (ASSIS, 1994a, p. 18-19).

Dando continuidade à narrativa, conhecemos Jorge, sobrinho *bon vivant* da baronesa, com quem a senhora faria muito gosto que Guiomar se unisse em matrimônio, e acompanhamos a passagem em que a moça encontra uma carta do rapaz.[111] Em meio a um conflito interno,

111 Vejamos: "[...] o certo é que o livro foi enfim entregue a Guiomar, tendo a página marcada, não com a fita que lá estava pendente, mas com um pedacinho de papel. O pedacinho de papel era a carta; apenas uns poucos centímetros de altura; mas por mais exíguas que tivesse as dimensões, bem podia ser que levasse ali dentro nada menos que uma tempestade próxima. Meia hora depois, indo a abrir o livro para continuar a leitura, viu Guiomar a cartinha de Jorge. Não tinha sobrecarta; era um simples papelinho dobrado, rescendendo a amores. O espírito de Guiomar estava tão longe daquilo que não suspeitou nada e distraidamente o abriu. A primeira palavra escrita era o seu nome; a última era o de Jorge. [...] A moça ficou algum tempo quieta, a olhar para o papel, sem o querer ler, como a hesitar entre queimá-lo ou restituí-lo intato a seu autor. Mas a curiosidade venceu por fim; Guiomar abriu o papel e leu estas linhas: *Guiomar! Perdoe-me se lhe chamo assim; as convenções sociais condenam-me decerto, mas o coração aprova, que digo? Ele mesmo escreve estas letras. Não é a minha pena, não são os meus lábios que lhe falam deste modo, são todas as forças vivas da minha existência, que em alta voz proclamam o imenso e profundo amor que lhe tenho. Antes de o ler neste papel, já a senhora o há de ter visto, pelo menos adivinhado nos meus olhos, na doce embriaguez que em mim produz a presença dos seus. Persuado-me de que todo o meu esforço em recalcar este afeto é vão; por mais que eu sinceramente deseje esquecê-la, não o alcançarei nunca; não alcançarei mais que uma aflição nova. O remorso de o tentar, virá coroar os demais infortúnios. Por que razão rompo hoje o silêncio em que me tenho conservado, medroso e respeitoso silêncio que, se me não abre o caminho da glória, ao menos conserva-me a palma da*

pois não pretendia desiludir a baronesa, que tinha como segunda mãe, e tampouco nutria algum interesse por Jorge, Guiomar escreve a missiva mais relevante da trama, "aquele papel decisivo" (ASSIS, 1994a, p. 57), apresentado no capítulo XVII, cujo título é "A carta". Trata-se, na verdade, de um bilhete da jovem a Luís Alves, que contém unicamente o verbo "Peça-me" (ASSIS, 1994a, p. 57), referindo-se ao pedido de casamento que ele deveria fazer à sua madrinha, o quanto antes; texto que sentencia o desfecho da narrativa, nada favorável a Estevão e a Jorge. A derradeira missiva da trama não nos é apresentada diretamente; dela, temos apenas a referência: "Pela volta do meio-dia, recebeu a baronesa uma carta de Luís Alves. Abriu-a e leu-a. O advogado pedia-lhe a mão de Guiomar. Poucas linhas, corteses, simples, naturais, feitas por quem parecia senhor da situação." (ASSIS, 1994a, p. 59).

Em *Helena* – romance-folhetim publicado entre 06 de agosto e 11 de setembro de 1876, no periódico *O Globo*, e como livro em outubro do mesmo ano – há também cartas fundamentais para o andamento do enredo. Em linhas gerais, trata-se da história de Helena, filha de criação do Conselheiro Vale, que é acolhida por D. Úrsula e Estácio – supostamente tia e irmão da jovem –, depois da morte dele. A verdade dos fatos, no entanto, só nos é revelada a partir do capítulo XXIV, ao final da narrativa. A trama começa exatamente com a morte do Conselheiro e a abertura de seu testamento, no qual, para surpresa dos dois parentes, a existência da moça é revelada e ela é, então, considerada membro da família.

---

esperança? Nem eu mesmo saberia responder-lhe; falo, porque uma força interior me manda falar, como transborda o rio, como se derrama a luz; falo porque morreria talvez se me calasse, do mesmo modo que morrerei de desespero, se além do perdão que lhe peço, me não der uma esperança mais segura do que esta, que me faz viver e consumir. Jorge. (ASSIS, 1994a, p. 31-32).

São várias as missivas e referências a textos epistolares que surgem no decorrer da narrativa; as cartas instigantes começam a surgir a partir do capítulo VIII, quando Estácio, já enamorado de Helena, sente-se enciumado de uma missiva secreta, por ela recebida.[112] Na sequência da trama, pressionada por Dr. Camargo, "médico e velho amigo da casa", (ASSIS, 1994b, p. 02) a incentivar o casamento de Eugênia, sua filha, com Estácio, Helena escreve a um destinatário desconhecido.[113] Dentre outras importantes cartas, a de Salvador – verdadeiro pai de Helena – à filha, lida por Estácio, provoca uma reviravolta decisiva no remate da trama; leiamos.

112 Acompanhemos: "A alguns passos de distância, entre duas laranjeiras, [Estácio] viu Helena a ler atentamente um papel. Era uma carta, longa de todas as suas quatro laudas escritas. Seria alguma mensagem amorosa? Esta ideia molestou-o muito. Afastou-se da janela, conchegou as cortinas, e pela fresta procurou observar a irmã. Helena estava de pé, no mesmo lugar, e percorria rapidamente as linhas, até ao final da última página. Ali chegando, deu dois passos, tornou a parar, volveu ao princípio da carta, para a ler de novo, não já depressa, mas repousadamente. Estácio sentiu-se movido de imperiosa curiosidade, à qual vinha misturar-se uma sombra de despeito e ciúme. A ideia de que Helena podia repartir o coração com outra pessoa desconsolava-o, ao mesmo tempo que o irritava. [...] Uma vez só, [Estácio] entregou-se a um inquérito mental sobre a procedência da misteriosa missiva. Um indício havia de que podia conter alguma coisa secreta: era o gesto com que ela a escondeu. Mas não podia ser de alguma antiga companheira do colégio, que lhe confiava segredos seus? Estácio abraçou com alvoroço esta hipótese. Depois, ocorreu-lhe que, ainda provindo de uma amiga, a carta podia tratar de algum idílio de colégio, em que Helena fosse protagonista, idílio vivo ou morto, página de esperança ou de saudade. Ainda nesse caso, que tinha ele com isso?" (ASSIS, 1994b, p. 39-40).

113 "A carta era longa, escrita a golfadas, sem nexo nem ordem; continha muitas queixas e imprecações, ternura expansiva de mistura com um desespero profundo; falava daqueles que, tendo nascido sob a influência de má estrela, só tem felicidades intermitentes e mutáveis; dizia que para ela a própria felicidade era um gérmen de morte e dissolução, – ideia que repetia três vezes, como se tal observação fosse o transunto de suas experiências certas. A carta falava também de um homem, cujo egoísmo de pai não conhecia limites, e que a todo o transe queria que a filha desposasse uma grande riqueza e uma grande posição, – *'homem, dizia ela, que me viu a princípio com olhos avessos, pela diminuição que eu trazia à herança'*. No fim dizia que havia naquelas linhas muito de obscuro e incompleto, que oportunamente contaria tudo, mas que desde já podia dar a triste notícia de que lhe era forçoso abster-se de sair. Helena releu o escrito e meditou longo tempo sobre ele; acrescentou ainda algumas linhas; depois, rasgou o papel em dois pedaços, chegou-os à vela, e os destruiu. Como arrependida, voltou a escrever outra carta, mas não chegou a acabar seis linhas; rasgou-a como fizera à primeira, e só então recorreu ao remédio melhor de uma alma ulcerada e pia: rezou" (ASSIS, 1994b, p. 60-61).

> *Minha boa filha. Sei pelo Vicente* [escravo da família Vale] *que alguma coisa aí há que te aflige. Presumo adivinhar o que é. O Estácio esteve comigo, logo depois que saíste a última vez. Entrou desconfiado, e deu como razão ou pretexto a necessidade de curar algumas feridas feitas na mão. Talvez ele próprio as fizesse para entrar aqui em casa. Interrogou-me; respondi conforme pedia o caso. Supondo que ele soubesse de tuas visitas, não lhe ocultei a minha pobreza; era o meio de atribuí-las a um sentimento de caridade. A virtude serviu assim de capa a impulsos da natureza. Não é isso em grande parte o teor da vida humana? Fiquei, entretanto, inquieto; talvez lhe não arrancasse o espinho do coração. Pelo que me disse o Vicente, receio que assim acontecesse. Conta-me o que há, pobre filha do coração; não me escondas nada. Em todo caso, procede com cautela. Não provoques nenhum rompimento. Se for preciso, deixa de vir aqui algumas semanas ou meses. Contentar-me-ia a ideia de saber que vives em paz e feliz. Abençôo-te, Helena, com quanta efusão pode haver no peito do mais venturoso dos pais, a quem a fortuna, tirando tudo, não tirou o gosto de se sentir amado por ti. Adeus. Escreve-me. — Salvador. P. S. — Recebi o teu bilhete. Pelo amor de Deus, não faças nada; não saias daí; seria um escândalo.* Estácio não compreendeu desde logo o que acabava de ler. A verdade parecia inverossímil [...] (ASSIS, 1994b, p. 117-118).

Com a descoberta da carta, o amor do irmão por Helena deixa de ser incestuoso, no entanto, a situação de ambos em nada é alterada. A jovem, enferma em decorrência dos últimos acontecimentos, tem seu estado de saúde ainda mais agravado com a derradeira missiva da narrativa, de Salvador. A despedida do pai concorre para a morte de Helena, que "[...] pegou na carta com sofreguidão, leu-a de um lance d'olhos. O gemido que lhe rompeu o coração mostrou bem a ferida que acabava de receber" (ASSIS, 1994b, p. 133). Acompanhemos a missiva.

> *Refleti muito durante estas duas horas, dizia ele, e cheguei a uma conclusão única. Elimino-me. É o meio de conservar a Helena a consideração e o futuro que lhe não posso dar. Quando esta carta lhe chegar às mãos, terei desaparecido para sempre. Não me procure, que é inútil. Irei abençoá-lo de longe. Recaia, entretanto, sobre mim todo o ressentimento; eu só o mereço, porque só eu o provoquei. Vão as cartas de Helena; guardo três apenas, como recordação da felicidade que perdi* (ASSIS, 1994b, p. 131).

Iaiá Garcia, trama publicada originalmente como folhetim, de 01 de janeiro a 02 de março 1878, em *O Cruzeiro*, e em livro, naquele mesmo ano, traz ao leitor uma narrativa em cujas primeiras linhas já encontramos uma breve carta;[114] a história, basicamente, é a de um triângulo amoroso composto por Jorge Gomes, Estela e Lina Garcia – Iaiá para os de casa.

Dentre todas as cartas e alusões a missivas – que chegaram ou não às mãos de seus destinatários – presentes na trama, a mais significativa é, sem dúvida, a que Jorge escreve durante o período em que combateu na guerra do Paraguai. Com o intuito de afastar Estela do filho, Valéria Gomes persuade Jorge a se alistar e partir para o *front*, no sul. Ainda apaixonado pela jovem, no entanto, o rapaz, por meio de uma missiva enviada ao amigo Luis Garcia, declara o amor que nutria, sem revelar a ele o nome da amada, que lhe correspondia; leiamos.

> Um dia, porém, antes de meado o ano de 1867, [Jorge] não pôde resistir à necessidade de segredar o amor a alguém ou proclamá-lo aos quatro ventos do céu. Ninguém havia ao pé dele que merecesse a confidência; Jorge alargou os olhos e lembrou-se de Luis Garcia,

114 Eis a carta, que mais se aproxima de um bilhete, dada a sua brevidade: *"5 de outubro de 1866. Sr. Luís Garcia. Peço-lhe o favor de vir falar-me hoje, de uma a duas horas da tarde. Preciso de seus conselhos, e talvez de seus obséquios. VALÉRIA."*. (ASSIS, 1994c, p. 1).

> única pessoa estranha a quem confiara metade do segredo que havia levado para a guerra. [...] Ele mesmo [Jorge] o disse na carta a Luis Garcia, sem lhe denunciar o nome da pessoa, nem nenhuma circunstância que pudesse pô-lo na pista da realidade; exigiu-lhe absoluto silêncio e contou-lhe o que sentia: *"Não importa saber quem é, disse ele; — o essencial é saber que amo a mais nobre criatura do mundo, e o triste é que não somente não sou amado, mas até estou certo de que sou aborrecido. Minha mãe iludiu-se quando supôs que meu amor achara eco em outro coração. Talvez desistisse de me mandar ao Paraguai, se soubesse que esta paixão solitária era o meu próprio castigo. Era; já o não é. A paixão veio comigo apesar do que lhe ouvi na véspera de embarcar; e se não cresceu, é porque não podia crescer. Mas transformou-se. De criança tonta, que era, fez-se homem de juízo. Uma crise, algumas léguas de permeio, poucos meses de intervalo, foram bastantes a operar o milagre. Não sei se a verei mais, porque uma bala pode pôr termo a meus dias, quando eu menos o esperar. Se a vir, ignoro os sentimentos com que ela me receberá. Mas de um ou de outro modo, este amor morrerá comigo, e o seu nome será a última palavra que há de sair de meus lábios. Meu amor não sabe já o que seja impaciência ou ciúme ou exclusivismo: é uma fé religiosa, que pode viver inteira em muitos corações. Talvez o senhor não me compreenda. Os homens graves ficam surdos a estas sutilezas do coração. Os frívolos não as entendem. Eu mesmo não sei explicar o que sinto, mas sinto alguma coisa nova, uma saudade sem esperança, mas também sem desespero: é o que me basta."* Jorge releu o escrito, e ora o achava claro demais, ora obscuro. Hesitou ainda algum tempo; enfim, dobrou a carta, fechou-a e remeteu-a para o Rio de Janeiro (ASSIS, 1994c, p. 25).

Após anos, Jorge volta para a Corte e, em meio a "papéis esparsos e antigos" (ASSIS, 1994c, p. 51), a descoberta da carta – conservada por Luis Garcia –, desconhecida de Estela e Iaiá, dá início à relação conturbada entre as duas, então madrasta e enteada, e aos conflitos sentimentais dos três personagens centrais. É, portanto, em função da missiva de 1867 que as altercações mais significativas se sucedem, a

partir do capítulo X da narrativa. Acompanhemos a passagem na qual a carta ressurge.

> Estela, que o [Luis Garcia] ajudava, pegou casualmente em uma carta, cuja letra do sobrescrito lhe não pareceu estranha.
>
> – Eu conheço esta letra, disse ela.
>
> – Deixa ver.
>
> Estela deu-lhe a carta.
>
> – É do Dr. Jorge, disse o marido.
>
> Abriu-a, e depois de ler algumas linhas, sorriu. Leu-a depois até o fim. Quando acabou, dobrou-a e ficou a olhar para a mulher; tornou a desdobrá-la maquinalmente.
>
> – Vou restituí-la, disse ele depois de curta pausa; talvez se envergonhe de haver escrito estas coisas...
>
> E dirigiu os olhos à carta, com uma insistência de aguçar o mais embotado apetite. Depois, volveu a cabeça um pouco para trás, onde ficava a filha, à distância, de olhos baixos; abafou a voz e disse a Estela:
>
> – Nunca soubeste do verdadeiro motivo que o levou à guerra?
>
> (ASSIS, 1994c, p. 52-53).

Sem saber de quem Jorge falara-lhe na missiva, Luis Garcia contraiu segundas núpcias, sob as bênçãos de Valéria, com Estela, que foi conduzida ao casamento por espontânea "escolha da razão" (ASSIS, 1994c, p. 102). Iaiá, que na ocasião do matrimônio era apenas uma menina, tornara-se uma jovem mulher. Observando a reação de Estela diante das revelações que a missiva e sua história lhe traziam, conjecturou e, rapidamente, tirou conclusões. Movida inicialmente por ciúmes da honra do pai, aproximou-se de Jorge, com quem, pouco tempo depois, envolveu-se afetivamente; eis o trecho.

> Defronte, Iaiá tinha os olhos cravados na madrasta. Ouvira a princípio o nome de Jorge e não lhe prestara muita atenção; mas uma ou duas palavras soltas do pai haviam-lhe despertado a curiosidade. Iaiá ergueu a cabeça, inclinou-a depois, ouviu a confidência do pai, não obstante ser feita em voz baixa, e enfim não retirou mais os olhos de Estela. Viu-a receber a carta, com a mão trêmula; viu-a empalidecer ainda mais; viu-lhe a confusão e o enleio. Por que o enleio e a confusão? Um amor extinto de Jorge, uma paixão que o levara à guerra, que tinha ela, que tinham eles três com isso?

Antes de concluída a trama, uma última missiva surge e conduz o destino de Estela para longe de Jorge e Iaiá, que se casariam, finalmente, solucionando de certa forma o imbróglio afetivo no qual os três se envolveram; "[...] eram duas páginas escritas de alto a baixo, e por letra desconhecida. Uma antiga condiscípula de Estela, residente no norte de São Paulo, aceitava a proposta que esta lhe fizera, de ir dirigir-lhe o estabelecimento de educação que ali fundara desde alguns meses." (ASSIS, 1994c, p. 105).

Posta-restante

Apresentadas as ocorrências epistolares das narrativas, constatamos a influência que as missivas exercem na estrutura romanesca. Cartas que dão início aos conflitos das tramas ou que surgem para solucionar os mais diversos tipos de dificuldades criadas no decorrer dos enredos; a missiva é, portanto, elemento narrativo de grande valor nas histórias de amor, tanto na obra de José de Alencar quanto na de Machado de Assis.

Interessante é notar o quanto o molde folhetinesco pode ter contribuído para que o texto epistolar tenha sido largamente adotado pelos dois escritores. Tendo em vista o fato de missivas serem tipos textuais facilmente manipuláveis e que, dessa forma, conduziriam as narrativas a diferentes desfechos, a carta pode ser considerada instrumento de poder da relação literário-financeira estabelecida entre folhetinistas e periódicos, pois basicamente era o trunfo que prendia o leitor ao folhetim. As missivas atiçavam a curiosidade dos leitores, que buscavam aplacá-la, descobrindo as consequências que a carta ou o bilhete trariam à trama por meio da aquisição de mais um exemplar do periódico; logo, o elemento epistolar alimentava a criação literária dando impulso à resolução de necessidades financeiras do autor dos folhetins e dos proprietários de jornais. Geneviève Haroche-Bouzinac (2016, p. 197) nos deixa o seguinte apontamento quando analisa o texto epistolar enquanto instrumento da narrativa:

> O romancista ou dramaturgo em geral exploram os recursos de funcionamento próprios a este meio privilegiado de transmissão da informação que é a carta, verdadeiro agente dramático. Por essa razão, a carta é com frequência forma utilizada como elemento propulsor da ficção: meio fácil de trazer informação à narrativa, irrupção da realidade externa ao teatro, oportunidade para revelar os traços escondidos da personagem, estratagema que permite embaralhar o jogo criando quiproquós.

O ritmo do romance, muitas vezes, como se pôde perceber na sumária apresentação-análise que fizemos, é ditado pela introdução das missivas que, sutil ou abruptamente, estabelecem o andamento das narrativas através da manutenção da atmosfera de suspense, como

ocorre em *Encarnação* e *Helena*, por exemplo, ou da construção do clima romântico-dramático como é o caso de *Senhora* e *Iaiá Garcia*, pois de modo geral, "[...] é a perda de uma carta, ou sua descoberta por um terceiro, que precipita as ações narrativas." (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 197).

Diferentemente de Alencar, Machado emprega, em geral, cartas com cores mais fortes que não seguem o estereótipo romântico. Nas narrativas machadianas, não há cartas que exerçam o papel de elemento complicador do enredo apenas durante o desenrolar da narrativa e outras missivas que tenham sido introduzidas como item solucionador dos conflitos no desfecho da trama, com o intuito de construir um "final feliz".

O escritor fluminense aplica no decorrer de todo o enredo e sobretudo no desfecho dele apenas o primeiro tipo de missiva, que poderia ser cunhada de "carta da turbulência", contrapondo-se à "carta da calmaria", aquela que conduz a um desenlace convencionalmente romântico; nas quatro primeiras narrativas da obra de Machado de Assis, como pudemos observar, a "carta da turbulência" é a que impera. Já nos textos alencarianos, o leitor se depara com cartas que causam grande alvoroço e reviravolta no início e decorrer das tramas e missivas que são trazidas para suavizar e, via de regra, solucionar os conflitos criados.

Com o objetivo de, em um futuro próximo, dedicar análise mais detida às ocorrências epistolares das narrativas sumariamente apresentadas neste capítulo, concluo a exposição com a esperança de ter iluminado a importante presença de item corriqueiro e fundamental do século XIX nas tramas de dois grandes escritores do Brasil, con-

tribuindo para a abertura de uma posta-restante relacionada ao valor da epistolografia para a compreensão do romantismo brasileiro, pois ainda nos resta a "[...] a compreensão das manifestações literárias do Romantismo nacional e a busca de material epistolar para enriquecer esta ótica de interpretação." (COSTA, 2004, p. 93).

Referências

ALENCAR, José de. *Obra Completa*, vol. I. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editora, 1965.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *A Mão e a Luva.* In: *Obra Completa*, vol. I. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994a. Disponível no site do Ministério da Educação: http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/23-romance.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Helena.* In: *Obra Completa*, vol. I. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994b. Disponível no site do Ministério da Educação: http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/23-romance.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Iaiá Garcia.* In: *Obra Completa*, vol. I. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994c. Disponível no site do Ministério da Educação: http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/23-romance.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Ressurreição.* In: *Obra Completa*, vol. I. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994d. Disponível no site do Ministério da Educação: http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/23-romance.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira:* momentos decisivos. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

COSTA, Juliana Ferreira da. *Epistolografia no romantismo brasileiro*. 2004. 96f. Relatório Final (PIBIC/CNPq) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, SP.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (orgs.). *Prezado senhor, prezada senhora*: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. *Escritas Epistolares*. Tradução de Lígia Fonseca Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

LAJOLO, Marisa. Romance epistolar: o voyerismo e a sedução dos leitores. In: *Revista Matraga*, Rio de Janeiro, vol. 09, nº 14, p. 61-75, 2002.

PEREIRA, Patrícia Regina Cavaleiro. *"Há muito tempo que não te escrevo..."*: reunião da correspondência alencariana (edição anotada). 430 p. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-31082012-095814/pt-br.php.

PEREIRA, Patrícia Regina Cavaleiro. "Cartas e ficção, um capítulo da obra alencariana". In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, nº 64, p. 310-323, ago. 2016.

ROCHA, Carlos. "Machado de Assis: correspondência e crítica". In: *Revista Itinerários*, Araraquara, nº 41, p.291-304, jul./dez. 2015.

SILVA, Maria do Carmo Couto da. Escultura e literatura nacional: o monumento a José de Alencar (1897). Resumo de comunicação apresentada no *XXX Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte*, 2010.

Sobre as Autoras

Alessandra Bettencourt Figueiredo Fraguas graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1994, e em História, pela Universidade Católica de Petrópolis, em 2008. É doutoranda e mestra em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Desde 2008, trabalha no Museu Imperial, com experiência em projetos relacionados ao acervo histórico e artístico. Atualmente, é a responsável pela Área de Pesquisa e editora do *Anuário do Museu Imperial-nova fase*. É associada titular do Instituto Histórico de Petrópolis.

Jaqueline Vieira de Aguiar é graduada em História, Especialista em História do Brasil, Mestra em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora de História da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). Membro dos Grupos de Pesquisa: Instituições, Práticas Educativas e História, da UERJ, e Educação de Mulheres nos séculos XIX e XX, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Associada da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos e autora de livros e artigos científicos publicados em revistas e periódicos.

Luciana Borges Patroclo é pós-doutoranda em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). Bolsista Pós-Doutorado

Sênior (PDS) FAPERJ. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Especialista em História e Cultura no Brasil pela Universidade Estácio de Sá – UNESA. Graduada em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO.

Maria Schtine Viana atualmente mora em Lisboa, onde é doutoranda no Departamento de Estudos Portugueses da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH--UNL). É membro do Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (IELT-UNL). Foi assistente de investigação no Centro de Humanidades (CHAM-UNL). É bolsista de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Possui bacharelado em Letras (USP) e mestrado em Filosofia pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), no programa Culturas e Identidades Brasileiras (2013), onde defendeu a dissertação "*O Coruja*, de Aluísio Azevedo: um romance de formação sob o prisma do grotesco".

Patrícia Regina Cavaleiro Pereira é mestra em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo e bacharel licenciada em Letras (Português/Francês) pela mesma instituição. Tem experiência docente na área de língua portuguesa e literatura. Academicamente, trabalha com epistolografia e historiografia literária, com ênfase no século XIX. Em 2012, defendeu a dissertação "'Há muito tempo que não te escrevo...': reunião da correspondência alencariana (edição anotada)" e, desde 2010, tem apresentado trabalhos em eventos acadêmicos e publicado artigos relacionados a estudos epistolares oitocentistas.

Editora
Diálogos